

HISTÓRIA – LICENCIATURA – EAD
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

CAMPUS DE SÃO BORJA

UAB/UNIPAMPA/2020

Abril/2020

Ministério da Educação
Universidade Federal do Pampa

Reitor: Dr. Marco Antônio Hansen

Vice-Reitor: Dr. Maurício Aires Vieira

Pró-Reitor de Graduação: Dr. Ricardo Howes Carpes

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação: Dr. Pedro Roberto de Azambuja
Madruga

Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Dr.^a Nádia Fátima dos Santos Bucco

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários: Sandro Burgos Casado Teixeira

Pró-Reitor de Administração: Dr. Evelton Machado Ferreira

Pró-Reitor de Planejamento e Infraestrutura: Dr. Luís Hamilton Tarragô Pereira
Júnior

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Dr. Luiz Edgar Araújo Lima

Coordenador da UAB/UNIPAMPA: Dr. Rafael Camargo Ferraz

Diretor do Campus São Borja: Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

Coordenador Acadêmico do Campus São Borja: Dr. Muriel Pinto

Coordenador Administrativo do Campus São Borja: Bel. Luiz André Padilha

Coordenadora do Curso: Dr. Edson Romário Monteiro Paniagua

Organização e elaboração do projeto:

1- Da Reitoria

Reitor: Dr. Marco Antônio Hansen

Vice-Reitor: Dr. Maurício Aires Vieira

2- Da Pró-Reitoria de Graduação

2.1 Coordenação e orientação geral

Dr. Ricardo Howes Carpes – **Pró-Reitor de Graduação**

Dr.^a Maristela Cortez Sawitzki – **Pró-Reitora Adjunta de Graduação**

Dr.^a Viviane Gentil – **Coordenadoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação**

Dr.^a Viviane Gentil e Natieli Branco – **Revisores/PROGRAD**

Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de História - Licenciatura:

Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

Dr. Edson Romário Paniágua

Dr. Evandro Ricardo Guindani

Dra. Yáscara Michele Neves Koga Guindani

Dra. Sara Fernandes de Souza Epitácio

Comissão de Curso – História –Licenciatura:

Dr.^a Adriana Cantini

Dr.^a Andréa Narvaes

Dr.^a Carmen Regina Dorneles Nogueira

Dr.^a Claudete Robalos da Cruz

Dr. Edson Romário Paniágua

Dr. Evandro Ricardo Guindani

Me Josiane Boeira Kirinus Fernandes

Dr.^a Lauren de Lacerda Nunes

Dr.^a Lisianne Ceolin

Dr. Maurício Aires Vieira

Dr. Muriel Pinto

Dr.^a Nola Patrícia Gamalho

Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

Dra. Sara Fernandes de Souza Epitácio

Dr. Sávio Domingos

Dra. Yáscara Michele Neves Koga Guindani

Técnico em Assuntos Educacionais:

Leandro Luiz Lied

Técnico de Tecnologia da Informação:

Mateus Silva de Medeiros

Assistente em Administração

Eufrásia Conceição Ponce Padilha

Carolina Mariano da Rocha Dornelles Loureiro

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO	7
APRESENTAÇÃO	9
1 CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL	11
1.1 UNIPAMPA: histórico de implantação e desenvolvimento da instituição	11
1.2 Políticas de ensino, pesquisa e extensão e suas respectivas atividades	16
1.2.1 Políticas de Ensino	17
1.2.2 Políticas de Pesquisa	18
1.2.3 Políticas de Extensão.....	19
1.3 <i>Contexto de inserção da UNIPAMPA</i>	20
1.4 Justificativa para criação do Curso de História	25
1.5 Pressupostos legais e normativos	32
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	37
2.1 Concepção do Curso.....	37
2.1.1 Contextualização pedagógica e perfil do Curso – História Licenciatura	37
2.1.2 Objetivos	38
2.1.3 Perfil do Egresso	42
2.1.4 Campo de Atuação Profissional	43
2.2 Apresentação do curso	43
2.2.1 Administração Acadêmica do Campus São Borja.....	43
2.2.2 Núcleo Docente Estruturante.....	45
2.2.3 Comissão e Coordenação de Curso	46
2.2.4 Funcionamento do Curso	47
2.2.5 Formas de Ingresso.....	49
2.3 Organização Curricular.....	52
2.3.2 Requisitos para a integralização do currículo.....	55
2.3.3 Trabalho de Conclusão de Curso.....	56
2.3.4 Atividades Complementares de Graduação.....	60

2.3.6 Matriz curricular.....	67
2.3.7 Ementário	69
3. Corpo Discente e estrutura de apoio.....	110
4. Infraestrutura	116
5 AVALIAÇÃO	118
5.1 Avaliação Institucional:	119
5.2 Auto avaliação do curso.....	120
5.3 Acompanhamento de egresso	121
REFERÊNCIAS	122

APÊNDICE I. REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
APÊNDICE II. REGULAMENTO DE ESTÁGIOS CURRICULARES
SUPERVISIONADOS DO CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA

IDENTIFICAÇÃO

1 - UNIVERSIDADE

- **Mantenedora:** Ministério da Educação (MEC)
- **Mantida:** Fundação Universidade Federal do Pampa
- **Lei de Criação:** Lei 11.64011, 11 de janeiro de 2008
- **Publicação:** DOU n. 9, Seção 1, de 14/01/2008, pág. 1
- **Natureza jurídica:** Pública federal
- **Página:** <http://www.unipampa.edu.br>

2 - ENDEREÇO

- Reitoria

Endereço: Avenida General Osório, n. 900, CEP 96400-100, Bagé (RS)

Fone: +55 53 3240-5400

E-mail: reitoria@unipampa.edu.br

Página: <http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/gabinete-da-reitoria>

- Pró-Reitoria de Graduação

Endereço: Avenida General Osório, n.1139, CEP 96400-100, Bagé (RS)

Fone: +55 53 3240-5436 (Geral) / +55 53 3240-5400 Ramal 4803 (Gabinete)

E-mail: prograd@unipampa.edu.br

Página: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prograd/>

- Campus São Borja

Curso: História Licenciatura

Endereço: Rua Monsenhor Patricio Petit Jean, 3.295.

Fone: 55 3430 9850

E-mail: saoborja@unipampa.edu.br

Página: http://porteiros.unipampa.edu.br/saoborja/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1

- Dados de Identificação

- 1) Área do conhecimento: Ciências Humanas
- 2) Nome: História

- 3) Unidade Acadêmica: São Borja
- 4) Grau: Licenciatura
- 5) Titulação: Licenciado (a) em História
- 6) Turno: A distância
- 7) Integralização: 8 semestres
- 8) Carga horária total: 3410 horas
- 9) Número de vagas: 50
- 10) Duração do curso em semestres (mínima e máxima): Mínimo 8 semestres.
Máximo: 12 semestres
- 11) Data de início de funcionamento do curso: 2021/1
- 12) Contato (Fone e Página *web*):

Fone: (55) 3430 9850

Página:http://porteiros.unipampa.edu.br/saoborja/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1

APRESENTAÇÃO

A importância da Educação enquanto processo formativo e transformador na vida dos seres humanos é inegável, nesse sentido justifica-se a expansão da rede de universidades públicas com cursos de formação de docentes, bem como novas vagas e políticas de melhoria da qualidade de ensino. No entanto, ressalva-se não ser suficiente a oferta de curso de habilitação e formação. Urge a necessidade do comprometimento com a qualidade de ensino e com a valorização do docente tanto por parte dos órgãos governamentais como por parte das instituições formadoras, das redes de ensino básico (públicas e privadas) e da própria sociedade.

No Brasil, é possível observar nas últimas décadas, o propósito da efetivação de uma política nacional para a formação de profissionais do magistério da Educação Básica, a qual busca, através de ações como programas de incentivo às Licenciaturas como PIBID, PRODOCÊNCIA, PARFOR, além da criação dos Fóruns das Licenciaturas das Instituições de Ensino Superior Públicas e os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, promover a expansão de cursos de formação de professores para atuar na Educação Básica, bem como proporcionar meios que possibilitem a formação continuada desses professores, conforme aponta Decreto 6.755/09. Esses fóruns buscam discutir, de modo participativo, entre agentes da educação e representantes dos Governos Federal, Estadual e Municipal, questões que tangem a formação inicial e continuada de professores, bem como aspectos que permeiam a prática pedagógica docente.

Além da atenção dedicada à formação docente, observa-se a orientação e os investimentos à realização de pesquisas no âmbito educacional, especialmente aquelas que buscam mapear o perfil, as demandas e os processos de formação do professor da Educação Básica, buscando com tais informações estabelecer com as universidades e as redes de ensino básico, propostas de criação de cursos de licenciatura plena, formação

continuada do professorado e de melhorias dos recursos de infraestrutura, envolvendo espaços físicos e materiais requeridos pelos sistemas de ensino.

Outra orientação pertinente às políticas de educação está direcionada à construção e ao desenvolvimento de propostas pedagógicas interdisciplinar, por parte das Instituições de Ensino e dos docentes, que visam os processos de ensino e de aprendizagem, de forma significativa, fundamentados nos princípios éticos, humanos, de justiça e de sustentabilidade social, objetivando preparar o sujeito para atuar de forma crítica e esclarecida, em um contexto permeado por constantes transformações sociais, culturais, políticas, científicas e tecnológicas.

Tais ações governamentais e de entidades científicas nacionais têm por propósito superar uma das fragilidades do sistema educacional brasileiro, que é o reconhecimento de que muitos professores que atuam na Educação Básica não possuem curso de Licenciatura, de graduação plena, representando, desse modo, demandas por cursos de formação inicial e continuada aos sistemas de ensino competentes.

Portanto, a partir da atual realidade e buscando atender aos documentos oficiais que regem a educação nacional, entre eles: o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei 10.172/01), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9.394/1996); e as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP nº 02/2015), os governos vêm intervindo nessa questão com tentativas que possibilitem que os professores prossigam nos seus estudos, através do ingresso em cursos de Licenciatura, presenciais ou na modalidade à distância, de modo a garantir a qualidade da Educação Básica brasileira e uma formação específica para nela atuar plenamente. De igual modo, se reconhece a importância da concretização de programas, bem como incentivo à pesquisa (Artigo 3º, Inciso III estabelecido pela Resolução CNE/CP 01/02), à extensão e à pós-graduação na área da Educação.

A UNIPAMPA, na condição de agente interveniente no contexto educacional, político e social-econômico, tem em seus objetivos institucionais oportunizar cursos de graduação com grau de licenciatura, cursos de formação continuada, cursos de pós-graduação, a pesquisa e a extensão na área de educação, com vistas a influenciar na formação de atitudes que proporcionem o acesso e o desenvolvimento do conhecimento.

Os cursos de Licenciatura da UNIPAMPA devem estar em consonância com as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica e para a formação do profissional da educação, reflexivo, agente ativo de seu saber, com competências e habilidades para atuar na Educação Básica e na Educação Profissional e Tecnológica, atento à atual conjuntura brasileira, ao contexto mundial e à sustentabilidade social, bem como ser profissional capaz de criar desafios, problematizar/construir saberes, pautando-se pela ética e pelo respeito às individualidades, interagindo por meio das tecnologias de informação e de comunicação, valorizando as características regionais, as identidades culturais, a educação ambiental, as pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais.

Nesse contexto é que se faz a proposta da oferta do Curso de História Licenciatura, na modalidade EAD que é estruturada a partir dos seguintes itens: Contextualização Institucional, Concepção do Curso, Organização didática pedagógica, recursos e avaliação.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 UNIPAMPA: histórico de implantação e desenvolvimento da instituição

A Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), criada por meio da Lei 11.640, de 11 de janeiro de 2008, é uma fundação pública vinculada ao Ministério da Educação com o objetivo de ministrar Ensino Superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação *multicampi* na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Sua instalação em região geográfica marcada por baixos índices de desenvolvimento socioeconômico e educacional edifica a concepção de que o conhecimento produzido neste tipo de instituição é potencializador de novas perspectivas. A expectativa das comunidades que lutaram por sua criação atravessa as intencionalidades da Universidade, que necessita ser responsiva às demandas locais e, ao

mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolem as barreiras da regionalização, lançando-a cada vez mais para territórios globalizados.

Nesse sentido, a UNIPAMPA, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de Ensino Superior gratuito e de qualidade nesta região, motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma Instituição Federal de Ensino Superior. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia 27 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa mesma ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova Universidade. Em 22 de novembro de 2005, esse consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da Educação Superior no Estado.

Coube à UFSM implantar os *campi* nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel e, à UFPel, os *campi* de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. As instituições componentes do consórcio foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da futura Instituição, sendo estes: *Campus* Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; *Campus* Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Física - Licenciatura, Química - Licenciatura, Matemática - Licenciatura, Letras – Licenciatura (Português e Espanhol), Letras – Licenciatura (Português e Inglês); *Campus* Caçapava do Sul: Geofísica; *Campus* Dom Pedrito: Zootecnia; *Campus* Itaqui: Agronomia; *Campus* Jaguarão: Pedagogia e Letras – Licenciatura (Português e Espanhol); *Campus* Santana do

Livramento: Administração; *Campus* São Borja: Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda e Serviço Social; *Campus* São Gabriel: Ciências Biológicas - Licenciatura e Ciências Biológicas - Bacharelado, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; *Campus* Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia; totalizando 29 cursos de graduação.

Em setembro de 2006, as atividades acadêmicas tiveram início nos *campi* vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos *campi* vinculados à UFSM. Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições componentes do consórcio realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os *campi*. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA. Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições componentes do consórcio realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os *campi*.

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA, que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova Universidade. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e técnico-administrativos em educação; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como com lideranças comunitárias e regionais, sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura UNIPAMPA.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei nº 11.640 cria a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu Art. 2º:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação *multicampi* na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.

No momento de sua criação, a UNIPAMPA já contava com 2.320 alunos, 180 servidores docentes e 167 servidores técnico-administrativos em educação. Ainda em janeiro de 2008, foi dado posse ao primeiro reitorado que, na condição *pro tempore*, teve como principal responsabilidade integrar os *campi* criados pelas instituições componentes do consórcio que deu início às atividades dessa Instituição, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa. Nessa gestão foi constituído provisoriamente o Conselho de Dirigentes, integrado pela Reitora, Vice-Reitor, Pró-Reitores e os Diretores de *campus*, com a função de exercer a jurisdição superior da Instituição, deliberando sobre todos os temas de relevância acadêmica e administrativa. Ainda em 2008, ao final do ano, foram realizadas eleições para a Direção dos *campi*, nas quais foram eleitos os Diretores, Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores Administrativos.

Em fevereiro de 2010, foi instalado o Conselho Universitário (CONSUNI), cujos membros foram eleitos ao final do ano anterior. Composto de forma a garantir a representatividade da comunidade interna e externa com prevalência numérica de membro eleitos, o CONSUNI, ao longo de seu primeiro ano de existência, produziu um amplo corpo normativo. Dentre outras, devem ser destacadas as Resoluções que regulamentam o desenvolvimento de pessoal; os afastamentos para a pós-graduação; os estágios; os concursos docentes; a distribuição de pessoal docente; a prestação de serviços; o uso de veículos; as gratificações relativas a cursos e concursos; as eleições universitárias; a colação de grau; o funcionamento das Comissões Superiores e da Comissão Própria de Avaliação. Visando dar cumprimento ao princípio de publicidade, as reuniões do CONSUNI são transmitidas, ao vivo, por Internet, para toda a Instituição, e as resoluções, pautas e outras informações são publicadas na página *web* <http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/>

No final do ano de 2015, realizou-se a segunda eleição de reitorado da Universidade e, no final do ano de 2016, eleições para o segundo mandato dos dirigentes dos *campi* e coordenadores de cursos. No esforço de ampliar as ações da Universidade, em face de seu compromisso com a região onde está inserida, foram criados, nos últimos anos, mais 35 cursos, sendo estes: Engenharia Mecânica, Engenharia Agrícola, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações no *Campus* Alegrete; Música

- Licenciatura no *Campus* Bagé; Ciências Exatas - Licenciatura, Curso Superior de Tecnologia em Mineração, Geologia e Engenharia Ambiental e Sanitária no *Campus* Caçapava do Sul; Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, Ciências da Natureza - Licenciatura, Enologia e Educação do Campo - Licenciatura no *Campus* Dom Pedrito; Ciência e Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Engenharia de Agrimensura e Matemática- Licenciatura no *Campus* Itaqui; Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, História – Licenciatura, Produção e Política Cultural, Letras Português - Licenciatura (modalidade a distância) no *Campus* Jaguarão; Relações Internacionais, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Ciências Econômicas e Direito no *Campus* de Santana do Livramento; Ciências Sociais – Ciência Política, Relações Públicas e Ciências Humanas – Licenciatura no *Campus* São Borja; Biotecnologia no *Campus* São Gabriel; Medicina Veterinária, Educação Física - Licenciatura, Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura, Ciências da Natureza- Licenciatura e Medicina no *Campus* Uruguaiana. A oferta desses cursos contemplou, também, o turno da noite em todos os *campi*, contribuindo para a ampliação do acesso ao Ensino Superior e a expansão deste nível de ensino na região de abrangência da Universidade. Em 2017, a UNIPAMPA oferece 67 cursos de graduação, sendo 63 presenciais e 04 na modalidade a distância (Letras – Português, Geografia, Pedagogia e Administração Pública).

A instituição também oferece cursos de pós-graduação, em nível de especializações, mestrados e doutorados. Conforme dados da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, atualmente, na UNIPAMPA, encontram-se em funcionamento 19 (dezenove) programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e 20 (vinte) programas de pós-graduação *lato sensu* (especialização), nos seus dez *campi*. Os cursos de *stricto sensu*, são: *Campus* Alegrete: Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia; *Campus* Bagé: Mestrado Acadêmico em Ensino, Mestrado Profissional em Ensino de Ciências; Mestrado Profissional em Ensino de Línguas e Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada; *Campus* Santana do Livramento: Mestrado Acadêmico em Administração; *Campus* Caçapava do Sul: Mestrado Profissional em Tecnologia Mineral; *Campus* Jaguarão: Mestrado Profissional em Educação; *Campus* São Gabriel: Mestrado Acadêmico em Ciências Biológicas;

Doutorado em Ciências Biológicas; *Campus* Uruguaiana: Mestrado Acadêmico em Bioquímica; Mestrado Acadêmico em Ciência Animal; Mestrado Acadêmico em Ciências Farmacêuticas; Mestrado em Ciências Fisiológicas; Doutorado em Bioquímica; Doutorado em Ciências Biológicas. Mestrado em Políticas Públicas e Mestrado Profissional em Indústria Criativa em São Borja.

Os cursos ofertados no modo *lato sensu* são: *campus* Alegrete: Especialização em Engenharia Econômica; *campus* Bagé: Especialização em Educação e Diversidade Cultural; Especialização em Modelagem Computacional em Ensino, Experimentação e Simulação; *campus* Caçapava do Sul: Especialização em Educação Científica e Tecnológica; *campus* Dom Pedrito: Especialização em Ensino de Ciência na Educação do Campo; Especialização em Produção Animal; Especialização em Agronegócio; Especialização em Educação do Campo e Ciências da Natureza; *campus* Itaquí: Especialização em Produção Vegetal; *campus* Jaguarão: Especialização em Direitos Humanos e Cidadania; Especialização em Ensino de História; Especialização em Gestão Estratégica em Turismo; *campus* Santana do Livramento: Especialização em Gestão Municipal (EaD/UAB); *campus* Uruguaiana: Especialização em História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena; Especialização em Neurociência Aplicada à Educação; Especialização em Atividade Física e Saúde; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva; Programa de Residência Integrada em Medicina Veterinária.

O crescimento da UNIPAMPA pode ser observado através do aumento do número de matrículas no ensino de graduação, que passou de 1.527 alunos no ano de 2006, para 9.915 no ano de 2016. Da mesma forma com relação ao ensino de pós-graduação, que ampliou de 50 alunos matriculados no ano de 2008 para 1.053 no ano de 2016. Também são relevantes os números relacionados ao corpo de servidores docentes e técnico-

administrativos em educação. Em 2008, havia 237 professores e 148 técnicos. No final de 2016, integram a Universidade, 912 docentes e 855 técnico-administrativos.

Em relação ao campus São Borja, sede do curso ofertado, ele está constituído por 67 docentes, 40 técnicos administrativos e 24 servidores terceirizados, de 1033 alunos de graduação e 68 de pós-graduação. Na graduação, oferece os cursos de Ciências Humanas- Licenciatura; Ciências Sociais – Ciência Política, Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda; Relações Públicas e Serviço social. Na pós-graduação oferta dois mestrados profissionais Políticas Públicas e Indústria Criativa.

1.2. A educação a distância na Unipampa

Com relação à educação à distância, na Unipampa, ela está vinculada a Diretoria de Educação a Distância que tem se organizado, visando contribuir para a efetivação do objetivo 5 do Projeto Institucional da Universidade, que é “Aperfeiçoar as ações de Educação a Distância na UNIPAMPA”.

Atualmente a equipe da Diretoria de EaD é formada por:

- **Diretora da Diretoria de EaD** : Maria do Socorro de Almeida Farias-Marques, atua como docente no Campus Jaguarão;
Coordenadorias
- **Coordenadora da Coordenadoria de Apoio aos Polos**: Cláudia Camerini Corrêa Pérez, atua como docente no Campus Jaguarão;
- **Coordenadora da Coordenadoria de Materiais Didáticos Pedagógicos em Educação a Distância**: Aden Rodrigues Pereira, atua como docente no Campus Bagé;
- **Coordenador do Núcleo de Articulações e Convênios**: Rafael Camargo Ferraz, atua como docente no Campus Santana do Livramento;
- **Coordenadora da Coordenadoria de Capacitação de Pessoal em Educação a Distância**: Sandra Dutra Piovesan atua como docente no Campus Bagé;
Servidores em Alegrete
- **Secretária Executiva**: Maria Cristina Graeff Wernz, atua no Campus Alegrete;
- **Técnica em Assuntos Educacionais**: Karine Braga Moreira, atua no Campus Alegrete;
Servidores em Bagé

- **Assessora Pedagógica/Pedagoga:** Verônica Moraes Antunes, atua na Reitoria em Bagé;
- **Assistente em Administração:** Ariane Fagundes Braga, atua na Reitoria em Bagé;
- **Assistente em Administração:** Iuri de Quadros Barcellos, atua na Reitoria em Bagé;
- **Técnico em Tecnologia da Informação:** Elvis Galarca Menezes Mendes, atua na Reitoria em Bagé
- **Assessora Especial da Reitoria:** Denise Aparecida Moser, atua na Reitoria em Bagé
- **Assessora Especial da Reitoria/Assistente em Administração:** Monica Brasil Caumo, atua na reitoria em Bagé
- **Assistente em Administração:** Heide Feldmann, atua na Reitoria em Bagé
Servidores em Jaguarão

- **Assistente em Administração:** Marcos Gares Afonso, atua no Campus Jaguarão;
- **Técnica em Tecnologia da Informação:** Ailime Ferreira Rodrigues, atua no Campus Jaguarão.
Servidores em Santana do Livramento

- **Assistente em Administração:** Ricardo Fernandes Souza, atua no campus Santana do Livramento no Núcleo de Articulações e Convênios – UAB
Servidores em São Borja

- **Assessora Especial da Reitoria:** Marilice Cortes, atua no campus São Borja

1.3 Políticas de ensino, pesquisa e extensão e suas respectivas atividades

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2014/2018) as políticas de ensino, pesquisa e extensão da UNIPAMPA devem levar à formação de um egresso crítico, com autonomia intelectual construída a partir da interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Que a interação entre estas políticas possibilite que os profissionais formados façam uma leitura crítica da realidade e, a partir desta leitura operem transformações positivas na sociedade em que estiverem inseridos. Neste contexto é que estarão enquadradas as atividades de ensino, pesquisa e extensão do Curso de História Licenciatura.

1.3.1 Políticas de Ensino

Formar o egresso com o perfil definido é uma tarefa que requer o exercício da reflexão e da consciência acerca da relevância pública e social dos conhecimentos, das competências, das habilidades e dos valores adquiridos na vida universitária, inclusive sobre os aspectos éticos envolvidos. A formação desse perfil exige uma ação pedagógica inovadora, centrada na realidade dos contextos sociocultural, educacional, econômico e político da região onde a Universidade está inserida. Pressupõe, ainda, uma concepção de educação que reconheça o protagonismo de todos os envolvidos no processo educativo e que tenha a interação como pressuposto epistemológico da construção do conhecimento. Pretende-se uma Universidade que intente formar egressos críticos e com autonomia intelectual, construída a partir de uma concepção de conhecimento socialmente referenciada e comprometida com as necessidades contemporâneas locais e globais. Para alcançar esse propósito, torna-se fundamental ter estruturas curriculares flexíveis, que ultrapassem os domínios dos componentes curriculares, valorizem a relação teórico-prática e reconheçam a interdisciplinaridade como elemento fundante da construção do saber. Torna-se, ainda, imprescindível a existência de um corpo docente que se comprometa com a realidade institucional, que tenha capacidade reflexiva, que seja permanentemente qualificado, de forma a responder aos desafios contemporâneos da formação acadêmico-profissional. Em consonância com os princípios gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional e da concepção de formação acadêmica, o ensino será pautado pelos seguintes princípios específicos: (a) Formação cidadã, que atenda ao perfil do egresso participativo, responsável, crítico, criativo e comprometido com o desenvolvimento; (b) Educação compromissada com a articulação entre os sistemas de ensino e seus níveis: educação básica e educação superior; (c) Qualidade acadêmica, traduzida na coerência, na estruturação dos currículos, nas práticas pedagógicas, na avaliação e no conhecimento pautado na ética e compromissado com os interesses públicos; (d) Universalidade de conhecimentos, valorizando a multiplicidade de saberes e práticas; (e) Inovação pedagógica, que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos usando novas práticas; (f) Equidade de condições para acesso e permanência no âmbito da educação superior; (g) Consideração do discente como sujeito

no processo educativo; (h) Pluralidade de ideias e concepções pedagógicas; (i) Incorporação da pesquisa como princípio educativo, tomando-a como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação; (j) Promoção institucional da mobilidade acadêmica nacional e internacional, na forma de intercâmbios, estágios e programas de dupla titulação; (h) Implementação de uma política linguística no nível da graduação e pós-graduação que favoreçam a inserção internacional.

1.2.2 Políticas de Pesquisa

As atividades de pesquisa devem estar voltadas à geração de conhecimento, associando ações pedagógicas que envolvam acadêmicos de graduação e de pós-graduação. Para isso, são incentivadas práticas, como a formação de grupos de pesquisa que promovam a interação entre docentes, discentes e técnico-administrativos. O enfoque de pesquisa, interligado à ação pedagógica, deve desenvolver habilidades nos discentes, tais como: a busca de alternativas para a solução de problemas, o estabelecimento de metas, a criação e a aplicação de modelos e a redação e a difusão da pesquisa de forma a gerar o conhecimento científico.

A construção da relação da pesquisa com o ensino e a extensão possibilita uma leitura contínua e crítica da realidade. Tal tarefa torna-se mais complexa em função das progressivas exigências, impostas por órgãos de fomento à pesquisa, no aumento da produtividade e qualidade do conhecimento gerado. Portanto, é imprescindível adotar políticas de gestão que aproximem os pesquisadores de todos os campi na busca do compartilhamento de recursos e do saber. Nesse sentido, foi formada a Comissão Superior de Pesquisa, com representação dos servidores e discentes, com caráter consultivo e deliberativo acerca das questões pertinentes às atividades de pesquisa. Dentre essas atividades está a busca pelo fortalecimento da Ciência, Tecnologia e Inovação, visando a ações que promovam o constante diálogo em prol do desenvolvimento sustentado, respeitando princípios éticos, incentivando as diferentes áreas do conhecimento que projetem a Instituição no plano nacional e internacional. Em consonância com os princípios gerais do Projeto de Desenvolvimento Institucional e da concepção de formação acadêmica, a pesquisa e a pós-graduação serão pautadas pelos seguintes princípios específicos: (a) Formação de recursos humanos voltados para o

desenvolvimento científico e tecnológico; (b) Difusão da prática da pesquisa no âmbito da graduação e da pós-graduação; (c) Produção científica pautada na ética e no desenvolvimento sustentado; (d) Incentivo a programas de colaboração internacional em redes de pesquisa internacionais; (e) Viabilização de programas e projetos de cooperação técnico-científico e intercâmbio de docentes no País e no exterior através de parcerias com programas de pós-graduação do País e do exterior.

1.2.3 Políticas de Extensão

O Plano Nacional de Extensão estabelece que a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Nessa concepção, a extensão assume o papel de promover essa articulação entre a universidade e a sociedade, seja no movimento de levar o conhecimento até a sociedade, seja no de realimentar suas práticas acadêmicas a partir dessa relação dialógica com ela. Além de revitalizar as práticas de ensino, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso, bem como para a renovação do trabalho docente e técnico-administrativo, essa articulação da extensão pode gerar novas pesquisas, pela aproximação com novos objetos de estudo, garantindo a interdisciplinaridade promovendo a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Assim, o caráter dinâmico e significativo da vivência que se proporciona ao estudante, através das ações de extensão, exige que a própria Universidade repense a estrutura curricular existente numa perspectiva da flexibilização curricular.

Em consonância com os princípios gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional e da concepção de formação acadêmica, a Política de Extensão deve ser pautada pelos seguintes princípios específicos: (a) Valorização da extensão como prática acadêmica; (b) Impacto e transformação: a UNIPAMPA nasce comprometida com a transformação da Metade Sul do Rio Grande do Sul. Essa diretriz orienta que cada ação da extensão da Universidade se proponha a observar a complexidade e a diversidade da realidade dessa região, de forma a contribuir efetivamente para o desenvolvimento e a mitigação dos problemas sociais da região; (c) Interação dialógica: essa diretriz da política nacional orienta para o diálogo entre a Universidade e os setores sociais, numa

perspectiva de mão dupla e de troca de saberes. A extensão deve promover o diálogo externo com movimentos sociais, parcerias interinstitucionais, organizações governamentais e privadas. Ao mesmo tempo, deve contribuir para estabelecer um diálogo permanente no ambiente interno da Universidade; (d) Contribuição com ações que permitam a integralização do Plano Nacional de Educação; (e) Interdisciplinaridade: a partir do diálogo interno, as ações devem buscar a interação entre os componentes curriculares, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição, garantindo tanto a consistência teórica, bem como a operacionalidade dos projetos; (f) Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: essa diretriz se propõe a garantir que as ações de extensão integrem o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores envolvidos. Compreendida como estruturante na formação do aluno, as ações de extensão podem gerar aproximação com novos objetos de estudo, envolvendo a pesquisa, bem como revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso, bem como para a renovação do trabalho docente. Nesse sentido, as atividades de extensão precisam ser reconhecidas no currículo com atribuição de créditos acadêmicos; (g) Incentivo às atividades de cunho artístico, cultural e de valorização do patrimônio histórico, colaborando com políticas públicas na esfera municipal, estadual e federal da cultura; (h) Apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias, bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional.

1.3 Contexto de inserção da UNIPAMPA

A UNIPAMPA foi estruturada em uma região que tem por característica um processo gradativo de perdas socioeconômicas que levaram a um desenvolvimento injusto e desigual. A história de formação do Rio Grande do Sul explica parte desse processo, porque a destinação de terras para grandes propriedades rurais, como forma de proteger as fronteiras conquistadas, culminou num sistema produtivo agropecuário que sustentou o desenvolvimento econômico da região por mais de três séculos. O declínio dessa atividade e a falta de alternativas em outras áreas produtivas que pudessem estimular a geração de trabalho e renda na região levou-a, no final do século XX, a baixos índices econômicos e sociais. Em termos comparativos, destacam-se as regiões Norte e

Nordeste do Estado, onde há municípios com elevados Índices de Desenvolvimento Social (IDS), ao passo que na Metade Sul estes variam de baixos a médios.

A realidade atual impõe grandes desafios. Com a produção industrial em declínio, a estrutura produtiva passa a depender, fortemente, dos setores primário e de serviços. Outros fatores, combinados entre si, têm dificultado a superação da situação atual, entre os quais se pode citar: o baixo investimento público per capita, o que reflete a baixa capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional e alta dispersão urbana; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades e a distância geográfica dos centros desenvolvidos do Estado do Rio Grande do Sul, que prejudica a competitividade da produção da região. Essa realidade vem afetando fortemente a geração de empregos e os indicadores sociais, especialmente os relativos à educação e à saúde.

Sem perder sua autonomia, a UNIPAMPA deve estar comprometida com o esforço de identificação das potencialidades regionais e apoio no planejamento para o fortalecimento das mesmas sempre considerando a preservação do Bioma Pampa nessas ações. Assim, os cursos oferecidos, a produção do conhecimento, as atividades de extensão e de assistência devem refletir esse comprometimento.

Desse modo, a inserção institucional, orientada por seu compromisso social, tem como premissa o reconhecimento de que ações isoladas não são capazes de reverter o quadro atual. Cabe à Universidade, portanto, construir sua participação a partir da integração com os atores que já estão em movimento em prol da região. Sua estrutura *multicampi* facilita essa relação e promove o conhecimento das realidades locais, com vistas a subsidiar ações focadas na região.

1.4 Contexto de inserção do Campus São Borja

O município de São Borja tem a sua origem no município de Rio Pardo, criado pela Resolução do Presidente da Província em Conselho em 11 de março de 1833 quando passou a pertencer em definitivo ao Império Brasileiro, pois antes desta data, pertenceu a

Coroa Espanhola, fazendo parte das reduções jesuíticas, compondo o denominado Sete Povos das Missões.

No ano de 2014, o município de São Borja, pertencente ao Conselho de Desenvolvimento Regional - Corede fronteira oeste - possui 61.012 habitantes, com uma área de 3.616,0 Km² e uma densidade populacional de 17,1 hab/Km². Esses dados indicam um grande vazio populacional para uma área significativa e a população concentrada na área urbana. Essa situação é decorrente de um longo processo de concentração de terras que nos remonta ao século XIX e a um modelo econômico concentrador na pecuária extensiva, passando nas décadas de 70 e 80 do século XX para a produção extensiva do arroz, ou seja, mudou a matriz produtiva, mas permaneceu a grande propriedade como dominante na produção.

Nesse mesmo sentido alguns indicadores econômicos corroboram e reforçam esta situação. Em 2012, o Produto Interno Bruto, preço de mercado- PIBpm - foi de R\$ mil 1.469.222, o Produto Interno Bruto – PIB - per capita, em 2012 foi de R\$ 24.011 e as exportações totais do município em 2013 somaram U\$ 597.783,2. Outro indicador que converge nessa mesma direção é o referente à produção do arroz no município. O município de São Borja, conforme a divisão do Instituto Rio Grandense do Arroz – IRGA – pertence à Regional Fronteira Oeste. Na safra do arroz de 2013/2014 no município a área cultivada foi de 51.096 ha, sendo que a produtividade por 7.760 Kg-há-1 e a produção total foi de 596.505 t. Essa produção do município de São Borja corresponde a 15,19% da produção da Regional Fronteira Oeste.

Os indicadores sociais também nos dizem nas suas entrelinhas sobre essa concentração econômica. A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais foi de 6,51% em 2010 e o coeficiente de mortalidade infantil em 2012 foi de 9,20% por mil nascidos vivos. Esses indicativos nos dizem da persistência de condições precárias, principalmente ao acesso a saúde, apesar da expectativa de vida ao nascer em 2010, conforme o último censo, ter chegado à 76,61 anos.

Em âmbito regional, essa realidade sócio-político-cultural de São Borja se vê agravada por uma realidade econômica também comum a toda uma região chamada de “Metade Sul do Estado”, que, em termos econômicos, acaba significando “a metade mais pobre” do Rio Grande do Sul.

Estudos comparativos entre a fronteira e a região central do Estado do Rio Grande do Sul realizados por Guindani et all (2017) contribuem para percebermos uma assimetria sócio econômica entre os municípios que compõem estas duas regiões.

Os autores investigaram a relação entre a realidade socioeconômica e o rendimento escolar dos alunos, a partir de uma comparação entre dois grupos de municípios. O primeiro grupo é composto por municípios localizados na região fronteira do Estado do Rio Grande do Sul, pertencentes a 35ª e 10ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação) e o segundo grupo, composto por municípios localizados na região central e serrana do Estado mais próximos à capital, pertencentes à 4ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação).

Com essa pesquisa é possível perceber que há uma clara relação entre a educação e os indicadores socioeconômicos. Dentre os dez municípios com os piores IDEBs (entre 2,8 e 3,8) oito possuem os IDHs na casa dos 0,7. Dentre os dez municípios com os melhores IDEBs (entre 4,4 e 5,8) oito possuem os melhores IDHs, na casa dos 0,8. Dos dez municípios com o maior índice de indigentes e pobres, seis deles também possuem os menores IDEBs. Dentre os dez municípios com maiores índices de concentração de renda, sete deles estão entre os dez com menores IDEBs. Já dentre os cinco municípios com os menores índices de concentração de renda, quatro municípios estão dentre os dez melhores IDEBs. Todas essas análises nos levam a concluir que melhores níveis de distribuição de renda e menores índices de pobreza correspondem a melhores índices educacionais, e os baixos índices educacionais correspondem a baixos índices socioeconômicos e de qualidade de vida.

Numa análise comparativa entre as regiões (fronteira e serra/centro) são possíveis vários apontamentos de acordo com os autores. O primeiro deles refere-se aos IDEBs, em que a média dos municípios da fronteira alcança o índice de 3,79, já na região central e serrana esta média sobe para 4,42. Com relação ao crescimento anual da população, dos doze municípios da fronteira, dez deles apresentam um decréscimo populacional. Por outro lado, dentre os quatorze municípios da região serrana/central, apenas três apontam um decréscimo. Com relação ao IDH, na região da fronteira, apenas dois municípios possuem um índice que ultrapasse a casa dos 0,7. Já na região serrana/central, apenas três estão na casa dos 0,7, estando todos os demais acima de 0,8. Com relação ao percentual

de indigência e pobreza, na região da fronteira, dos doze municípios, onze deles possuem mais de 9% de pobres e indigentes dentre sua população, já na região serrana e central, apenas um município (dentre os catorze) possui mais de 9% de pobres e indigentes.

A realidade local e regional apresentada é muito semelhante à realidade global, na qual muitas pessoas não têm uma visão do futuro, mas percebem a existência:

- das profundas diferenças de desenvolvimento existentes entre países ricos e pobres;

- da crescente dependência dos pobres em relação aos ricos;

- das sérias injustiças sociais que dividem os homens em favorecidos e excluídos;

- do uso irresponsável, de forma descontrolada, dos recursos naturais, que põe em risco a expectativa da vida no Planeta;

- da utilização manipuladora e alienante dos meios de informação e de comunicação - cada vez mais eficientes - sem que tal eficiência resulte numa aproximação humana que contribua para a superação dos conflitos existenciais;

- da substituição do homem pela máquina, que agiganta a sombra do desemprego, levando à aceitação da exploração da força de trabalho e da relação trabalhista informal como grande privilégio;

- do violento processo de exclusão que ainda condena muitos adultos ao analfabetismo; e que impossibilita crianças de frequentarem a escola;

- da desvalorização ideológica do papel do professor como forma de não investir na educação, de não motivar para a verdadeira e competente profissionalização e de não remunerar condignamente os trabalhadores da área.

Diante desse contexto econômico e social, o curso de História – Licenciatura, implantado na UNIPAMPA, campus de São Borja, tem redobrada a sua responsabilidade com a construção de alternativas e a formação de profissionais imbuídos da necessidade de auxiliar na reversão de um quadro bastante problemático.

A região apresenta, entretanto, vários fatores que indicam potencialidades para a diversificação de sua base econômica, entre os quais ganham relevância: a posição privilegiada em relação ao MERCOSUL; o desenvolvimento e ampliação do porto de Rio Grande; a abundância de solo de boa qualidade; os exemplos de excelência na produção

agropecuária; as reservas minerais e a existência de importantes instituições de ensino e pesquisa. Em termos mais específicos, destacam-se aqueles potenciais relativos à indústria cerâmica, cadeia integrada de carnes, vitivinicultura, extrativismo mineral, cultivo do arroz e da soja, silvicultura, fruticultura, alta capacidade de armazenagem, turismo, entre outros.

1.5 Justificativa para criação do Curso de História Licenciatura EaD/UAB

Os conhecimentos históricos tem conquistado importância especial no mundo globalizado devido ao impacto que tem a fragmentação das identidades. As sociedades procuram construir e reconstruir suas raízes por meio de ações que preservam suas memórias, tanto material quanto imaterial.

Um curso de graduação em História Licenciatura na modalidade EaD/UAB servirá para suprir a demanda por professores na educação básica, assim como supre a demanda por profissionais aptos a trabalharem com ações voltadas ao patrimônio e a memória. A Licenciatura em História objetivará preparar seus estudantes para inserção no amplo campo que hoje se abre ao ofício do historiador – envolvendo o trabalho com acervos de variadas naturezas, produção de material didático ou de divulgação, consultorias diversas e principalmente aquelas ligadas ao trabalho propriamente de construção do conhecimento histórico.

Dentre as demandas nesta área de atuação, destaca-se particularmente a de investigação a respeito da história e memória do espaço abrangido pela universidade (Campanha/fronteira e Missões). A produção de conhecimento na área de História muito pode contribuir não apenas no âmbito do próprio saber historiográfico, como nas formulações e nas práticas visando o desenvolvimento econômico-social, a construção da cidadania e a valorização da cultura nesta região, permitindo que a universidade atue decisivamente no sentido de superar as carências de seu contexto social. Para além dos conjuntos artísticos e arquitetônicos no espaço urbano das cidades que abrigam o curso, deverão os egressos estar qualificados também a lidar com os novos conceitos agregados à noção tradicional de patrimônio, traçando paralelos entre o desenvolvimento da

disciplina histórica, que tem incorporado novos sujeitos, temáticas e fontes, com o debate sobre a ampliação das categorias de bens reconhecidos como patrimônio, resultando na criação da noção de patrimônio imaterial.

O Curso de Licenciatura em História EAD/UAB está articulado com o governo federal no propósito de reestruturação do sistema educacional vigente, projeto que encaminha para a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem, oportunizando acesso, permanência, formação inicial e continuada consistente e significativa ao maior número de sujeitos que desejam atuar na área.

Nesse sentido, a justificativa para a implementação desse curso, está fundamentada, além das demandas já apontadas ao longo da contextualização, na identificação da oferta insuficiente de cursos para a formação de profissionais habilitados para o exercício profissional de professor de História na Educação Básica, sendo essa também uma antiga demanda da comunidade na qual a UNIPAMPA está inserida.

É relevante comentar, que, a fim de viabilizar as melhorias na educação, em janeiro de 2009, o governo federal brasileiro, instituiu, através do Decreto nº 6.755, a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, que orienta a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento de programas de formação inicial e continuada.

Essa política tem como meta efetivar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica.

A intenção principal é qualificar a formação dos professores que atuarão e/ou estão em exercício nas escolas públicas, bem como integrar a educação básica e a superior, visando aperfeiçoar os processos de ensino, de aprendizagem e de gestão nas instituições públicas. Além disso, a política educacional está voltada para a expansão da oferta de vagas, de cursos e para a melhoria da qualidade nos cursos de formação dos docentes.

Dentre os princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, e que coadunam com essa proposta, estão:

- a formação docente como compromisso com um projeto social, político e ético, para todas as etapas da educação básica, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, promovendo a emancipação dos sujeitos e grupos sociais;
- a colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação, as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino;
- a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras nas modalidades presencial e à distância;
- a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, com base no conhecimento cientificamente construído, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- a importância do projeto formativo nas instituições de ensino superior que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação e garantindo sólida base teórica e interdisciplinar;
- a equidade no acesso à formação inicial e continuada, buscando a redução das desigualdades sociais e regionais;
- a articulação entre formação inicial e formação continuada, bem como entre os diferentes níveis e modalidades de ensino;

O Decreto especifica que o atendimento à necessidade de formação inicial de profissionais docentes se concretizará através da ampliação das matrículas oferecidas pelas instituições públicas de educação superior em cursos de licenciatura e de

pedagogia, presenciais ou à distância, e através do apoio técnico ou financeiro para atendimento de necessidades específicas.

Recentemente, no dia 18 de outubro de 2017, o MEC anunciou uma nova política de formação de professores, que entre as medidas estão a residência pedagógica, uma Base Nacional para nortear o currículo de formação e a ampliação do ensino a distância.

São objetivos do MEC com essa política ampliar a qualidade e o acesso à formação inicial e continuada de professores da Educação Básica, pois “pesquisas indicam que a qualidade do professor é o fator que mais influencia a melhoria do aprendizado”, (DEMO, 2012, p.12). O que encaminha para a ideia que, independente das diferenças de renda, de classes sociais e das desigualdades existentes, a qualidade do professor é o que mais pode nos ajudar a melhorar a qualidade da educação.

As medidas foram elaboradas com base nas informações do último Censo da Educação, divulgado em 2016, que mostram que, dos quase 2,2 milhões de professores da Educação Básica, mais de 480 mil só possuem Ensino Médio e mais de 6 mil, apenas o Fundamental. Cerca de 95 mil têm formação superior, mas não em cursos de licenciatura. Apenas 1,6 milhão possuem formação em licenciatura, porém, muitos desses não atuam em sua área de formação. (Idem, BRASIL, 2017).

Assim sendo, para preencher seus quadros de educadores, diversas secretarias, por falta de opção, são obrigadas a aceitar inscrições de professores com a formação inadequada para a vaga dos concursos. No entanto, é preciso ressaltar que o Plano Nacional de Educação (PNE), prevê que todos os professores da Educação Básica tenham formação específica de nível superior em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam até 2020, o que justifica a demanda de cursos de Licenciatura em História que atendam esse público.

Essa lacuna poderá ficar mais explícita a partir de 2020, pois embora a legislação recomende a formação de professores em nível superior, o curso de Magistério, de nível médio, ainda é aceito na Educação infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental como suficiente para habilitar o professor.

Para contribuir com essas demandas, a Universidade Aberta do Brasil, ampliou a oferta e o acesso de cursos de graduação e programas de educação superior, por meio da educação a distância. “A prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados” (BRASIL, 2017).¹ É também objetivo do programa o de “reduzir desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância” (BRASIL, idem).

O governo esclareceu (Idem, BRASIL, 2017) que a UAB vai oferecer 250 mil vagas entre 2017 e 2018, sendo 75% delas reservadas para a formação de professores em seu primeiro ou segundo curso em licenciatura, com aprofundamento em áreas como Matemática, Português e tecnologias de informação e comunicação.

Tais ações governamentais visam contribuir para minimizar uma das fragilidades do sistema educacional brasileiro, que é o reconhecimento de que muitos professores que atuam na Educação Básica sem a formação adequada para a função.

No contexto da realidade educacional atual e buscando atender aos documentos oficiais que regem a educação nacional, entre eles: o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei 10.172/01), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9.394/1996); as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP nº 02/2015; Resolução nº 1, de 09/08/2017), em cursos de Licenciatura, de graduação plena, presenciais ou na modalidade a distância, justifica-se a necessidade de concretização do curso de Licenciatura em História na modalidade à distância.

Um dos motivos para a busca de alternativas diferentes para a formação docente está apoiado no contexto do quadro educacional do Brasil, cujos índices de aprendizagem na Educação Básica, estão muito aquém dos desejados.

Pesquisas (Gatti, FCC, PISA, INAF) identificam que uma das causas desses indicadores poderia estar no currículo dos cursos de licenciatura, que em sua maioria

1

Disponível em <http://portal.mec.gov.br/uab> acessado em 15/10/2017.

pretere a teoria à prática, contribuindo para que o professor fique, muitas vezes, refém de ideias alheias, teorias as quais não atribui significado na prática, comentando muitas vezes, equivocadamente, que “a teoria, na prática é outra”.

Além desses motivos, é preciso considerar que a orientação estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aponta na direção de “assegurar flexibilidade na organização de cursos e carreiras, atendendo à crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos alunos”.

Essa orientação não parece estar sendo considerada, como é possível perceber na análise dos currículos dos cursos de licenciatura realizado por Gatti (2009), que em suas conclusões descreve

Pela análise realizada foi possível constatar que: a) o currículo proposto pelos cursos de formação de professores tem uma característica fragmentária, apresentando um conjunto disciplinar bastante disperso; b) a análise das ementas revelou que, mesmo dentre as disciplinas de formação específica, predominam as abordagens de caráter mais descritivo e que se preocupam menos em relacionar adequadamente as teorias com as práticas; c) as componentes disciplinares à formação profissional específica apresentam ementas que registram preocupação com as justificativas sobre “o porquê” ensinar, o que, de certo modo, contribuiria para evitar que essas matérias se transformassem em meros receituários; entretanto, só de forma muito incipiente registram “o quê” e “como” ensinar; d) a proporção de horas dedicadas às disciplinas referentes à formação profissional específica é de 30%, ficando 70% para as outras matérias oferecidas nas instituições formadoras. Cabe a ressalva, já feita na análise das ementas, segundo a qual, nas disciplinas de formação profissional, predominam os referenciais teóricos de natureza sociológica, psicológica ou outros, com associação em poucos casos às práticas educacionais (p.233).

O parecer CNE776/97², já comentado, também sugere a necessidade de revisão de “toda a tradição que burocratiza os cursos e se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a boa formação no nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada.” (p.1) Pela análise procedida por Gatti (2009), as informações do Censo do Ensino Superior (2016) é possível inferir que a maioria dos cursos está tendo dificuldades em encaminhar essa sugestão.

Na elaboração dessa proposta de curso, concordamos também com o parecer dos relatores do CNE 776/97, que os cursos de graduação precisam “abandonar as características de que muitas vezes se revestem, [...] de atuarem como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações, [...] preparando o graduando para os desafios das rápidas transformações da sociedade [...]. (p.2)”

Entre a data desse parecer (1997) e o estudo de Gatti (2009), doze anos se passaram. Parece não ter sido tempo suficiente para modificar a forma e o conteúdo amalgamado de muitos cursos de formação de professores. Nessa proposta temos a ambição de inovar desde a estrutura curricular, que será articulada a partir do primeiro semestre, a flexibilização da integralização, o compromisso/acompanhamento de que cada componente seja obrigatoriamente composto de 2h-teoria, 2h-prática, bem como a demanda de que os componentes tenham como objetivo geral, um produto final e que o seu conteúdo que perpassa o componente seja coerente e direcionado para ele, bem como sejam explicitados os objetivos de aprendizagens relacionadas a cada procedimento planejado, conforme o modelo de Plano de Ensino do curso (Apêndice E).

Os cursos de graduação necessitam ser conduzidos, através das Diretrizes Curriculares, a abandonar as características de que muitas vezes se revestem, quais sejam as de atuarem como meros instrumentos de transmissão de conhecimentos e informações, passando a orientar-se para oferecer uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar autonomamente os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

Nesse sentido, planejamos o curso considerando também as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação (BRASIL, 2017), elaboradas com o propósito de atender as atuais demandas de democratização e as exigências de qualidade do ensino da sociedade brasileira, bem como estabelecer bases comuns para os sistemas e instituições de ensino. As DCNs sinalizam para a necessidade da organização de um currículo que enfatize a diminuição do distanciamento entre a formação acadêmica e a formação para a prática.

Conforme as DCNs o perfil do egresso necessita atender competências e habilidades voltadas para o exercício profissional da docência, muitas vezes relevada, em cursos de licenciaturas específicas, enfatizando componentes cujo conteúdo é acessível por outros meios, em detrimento das matérias pedagógicas, que deveriam ser o cerne dos cursos de licenciatura, cujo o foco é formar professores habilitados para a docência (BRASIL, 2017).

Também são enfatizadas no currículo, entre outros aspectos, a diversidade sociocultural e regional do país, a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas e a autonomia universitária, tanto no que diz respeito às questões teóricas quanto às metodológicas próprias da História como campo de conhecimento.

Outra dimensão proposta pelo Parecer CNE/CP N°5/2005 refere-se à articulação entre três eixos formadores, quais sejam, ensino, pesquisa e extensão. Esta perspectiva de trabalho contempla tanto o exercício da docência como o de diferentes funções do trabalho pedagógico em escolas, o planejamento, a coordenação, a avaliação de práticas educativas em espaços não-escolares, a realização de pesquisas que apoiem essas práticas atendendo ao que expressa no Parecer CNE/CP N° 5, [...] a consolidação da formação inicial terá lugar no exercício da profissão que não pode prescindir da qualificação continuada (BRASIL, 2005, p.6).

1.6 Pressupostos legais e normativos

Quanto à legislação que apoia a estruturação e o funcionamento dos cursos de Licenciatura e de formação de professores, esse curso foi elaborado utilizando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo as atualizações, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em História.

Para a construção deste PPC, foram considerados os seguintes documentos:

Legislação específica cursos de licenciatura:

- Lei nº 12.056/2009, a qual acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei nº 9394/1996, referentes à formação inicial e continuada de professores;
- Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, altera a lei 9394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação;
- Resolução CNE/CEB nº 04/2010, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;
- Orientação Normativa nº 02/2016, a qual estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e funcional;
- Lei nº 13.005/2014, a qual aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências;
- Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências;
- Parecer CNE/CP nº 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica;
- Resolução CNE/CP nº 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em Nível Superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;
- Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048/2000, a qual dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Decreto nº 6.949/2009, o qual promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo;

- Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado;
- Lei nº 12.764/2012, que trata da proteção dos Direitos de Pessoas com Transtorno de Espectro Autista;
- Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS;
- Portaria nº 3.284/2003, a qual dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
- Lei nº 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96;
- A Lei 10.639/2003, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências;
- Lei 11.645/2008, altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; - Parecer CNE/CP nº 003/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, o Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999

e a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

- Parecer CNE/CP nº8/2012 e a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que estabelece as normas para realização de estágios de estudantes;
- Lei nº 12.796/2013, que altera a Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a formação dos/as profissionais da educação e dar outras providências;

Orientações Normativas Institucionais

- Lei nº 11.640/2008, que cria a Fundação Universidade Federal do Pampa.
- Resolução CONSUNI nº 05/2010, que aprova o Regimento Geral da UNIPAMPA, alterado pela Resolução 27/2011.
- Resolução CONSUNI nº 20/2010, que dispõe sobre a realização dos estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e sobre os estágios realizados no âmbito desta Instituição.
- Resolução do CONSUNI nº 29/2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas.
- Resolução CONSUNI nº 71/2014, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (2014 –2018).
- Resolução CONSUNI nº 80/2014, a qual aprova o Programa de Avaliação de Desempenho Docente na UNIPAMPA.
- Resolução CONSUNI nº 97/2015, a qual normatiza o NDE na UNIPAMPA.

Legislação para o Curso de História-Licenciatura

- Parecer CNE/CES nº 492, de 03 de abril de 2001 – Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social;
- Parecer CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001 – Retifica o Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social;
- Resolução CNE/CES nº 13, de 13 de março de 2002 – Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História;

Legislação para Educação a Distância³ Decretos

- Decreto nº. 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Decreto nº. 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
- Portaria nº 1.134, de dez de outubro de 2016, que estabelece nova redação sobre a oferta de componentes curriculares na modalidade à distância em cursos de graduação presenciais.

3

Disponível em <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/193-secretarias-112877938/seed-educacao-a-distancia-96734370/12778-legislacao-de-educacao-a-distancia> acessado em 22/10/2017.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 Concepção do Curso

2.1.1 Contextualização pedagógica e perfil do Curso – História Licenciatura

O PPC (Projeto Pedagógico do Curso) foi elaborado obedecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de História, os Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância - SEED/MEC e destacando a formação para o uso didático de Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC.

Contemplando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) para a área de História, o Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Estado do Rio Grande do Sul e a Base Nacional Comum Curricular, o projeto pedagógico do Curso de Licenciatura na UAB procura valorizar o trabalho do professor, para que ele desenvolva condições de conduzir os processos de ensino e de aprendizagem de acordo com a teoria e a prática da História.

Atualmente o dinamismo e a complexidade das relações entre sociedade e natureza, as intensas e constantes migrações, refugiados, o estabelecimento de fronteiras, demanda a participação ativa de profissionais habilitados para a compreensão crítica sobre estes temas. Nesse sentido, para elaborar um curso de formação de docentes para envolvidos com essa área do saber, pressupõe a contribuição de diferentes campos do conhecimento – filosófico, antropológico, histórico, ambiental, psicológico, linguístico, sociológico, político, econômico e cultural.

Ao professor de História compete compreender a complexidade (MORIN, 2000, 2003) do real e suas múltiplas relações no processo de transformação contemporâneo por meio das categorias e conceitos espaciais, de maneira que possa, em sala de aula, contribuir para que os sujeitos reflitam criticamente sobre as inter-relações de sua experiência com as esferas local, nacional e internacional.

Torna-se, assim, ainda mais urgente a exigência da formação em nível superior como forma de ampliar a um maior número de pessoas o resultado do acesso à informação e à comunicação. A utilização do aparato tecnológico do ensino a distância permite ampliar a capacidade de compartilhar conhecimento e informação. A democratização do ensino proporcionada pela inserção tecnológica levará a um salto qualitativo na educação e no ensino da História.

Entretanto, somente a presença de um aparato tecnológico não garante mudanças substanciais na prática docente, sendo necessária a presença constante de profissionais competentes. A metodologia decorrente da inclusão digital constitui-se numa alternativa para suprir as necessidades de formação teórica, metodológica e prática na atualização e qualificação dos docentes em História, permitindo-lhes uma abordagem integradora e transformadora.

O curso de licenciatura proposto no âmbito da UAB nos polos de cidades do estado do Rio Grande do Sul tem condições de desenvolver e levar à inclusão digital não só dos alunos dos próprios municípios-sede, mas também dos municípios em suas áreas de influência, enquanto a necessidade de tutores presenciais e de pessoal técnico para a manutenção dos equipamentos aumentará a oferta de empregos qualificados. O número de alunos formados no Ensino Médio no Rio Grande do Sul justifica o empreendimento.

De acordo com o Parecer CNE/CES 564/2015, para compreender a EaD, como modalidade, implica contextualizá-la e articulá-la efetivamente a um “ambiente virtual multimídia interativo”, com convergência digital, como “espaço” de relações humanas e a partir de uma visão de educação, com qualidade social, para todos, a partir da garantia de padrão de qualidade e reais condições de infraestrutura, laboratórios, base tecnológica, com pessoal qualificado, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis. Neste sentido, o Curso de História – Licenciatura buscará articular o saber histórico às dimensões pedagógicas e tecnológicas. Esta articulação se dará nos Polos de educação a distância – onde por meio da infraestrutura daquele local se dará a interação entre tutores e acadêmicos.

2.1.2 Objetivos

2.1.2.1 *Objetivo Geral:*

O curso de História Licenciatura EaD, comprometido em concretizar a missão institucional da UNIPAMPA tem por **Objetivo Geral:**

Formar professores para atuar na Educação Básica oportunizando a aprendizagem da História nas suas diversas perspectivas. Preparar professores de História que compreendam o sistema educacional, que possuam autonomia intelectual e desenvolvam consciência crítica dos problemas contemporâneos no trato das questões históricas e pedagógicas.

2.1.2.2 *Objetivos Específicos:*

O curso de História, comprometido em concretizar a missão institucional da UNIPAMPA tem por **Objetivos Específicos:**

- a) Capacitar ao exercício do trabalho de licenciados(as) em História, em todas as suas dimensões, o que supõe domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção, crítica e difusão;
- b) Problematizar as múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos e a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- c) Busca de competências, mediante o desenvolvimento de habilidades específicas, esperando-se que a natureza relacional do saber histórico contribua efetivamente para a formação de indivíduos indagadores, criativos e autônomos, que intervenham propositivamente na sociedade;
- d) Desenvolver competências e habilidades que proporcionem aos futuros(as) licenciados(as) em História uma prática profissional responsável, ética e comprometida com a qualificação da Educação Básica do país e da região.
- e) Contribuir para a formação de docentes comprometidos com a aprendizagem dos alunos, a produção e a socialização do conhecimento pertinente (MORIN, 2000);
- f) Oportunizar a formação de professores de História habilitados para o exercício da docência nesse componente curricular na Educação Básica do Brasil;

- g) Desenvolver estratégias de aprendizagem adequadas, considerando a diversidade do público alvo, a metodologia do ensino à distância, visando a reconstrução e a ressignificação do conhecimento pelos sujeitos;
- h) Contribuir para a formação de um profissional socialmente responsável, comprometido em contribuir para qualificar a vida da população brasileira, considerando a inclusão e a sustentabilidade;
- i) Oferecer uma formação profissional de qualidade numa perspectiva de educação humanizada;
- j) Desenvolver a capacidade de analisar e atuar na sociedade contemporânea a partir dos saberes historiográficos;
- k) Formar um profissional apto a compreender e promover soluções para problemas sociais e ambientais de sua comunidade;
- l) Formar educadores comprometidos com o ensino da História.
- m) Formar profissionais capacitados a desenvolver propostas pedagógicas interdisciplinares;

Para esclarecer os conceitos que perpassam esses objetivos, julgamos relevante explicitar as concepções e pressupostos que o embasam.

Em relação ao conceito de ‘formação’, concordamos com Morin (2012), que percebe relações dessa palavra com ‘molde’, ‘adequação’, e enfatiza que a missão do didatismo precisa ser a de encorajar o autodidatismo, despertando, provocando, favorecendo a autonomia do espírito. (MORIN, 2012, p.11- grifo nosso).

Significa afirmar que formação para nós é contribuir para a autonomia intelectual dos alunos, para que reaprendam a aprender, a selecionar informações, priorizar conteúdos, fazer escolhas, posicionar-se criticamente, argumentar sobre seus posicionamentos, ouvir o outro, respeitar a diversidade, valorizar a vida, a ética, a terra, o planeta, o mundo, reconhecendo sua incompletude e a do conhecimento.

Compactuamos também com a ideia de que a qualidade da formação docente vem sendo apontada como fator com potencial determinante para a qualificação dos processos

de ensino, de aprendizagem (IMBERNON, 2007; DEMO, 2012), que o desempenho do discente é dependente/autônomo da qualidade da prática docente, que por sua vez, está articulada com a (auto)formação continuada e permanente que objetiva refletir criticamente sobre o cotidiano da ação a fim de qualificá-la.

Nesse sentido, nada é mais importante do que um professor que reaprende continuamente, para que o aluno aprenda (DEMO, 2012), porque, qualidade docente é o fator mais incisivo entre as condições para que o aluno possa aprender bem, mesmo que não seja a única (DARLING-HAMMOND, 2005, 2009), porque não há docência sem discência (FREIRE, 1997) e só ensina quem aprende (GROSSI, 1998).

O objetivo da profissão docente é a aprendizagem de todos os alunos, conseqüentemente o professor é o profissional da aprendizagem (DEMO, 2008). A meta, o produto do seu trabalho é a aprendizagem dos seus alunos. Sendo assim, seu papel é planejar, elaborar, desenvolver estratégias para oportunizar que todos os alunos aprendam os conteúdos que deseja ensinar, ciente de que:

a) ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou reconstrução (FREIRE, 1997).

b) Aprender demanda pensamento, reconstrução, (res)significação, atribuição de sentido ao conteúdo, incorporando/relacionando/articulando com uma base conceitual subjetiva existente. (DEMO, 2012).

c) Aprender significa reconstruir relações entre o conhecimento prévio e a nova informação. (POZO, 2014).

d) Ser capaz de reproduzir ideias alheias não é sinônimo de aprendizagem. Memorizar sem significar não é aprender, pois, a memória viaja leve, só leva o que tem serventia e o que dá prazer (ALVES, 2002).

Por isso, uma das estratégias didáticas mais produtivas envolve promover, potencializar a interação entre os saberes dos sujeitos, partindo do seu conhecimento para ir além, conscientes de que o “[...] conhecimento progride pela capacidade de contextualizar e englobar” (MORIN, 2012, p.15).

A profissão docente é caracterizada por práticas nas quais a experiência individual pode se converter em coletiva, porém o modo de sistematizar a socialização do conhecimento construído com a experiência profissional, precisa ser organizado com base

no conhecimento cientificamente construído sobre como os sujeitos aprendem e como é possível ensiná-los. Fato que também encaminha para a necessidade de (auto) formação pedagógica, pois “o problema da complexidade não é o da completude, mas o da incompletude do conhecimento” (MORIN, 1996, p. 176).

O ensino é, então, o meio/instrumento que o professor utiliza para alcançar o fim/propósito de sua profissão: a aprendizagem de todos os alunos. O foco da ação é o aluno. Coerente com essa ideia há necessidade de partir do diagnóstico do conhecimento já existente para ir além, sistematizando e avaliando processualmente os avanços, desenvolvendo ações cotidianas de retroalimentação, para que o sujeito tenha elementos para perceber-se aprendendo, para desejar permanecer no curso e não evadir.

A (auto) formação continuada oportuniza também repensar necessidades, desejos, limitações, possibilidades. Nesse processo de idas e vindas, de atalhos e bifurcações os professores vão elaborando maneiras de ser e estar na profissão (NÓVOA, 1995). Nesse processo, necessitam considerar a inexistência de obviedades, pois o que é óbvio para um, não o é para o outro ou, como afirma Lacerda (2002).

2.1.3 Perfil do Egresso

O egresso do curso de Licenciatura em História EaD necessita reconstruir e ressignificar durante o curso, um conjunto de dados, informações, conceitos procedimentos, atitudes e saberes articulados ao conteúdo dos componentes, bem como com as competências profissionais necessárias para desenvolver seu papel com qualidade. O Curso de História – Licenciatura EaD pretende, portanto, a formação de profissionais que exerçam o ensino de História como um dos elementos de transformação da sociedade e de contribuição para a garantia de direitos sociais que preconizam a oferta de uma Educação Básica pública e de qualidade a todos. Na intervenção da realidade presente é fundamental o domínio de conteúdos relativos à História do Brasil e da América, permeados pela dimensão local e regional, bem como do conhecimento e valorização dos elementos africanos e ameríndios que conformam seus processos. A ênfase nas dimensões geográficas e culturais não pressupõe negligenciar uma história global, e sim compreender os elementos nacional e regional, ameríndios e africanos, em

relação contínua – e contraditória – com essa história, de mútuas influências e condicionantes.

A formação deste perfil de egresso encontra eco nos componentes curriculares do curso, primordialmente pela necessidade de proporcionar condições e oferecer ferramentas conceituais e operacionais, para que os discentes possam compreender de modo crítico a maneira pela qual a realidade social está construída – a presença de conflitos permeados pela tensão entre inclusão e exclusão social, os problemas de tolerância e respeito ao outro, à pluralidade de identidades, às questões de gênero e o repensar de ações políticas que tratem de delicadas questões envolvendo a vulnerabilidade educacional, dentre outros fatores.

- Planejar, produzir e utilizar estratégias didáticas adequadas aos conteúdos escolares dos níveis/anos/modalidades de ensino em que irá atuar, identificando o conhecimento prévio dos alunos, viabilizando a aprendizagem de todos, atualizando-se sobre o uso e o avanço das diferentes tecnologias;
- Identificar, analisar e produzir conhecimento sobre situações educacionais com atitude investigativa, interativa e interventiva, através da reflexão crítica cotidiana sobre a sua prática;
- Desenvolver projetos de pesquisas sobre e com os discentes, constituindo grupos de pesquisa, reconhecendo a necessidade de formação permanente e continuada;
- Planejar e desenvolver atividades em grupo, de modo proativo, colaborativo e produtivo;
- Identificar, acompanhar e analisar criticamente políticas públicas relacionadas com a educação.

2.1.4 Campo de Atuação Profissional

O profissional titulado pelo Curso de História – Licenciatura EaD poderá exercer a docência na Educação Básica, nos ensinos Fundamental e Médio, seja ele público ou privado. Poderá seguir a formação superior em cursos de pós-graduação Lato senso e stricto senso em História ou áreas afins, habilitando-se para a docência no Ensino Superior. Poderá exercer atividades educativas em associações, centros culturais, museus

e outros espaços públicos e privados que contemplem o saber histórico e seu ensino em suas atividades. Poderá exercer a pesquisa em órgãos governamentais ou instituições privadas que necessitem de um profissional para esta área, ou cujos propósitos correlacionem-se com este saber. Poderá atuar na área cultural (museus, turismo, arquivos públicos, etc.) e consultor de materiais didáticos e participar de projetos culturais nos mais diversos âmbitos (governo, instituições privadas e sociedade civil). Poderá envolver-se em projetos educacionais relacionados à história, memória e patrimônio.

2.2 Apresentação do curso

2.2.1 Administração Acadêmica do Campus São Borja

A interface administrativa do curso de História é a administração acadêmica do Campus São Borja, a qual se articula com a estrutura organizacional da UNIPAMPA, conforme estatuto e regimento da Universidade (UNIPAMPA/CONSUNI, 2010). Constituem a administração acadêmica do Campus: a) o Conselho do Campus: órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito do Campus. Integrado pelos Coordenadores(as) de Cursos de graduação e pós-graduação do Campus; Coordenador(a) da Comissão de Pesquisa; Coordenador(a) da Comissão de Extensão; representação docente; representação dos técnico-administrativos em educação; representação discente e representação da comunidade externa. b) a Direção: integrada por Diretor(a), Coordenador(a) Acadêmico(a) e Coordenador(a) Administrativo(a); c) a Coordenação Acadêmica: Integrada pelo Coordenador(a) Acadêmico(a); Coordenadores(as) de Curso do Campus; Núcleo de Desenvolvimento Educacional-NuDE; Comissões Locais de Ensino, de Pesquisa e de Extensão; Secretaria Acadêmica; Biblioteca do Campus; laboratórios de ensino, de pesquisa e de informática e outras dependências dedicadas às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. As Comissões de Ensino, de Pesquisa e de Extensão: são órgãos normativos, consultivos e deliberativos independentes no âmbito de cada área (ensino, pesquisa e extensão) que têm por finalidade planejar e avaliar e deliberar sobre as atividades de ensino, de pesquisa e extensão de natureza acadêmica, respectivamente, zelando pela articulação de cada uma das atividades com as demais. São compostas por docentes, técnicos administrativos em educação e representantes

discentes; d) Coordenação Administrativa: Integrada pelo Coordenador(a) Administrativo(a); Secretaria Administrativa; Setor de Orçamento e Finanças; Setor de Material e Patrimônio; Setor de Pessoal; Setor de Infraestrutura; Setor de Tecnologia de Informação e Comunicação do campus e o Setor de Frota e Logística.

2.2.2 Comissão e Coordenação de Curso

A Comissão de Curso é o órgão que planeja, executa e avalia as atividades pedagógicas, também propõe alterações curriculares e discute temas referentes ao curso. As atividades da comissão de curso são presididas pelo coordenador. Os membros natos dessa comissão são os professores atuantes no curso e os membros eleitos democraticamente pelos seus pares: um representante discente e um representante dos servidores técnico-administrativos. O coordenador de curso e seu substituto são eleitos para um mandato de dois anos e deverão ter disponibilidade de tempo para as atividades da função.

De acordo com a Resolução 05 de 2010 da UNIPAMPA (2010), o curso será gerido pela figura do coordenador e, no caso de afastamentos temporários ou impedimentos eventuais, pelo coordenador substituto, eleitos para um período de dois anos. O perfil do coordenador de curso é de um professor que ministra componentes curriculares no curso e que possui graduação e doutorado na área da História e experiência de magistério superior. O regime de trabalho do coordenador é de tempo integral, reservando, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais para as atividades de coordenação. O coordenador dedica-se à gestão do curso, caracterizada pelo atendimento diligente e diplomático aos discentes e docentes, pela representatividade no Conselho de Campus e demais instâncias da universidade, pela dialogicidade com a comunidade interna e externa, pela transparência, organização e liderança no exercício das funções, pela acessibilidade a informações e pelo conhecimento e comprometimento com o PPC. A comissão de curso será integrada pelos seguintes professores:

Dr.^a Adriana Cantini

Dr.^a Andréa Narvaes

Dr.^a Carmen Regina Dorneles Nogueira

Dr.^a Claudete Robalos da Cruz
Dr. Edson Romário Paniágua
Dr. Evandro Ricardo Guindani
Me Josiane Boeira Kirinus Fernandes
Dr.^a Lauren de Lacerda Nunes
Dr.^a Lisianne Ceolin
Dr. Maurício Aires Vieira
Dr. Muriel Pinto
Dr.^a Nola Patrícia Gamalho
Dr. Ronaldo Bernardino Colvero
Dra. Sara Fernandes de Souza Epitácio
Dr. Sávio Domingos
Dra. Yáscara Michele Neves Koga Guindani

O coordenador do curso será o professor Dr. Edson Romário Monteiro Paniagua que terá a responsabilidade de coordenar as reuniões de curso além de ser responsável por todos os aspectos legais, que englobam as relações institucionais externas. Compõe o núcleo docente estruturante do curso, a comissão local de ensino e o conselho de campus e, a partir de 2018 passará a integrar o CONSUNI. O atendimento aos discentes é feito por meio digital (e-mail) ou presencialmente, no gabinete da coordenação, sendo destinados três horários semanais para estes atendimentos. O professor Edson Romário Monteiro Paniagua possui experiência profissional de 17 anos de magistério superior, sendo 07 anos na UNIPAMPA e 10 na URCAMP Alegrete/São Borja. Além disso, teve 10 anos de experiência no Ensino Básico (Estado do Rio Grande do Sul e Município de Alegrete). Possui vasta experiência de gestão acadêmica, que somadas, ao tempo de magistério são maiores que 04 anos.

2.2.3 Núcleo Docente Estruturante

Conforme o estabelecido pela Resolução CONAES (BRASIL, 2010), “o Núcleo Docente Estruturante – NDE, de um curso de graduação, constitui-se de um

grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso”.

Dentre as atribuições acadêmicas deste grupo estão os seguintes pontos: i) contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; ii) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; iii) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; iv) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Curso de Graduação. O NDE também poderá tomar decisões a respeito de bibliografia básica e complementar dos componentes curriculares. De acordo com o Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação (BRASIL, 2017) o NDE poderá comprovar a compatibilidade, em cada bibliografia básica do componente curricular, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo.

O NDE se reúne mensalmente e será composto pelos seguintes docentes:

Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

Dr. Edson Romário Paniágua – História

Dr. Evandro Ricardo Guindani

Dra. Yáscara Michele Neves Koga Guindani

Dra. Sara Fernandes de Souza Epitácio

A equipe do Curso será composta dos seguintes membros:

- 01 coordenador geral do Curso
- 01 Coordenador Pedagógico
- Professores autores (dois por componente curricular)
- Secretaria
- Professores Supervisores de Tutoria (por conteúdo/componente curricular)
- Tutores presenciais e a distância (por conteúdo)
- Coordenação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Coordenação Adjunta
- Coordenação Pedagógica em EaD

- Apoio Pedagógico em EaD
- Sistema de Acompanhamento ao Estudante a Distância – Gerenciamento das Informações
- Desenvolvimento em TI (Tecnologias de Informação) – Ambiente Virtual de Aprendizagem (*Moodle*)
- Apoio a Produção de Materiais Didáticos para EaD

2.2.4 Funcionamento do Curso

2.2.4.1 Titulação conferida.

Ao concluir todos os requisitos necessários para a integralização da formação curricular, de acordo com as normas estabelecidas pela UNIPAMPA, será concedido o título de Licenciado/Licenciada em História.

2.2.4.2 Do processo seletivo, da oferta de vagas, ingresso e regime de matrícula.

O processo seletivo da UNIPAMPA ocorre para todos os cursos de graduação 1 (uma) vez por ano, no 1º (primeiro) semestre, conforme o número de vagas estabelecido pela Instituição e, excepcionalmente, no 2º (segundo) semestre, se autorizado pelo Conselho Universitário, para cursos específicos. É realizado por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu), Ministério da Educação (MEC), utilizando exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Excepcionalmente podem ser realizados processos seletivos específicos como: realização de prova de conhecimentos gerais e/ou elaboração de redação e/ou ingresso de portador de diploma de graduação.

No curso de História são ofertadas 50 vagas. O regime de matrícula é semestral, sendo as formas de ingresso e matrícula no Curso de História – Licenciatura, regidas pelo calendário acadêmico, por editais específicos, pela Portaria Normativa MEC nº 02, janeiro de 2010 (BRASIL/MEC/SES, 2010) e de acordo com a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 29, de 28 de abril de 2011.

2.2.4.3 Período de realização do curso

O Curso terá a duração de 4 anos (8 semestres) e será oferecido EAD. A carga horária mínima requerida por semestre é de 400 horas (para integralizar em 8 semestres) e 268 horas (para integralizar em 12) respectivamente.

2.2.4.4 Calendário acadêmico

O calendário acadêmico da UNIPAMPA é proposto pela Pró-Reitoria de Graduação e homologado pelo CONSUNI. Deve consignar, anualmente, as datas e os prazos estabelecidos para as principais atividades acadêmicas a serem realizadas nos *Campi* (UNIPAMPA/CONSUNI, 2011). O calendário acadêmico compreender dois períodos letivos regulares, com duração mínima de 100 (cem) dias letivos cada um. Entre dois períodos letivos regulares, o calendário acadêmico indica um período especial com duração de, no mínimo, 2 (duas) semanas e, no máximo, 6 (seis) semanas. A carga horária de aula (hora-aula) é de 55 minutos, o que permite que os componentes sejam integralizados em 18 semanas.

2.2.4.5 Carga horária e respectiva distribuição no curso

A matriz curricular do curso de História Licenciatura é estruturada em 8 semestres. O regime de matrícula é semestral, por componente curricular e respectiva carga horária/créditos, sendo que, cada 15 horas correspondem a um crédito. Enquanto currículo, o Projeto Político Pedagógico está organizado da seguinte forma: o currículo prevê **3.410 horas**, desenvolvidas nos seguintes componentes curriculares:

- a) Componentes curriculares obrigatórios de natureza técnico-científico **1.935 horas;**
- b) Trabalho de conclusão de curso **60 horas;**
- c) Prática como componente curricular **420 horas;**
- d) Estágio curricular supervisionado **405 horas.**
- e) Componentes curriculares complementares de graduação: **390 horas**

O currículo composto por atividades complementares prevê o mínimo de **200 horas** de atividades complementares de graduação (ACGs), caracterizadas por atividades de ensino, pesquisa, extensão, culturais, artísticas, sociais e de gestão, as quais são obrigatórias e desenvolvidas ao longo do curso.

No que tange a extensão o curso tem conhecimento da Lei que aprova o PNE e a sua estratégia 12.7 - Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014- a qual prevê 10% da carga horária do curso destinada a ações extensionistas e está se organizando para atender a referida legislação. No âmbito institucional há um grupo de trabalho entre as Pró-Reitorias de Extensão e de Graduação dedicado a elaboração de normas internas sobre a temática.

A carga horária total prevista para o currículo é de **3.410 horas** e atende a legislação da área de conhecimento do curso.

Ainda em relação ao currículo composto por atividades complementares obrigatórias, o Curso de História Licenciatura, com o objetivo de diversificar a formação prevê a oferta de 26 créditos e **390 horas** de componentes curriculares complementares de graduação (CCCG) a serem realizados pelo acadêmico.

2.2.5 Formas de Ingresso

1. Processo seletivo com a utilização das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM):

I. Ocorre para todos os cursos de graduação 01 (uma) vez por ano, no 1º (primeiro) semestre, conforme o número de vagas estabelecido pela Instituição e, excepcionalmente, no 2º (segundo) semestre, se autorizado pelo Conselho Universitário, para cursos específicos;

II. É realizado por meio da utilização exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Parágrafo único. Excepcionalmente podem ser realizados processos seletivos específicos autorizados pelo Conselho Universitário.

2. Reopção: forma de mobilidade acadêmica regulada por edital específico e condicionada à existência de vagas, mediante a qual o discente, regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação da UNIPAMPA, poderá transferir-se para outro curso de graduação desta Universidade.

A mudança de curso ou turno pode ocorrer até 2 (duas) vezes.

3. Processo seletivo complementar:

Em virtude da disponibilidade de vagas o Processo Seletivo Complementar é promovido, semestralmente, para ingresso no semestre subsequente, com o fim de criar oportunidades de acesso ao ensino público superior.

3.1 Reingresso: É a forma de ingresso de ex-discentes da UNIPAMPA em situação de abandono ou cancelamento de curso há menos de 2 (dois) anos.

3.2 Transferência voluntária: É a forma de ingresso de discentes regularmente matriculados ou com matrícula trancada em curso de graduação de outra Instituição de Ensino Superior (IES), pública ou privada, reconhecida conforme legislação, e que desejam transferir-se para essa Universidade, dispondo-se a cumprir as regras do edital proposto pela Instituição.

3.3 Portador de Diploma: É a forma de ingresso na UNIPAMPA para diplomados por Instituição de Ensino Superior do País, conforme legislação, ou que tenham obtido diploma no exterior, desde que revalidado na forma da lei.

4. Transferência compulsória (Transferência *EX OFFICIO*): É a forma de ingresso concedida a servidor público federal, civil ou militar, ou a seu dependente discente, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do Campus pretendido ou município próximo, na forma da lei.

5. Regime especial: consiste na inscrição em componentes curriculares para complementação ou atualização de conhecimentos. A matrícula no Regime Especial é permitida aos Portadores de Diploma de Curso Superior, discentes de outra Instituição de Ensino Superior e portadores de Certificado de Conclusão de Ensino Médio com idade acima de 60 (sessenta) anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica. A matrícula no Regime Especial não constitui vínculo com qualquer curso de graduação da instituição.

6. Programa estudante convênio: A matrícula de estudante estrangeiro, mediante convênio cultural firmado entre o Brasil e os países conveniados, somente é aceita dentro

do número de vagas oferecidas anualmente pela Universidade à Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC).

7. Programa de mobilidade acadêmica interinstitucional: permite ao discente de outras IES cursar componentes curriculares na UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária pelo prazo estipulado no Convênio assinado entre as Instituições.

8. Programa de mobilidade acadêmica intrainstitucional: permite ao discente da UNIPAMPA cursar, temporariamente, componentes curriculares em outros campi.

9. Matrícula Institucional de cortesia: consiste na admissão de estudantes estrangeiros funcionários internacionais ou seus dependentes, que figuram na lista diplomática ou consular, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06/06/84 e Portaria 121, de 02/10/84.

Ainda, em atendimento ao disposto no Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999; na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.824 de 11 de outubro de 2012, na Portaria nº 18, de 11 de outubro de 2012; na Lei 13.184 de 04 de novembro de 2015; e na Portaria Normativa MEC nº 09, de 05 de maio de 2017, a UNIPAMPA oferta 20% (vinte por cento) das vagas de cada curso para as ações afirmativas L1 e L2; 18% (dezoito por cento) das vagas para as ações afirmativas L5 e L6; 06% (seis por cento) das vagas para as ações afirmativas L9 e L10; 06% (seis por cento) das vagas para as ações afirmativas L13 e L14; 02% (dois por cento) das vagas para as ações afirmativas V1094; e 48% (quarenta e oito por cento) para a ampla concorrência.

I - Estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo:

a) que tenha cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (denominada, ação afirmativa L1, ou simplesmente L1);

b) autodeclarados pretos, pardos e indígenas e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (denominada, ação afirmativa L2, ou simplesmente L2).

II - Estudantes egressos de escolas públicas, independente de renda:

a) que tenha cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (denominada, ação afirmativa L5, ou simplesmente L5).

b) autodeclarados pretos, pardos e indígenas e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (denominada, ação afirmativa L6, ou simplesmente L6).

III - estudantes com deficiência que tenha renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo:

a) que tenha cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (denominada, ação afirmativa L9, ou simplesmente L9).

b) autodeclarados pretos, pardos e indígenas e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (denominada, ação afirmativa L10, ou simplesmente L10).

IV - Estudantes com deficiência egressos de escolas públicas, independente de renda:

a) que tenha cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (denominada, ação afirmativa L13, ou simplesmente L13).

b) autodeclarados pretos, pardos e indígenas e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (denominada, ação afirmativa L14, ou simplesmente L14).

V - Estudantes com deficiência (denominada, ação afirmativa V1094 ou simplesmente V1094)

VI - Estudantes que independente da procedência escolar, renda familiar ou raça/etnia (denominada ampla concorrência ou A0).

2.3 Organização Curricular

- Serão realizados, durante o desenvolvimento do curso, encontros presenciais e seminários temáticos, estudos à distância e avaliações. Os encontros presenciais no Curso de História serão realizados nos polos

No âmbito da UNIPAMPA, o Polo de Apoio Presencial é a unidade acadêmica e operacional dotada de infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas, especialmente o acompanhamento e a orientação de estudos, as práticas laboratoriais, as atividades e avaliações presenciais dos cursos a distância. Os polos de EaD poderão abrigar atividades de ensino, pesquisa e extensão

- O número máximo de créditos a serem cursados em um semestre letivo não poderá ultrapassar 28 créditos e o número mínimo previsto é de 24 créditos. Para a conclusão de curso não serão levados em conta estes limites;
- O *Moodle* será adotado no curso como o sistema gerenciador de conteúdo de educação a distância.

2.3.1 Estrutura Curricular

- A infraestrutura de apoio acadêmico e administrativo será composta de: coordenador geral de curso, coordenador pedagógico, professores autores, secretaria, professores supervisores de tutoria, tutores a distância por conteúdo;
- A indicação do quantitativo de polos e possibilidades de expansão é de 50 vagas para cada município;
- A entidade executora do projeto será a UNIPAMPA em consonância com o sistema UAB;
- Deverá fazer parte da infraestrutura, estagiários, designer instrucional e equipe de informática;

- A equipe técnica dos polos deverá ser composta por coordenador de polo e tutores presenciais.

2.3.2 Requisitos para a integralização do currículo

Considera-se integralização curricular a obtenção de carga horária total dos componentes curriculares/atividades fixados no currículo do curso e prevista no Projeto Pedagógico do Curso e a participação ou dispensa do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante (ENADE), conforme Lei nº 10.861/2004.

Observação: Somente receberá o diploma o aluno que integralizar o currículo do seu curso.

Em relação à avaliação, de modo geral, a UNIPAMPA adota para todos os cursos uma forma de avaliação do desempenho acadêmico explícita no Capítulo III da Resolução 29, de 28 de abril de 2011.

Art. 58 O desempenho acadêmico é resultante do processo de avaliação do discente nas atividades de ensino na Instituição, em consonância com as normas regimentais e com a legislação pertinente. Art. 59 A avaliação da aprendizagem do discente nos componentes curriculares é processual, contínua e cumulativa, com a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. §1º O registro da aprendizagem do aluno deve constar em pelo menos um documento físico (prova escrita, relatório ou outro instrumento de avaliação). §2º O resultado das atividades de avaliação deve ser divulgado aos discentes em até 10 (dez) dias úteis após a sua realização. §3º É assegurado ao discente vistas aos documentos referentes às suas atividades de avaliação, após a divulgação do resultado dessas. §4º O resultado final da avaliação de aprendizagem é expresso como aprovado ou reprovado de acordo com os critérios de frequência registrada e nota atribuída ao discente. §5º A nota atribuída ao discente segue uma escala numérica crescente de 0 (zero) a 10 (dez). §6º Aprovado é o discente que atender à frequência de 75% (setenta e cinco por cento) na carga horária do componente curricular, salvo nos programas de educação à distância, e obter nota final igual ou maior do que 6 (seis)..

2.3.3 Trabalho de Conclusão de Curso

O “Trabalho de Conclusão de Curso”, além de instituir exercício de prática de pesquisa com complexidade superior às desenvolvidas no decorrer do curso, atividade efetiva, pois, de articulação entre ensino e pesquisa, é o momento de aplicação e aprofundamento do conjunto de conhecimentos construídos ao longo da graduação. Ainda que, para a realização deste trabalho, o acadêmico tenha de delimitar seu objeto de estudo e definir uma área específica, o TCC deve expressar o resultado da contribuição de cada componente curricular em sua formação como sujeito autônomo, comprometido com as questões referentes ao Curso, capaz de estabelecer relações entre conhecimentos, preocupado com o arcabouço teórico e com a correlação entre teoria e prática e, sobretudo, atento às questões referentes ao estudo da História.

Enquanto exercício de pesquisa, o TCC permite qualificação complementar e incentivo para que os alunos prossigam sua formação após a conclusão do curso de graduação, seja na perspectiva de investimento na atividade acadêmica, seja enquanto formação continuada com vistas à prática profissional no mercado de trabalho fora da universidade. As orientações serão distribuídas de maneira proporcional pelos professores docentes do curso de História, bem como das áreas respectivas que façam parte do conselho de Curso. Poderá haver, em casos de trabalhos que abranjam o envolvimento de mais de uma área, a figura do coorientador (da UNIPAMPA ou de outras IES).

O trabalho inicia quando o aluno, sob a orientação de um professor orientador define seu objeto de pesquisa e elabora o projeto. Ele terá orientações gerais sobre a elaboração do projeto de pesquisa e concomitantemente definirá com seu orientador a delimitação do tema, a metodologia e o referencial teórico inicial. Em seguida, o aluno, sob a orientação do professor-orientador (e coorientador, quando for o caso), executará o projeto elaborado em TCC I. O trabalho deverá ser apresentado em forma de monografia.

Durante o período de orientação, o professor-orientador acompanhará a redação de todas as partes do trabalho, cabendo ao aluno remeter regularmente seu texto ao professor-orientador, bem como comparecer aos encontros agendados. Aqueles alunos que não submeterem seu trabalho ao acompanhamento do professor não poderão

encaminhar o trabalho à banca para avaliação. Uma vez concluído, o trabalho será encaminhado em versão preliminar à Coordenação do Curso em três cópias impressas (uma para cada professor membro da banca de avaliação). Após a defesa pública e feitos os ajustes necessários sugeridos pela banca, o aluno terá dez dias úteis para entregar a versão final, em duas cópias impressas, uma para arquivamento na documentação do Curso e uma para a biblioteca da UNIPAMPA, e duas cópias digitais (CD-ROM). Dessa forma, cumprir-se-ão todos os requisitos para aprovação no componente curricular.

DEFESA PÚBLICA: O trabalho será avaliado pelo professor-orientador e por mais dois professores do Curso de História Licenciatura, designados pela Comissão de Curso em reunião específica para a composição das bancas de avaliação dos trabalhos de conclusão de curso. A defesa oral do trabalho de conclusão será pública, com dia, horário e local divulgados no mural do curso de História. As notas serão atribuídas em sessão secreta ao final da arguição do aluno e, logo a seguir, em sessão pública, será lida a ata de defesa, na qual constarão as notas atribuídas por cada avaliador e a nota final do aluno. Cada membro da banca atribuirá nota de 0 a 7,0 (zero a sete) para o trabalho escrito e nota de 0 a 3,0 (zero a três) para a defesa oral, conforme os critérios descritos abaixo nas tabelas 1, 2 e 3; a nota final será a soma da média das notas dos três professores integrantes da banca, respeitando-se o peso do trabalho escrito e o da defesa oral, conforme o apresentado na tabela 4.

TABELA 1	
Trabalho escrito de natureza teórico-prática	
Critérios	Valor
Consistência teórica (adequação do referencial teórico, qualidade das resenhas, nível de discussão, articulação entre os temas abordados).	2,0
Clareza metodológica (introdução, objetivos, conclusão, organização estrutural e condução do trabalho).	2,0
Relação teoria e prática (vinculação da análise à(s) teoria(s) apresentadas(s), qualidade/profundidade da análise).	2,0
Aspectos formais (adequação gramatical, respeito às normas da ABNT, organização do trabalho).	1,0
Total	7,0

TABELA 2	
Trabalho escrito de natureza teórico-bibliográfica	
Critérios	Valor
Consistência teórica (adequação do referencial teórico, qualidade das resenhas, nível	3,0

de discussão, articulação entre os temas abordados).	
Clareza metodológica (introdução, objetivos, conclusão, organização estrutural e condução do trabalho).	3,0
Aspectos formais (adequação gramatical, respeito às normas da ABNT, organização do trabalho).	1,0
Total	7,0

TABELA 3	
CrITÉRIOS para avaliação da defesa oral	Valor
Relevância e clareza da apresentação do trabalho	1,5
Desempenho na arguição.	1,5
Total	3,0

TABELA 4	
Nota Final	Peso
Trabalho escrito	7,0
Defesa oral	3,0

REPROVAÇÃO Em caso de reprovação, a comissão de curso irá definir a data de uma nova apresentação do TCC, ou a necessidade do aluno refazer o componente curricular de TCC.

2.3.4 Estágio Supervisionado

O estágio curricular supervisionado obrigatório inicia-se, de acordo com a legislação vigente, tem como objetivo possibilitar ao acadêmico de licenciatura em Geografia, sob a orientação de um docente do curso, a participação sistemática e reflexiva em situações de ensino-aprendizagem na educação formal ou informal, presencial ou à distância, entre outras modalidades. A concepção de estágio aqui adotada é aquela em que se possa compartilhar tanto no ambiente profissional do futuro do licenciando quanto no ambiente acadêmico, a construção coletiva de proposições e descobertas sobre o cenário educacional, entendido de forma situada, contextualizada e sensível às especificidades locais e regionais, de forma a qualificar ainda mais a articulação entre teoria e prática. Busca-se também o desenvolvimento, por parte do estagiário, de um problema de pesquisa, de forma a integrar registros vários, especialmente notas de campo e diários reflexivos, observações, instrumentos didáticos, análise teórica e empírica do cenário educacional imediato, baseando-se nas políticas públicas em educação implementadas em âmbito municipal, estadual e nacional e

problematizando-as localmente. O compartilhamento dessas experiências se tornará público perante a comunidade escolar e acadêmica, de forma a retroalimentar-se continuamente, através de uma mostra de estágios realizada ao final do semestre, com a participação da comunidade local escolar e demais alunos dos cursos de licenciatura, a fim de ampliar o diálogo e o intercâmbio de vivências sobre a realidade educacional, sensibilizando a sociedade para o caráter investigativo e reflexivo de que as questões educativas são constituídas.

O Estágio Supervisionado Curricular é de caráter obrigatório e será realizado na rede pública municipal, estadual e federal de ensino, podendo ser realizado na rede privada, desde que houver a aceitação por parte da instituição do acadêmico proponente, assim como a proposta político-pedagógica do curso.

O estágio Supervisionado Curricular obrigatório integralizará 405 horas e iniciará no 5º semestre ao 8º semestre, sendo 240h Ensino Fundamental, Séries Finais e Ensino Médio 165 h e tem por objetivos:

- I. Possibilitar ao estudante a ampliação de conhecimentos teóricos e práticos em situações reais de trabalho;
- II. Proporcionar ao estudante o desenvolvimento de competências e habilidades práticas e os aperfeiçoamentos técnicos, científicos e culturais, por meio da contextualização dos conteúdos curriculares e do desenvolvimento de atividades relacionadas, de modo específico ou conexo, com sua área de formação;
- III. Desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio profissional.

O estágio obrigatório será desenvolvido ainda, de modo complementar e na medida da disponibilidade regional, nas seguintes modalidades e focos:

- I. Educação de Jovens e Adultos – noturno
- II. Educação Especial – diurno/noturno
- III. Educação para a Diversidade – comunidade indígena ou quilombola.

O estágio supervisionado constitui-se em espaços para a consolidação de habilidades e competências docentes que deverão ser construídas processualmente ao longo do curso de História. Também prevê a familiarização do estagiário com a elaboração de planejamentos didáticos, através da produção e discussão de planos e/ou

projetos de ensino que considerem as peculiaridades socioculturais do contexto em que se realiza a prática pedagógica. Suas atividades deverão ser acompanhadas e avaliadas conjuntamente em regime de coorientação (professor orientador de estágio na universidade e professor regente da componente curricular na escola), quando essas forem realizadas no espaço escolar, e apenas pelo professor supervisor de estágio (ou em coorientação com outros docentes ou técnicos-administrativos), quando realizadas em projetos de extensão e ensino credenciados na universidade.

Devido à natureza do estágio supervisionado e ao conjunto de elementos qualitativos e processuais abarcados pela avaliação proposta, não serão previstas atividades recuperatórias semelhantes às tradicionalmente empregadas em outros componentes curriculares. O aluno que não for aprovado poderá, através de requerimento fundamentado e dirigido à Coordenação do Curso, requerer revisão da nota obtida, conforme o estabelecido nas Normas Básicas da Graduação da UNIPAMPA (Instrução Normativa nº 02, de 05 de março de 2009) e no item 2.3.2 do presente documento.

2.3.4 Atividades Complementares de Graduação

De acordo com a Resolução CONSUNI nº 29, de 20 de abril de 2011,

Art. 51 As Atividades Complementares de Graduação (ACG) são atividades desenvolvidas pelo discente, no âmbito de sua formação acadêmica, com o objetivo de atender ao perfil do egresso da UNIPAMPA e do respectivo curso de graduação, bem como à legislação pertinente.

Art. 52 O registro da execução das atividades dos componentes curriculares obrigatórios, com a respectiva carga horária e data de realização, bem como a frequência do discente e o resultado final da avaliação de aprendizagem são de responsabilidade do docente. Parágrafo único. Os registros acadêmicos são disponibilizados no sistema institucional de registros acadêmicos.

Art. 53 A falta de registro acadêmico, no prazo devido, fica restrita aos casos previstos em lei ou a casos excepcionais, devidamente comprovados, cabendo ao Coordenador do Curso encaminhar à Secretaria Acadêmica a justificativa e a indicação de prazo para regularização

Assim, as atividades acadêmico-científico-culturais, ou atividades complementares de graduação, do Curso de História Licenciatura compreendem aquelas

não previstas na matriz curricular dos cursos cujo objetivo seja o de proporcionar aos alunos a participação em experiências diversificadas que contribuam para sua formação humana e profissional. O aluno deverá cumprir o mínimo de 200 (duzentas) horas de atividades acadêmico científico-culturais durante o período em que estiver matriculado na instituição, como requisito indispensável para a colação de grau. Ao validar as 200 horas destas atividades, o aluno terá os créditos correspondentes lançados no seu histórico escolar. Os requerimentos de validação das atividades realizadas deverão ser encaminhados à coordenação do Curso de História Licenciatura, via Secretaria Acadêmica, para análise e registro da carga-horária das atividades consideradas válidas. Deverá ser constituída uma comissão interna para essa finalidade específica. O discente poderá realizar as atividades durante o ano letivo, as férias escolares ou o recesso acadêmico.

As atividades acadêmico-científico-culturais classificam-se em quatro (04) grupos:

Grupo 1 - Atividades de Ensino

Grupo 2 - Atividades de Pesquisa

Grupo 3 - Atividades de Extensão

Grupo 4 - Atividades Culturais

Dentro desses grupos, os exemplos mais comuns, considerados como atividades complementares para fins de formação neste Curso estão os seguintes:

- Participação em Projetos de Pesquisa e Trabalho (em geral)
- Participação em Projetos de Iniciação à Docência – PIBID
- Participação em Projetos de Iniciação Científica – PIBIC
- Participação em Projetos de Extensão
- Participação em Programa de Educação Tutorial – PET
- Monitorias
- Estágio não obrigatório
- Módulos ou seminários de livre escolha
- Participação em mini-cursos, laboratórios, oficinas e similares
- Participação em evento científico local / regional / nacional / internacional

- Apresentação de trabalho em evento científico local / regional / nacional / internacional

- Cursos de idiomas (incluindo braile, Libras, etc.)
- Cursos de Tecnologia da informação
- Participação em Colegiados Universitários
- Participação em entidades de representação estudantil
- Participação em conselhos/ diretorias de entidades da sociedade civil.

O aproveitamento da carga horária e os requisitos de comprovação seguirão os seguintes critérios:

ATIVIDADES DE ENSINO:

Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Componentes Curriculares do ensino superior	Áreas afins aos Cursos	Carga horária do Componente curricular	Comprovante de aprovação no componente curricular
	Outras Áreas	50% da carga horária do componente curricular.	Comprovante de aprovação no componente curricular.
Cursos de língua estrangeira	Qualquer idioma	Carga horária do curso (máximo de 120h)	Comprovante de aprovação
Cursos de informática	Cursos de Informática	Carga horária do curso (máximo de 80h)	Comprovante de aprovação
Monitorias	Monitorias	Máximo de 120h	Declaração do orientador
Projetos de ensino	Participação na equipe de trabalho	Carga horária definida no projeto (máximo de 80h)	Declaração do professor responsável pelo projeto
	Participação como público-alvo	Carga horária discriminada no certificado (máximo de 40h)	Certificado
Cursos de aperfeiçoamento	Áreas afins aos Cursos	Carga horária do curso (máximo de 80h)	Comprovante / Certificado
Projetos ou Programas Institucionais de Iniciação à Docência	PIBID ou Equivalentes	Máximo de 120h	Comprovante / Certificado

ATIVIDADES DE PESQUISA:

Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Participação em pesquisa	Projeto de pesquisa institucionalizado	Máximo de 100h	Declaração do orientador
Publicação de artigo científico (ou com aceite final de publicação) em periódico especializado, com comissão editorial	Publicação Nacional	60h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite.
	Publicação Internacional	80h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite.
Trabalho completo publicado em evento	Evento Nacional	40h	Anais de publicação do trabalho
	Evento Internacional	50h	Anais de publicação do trabalho
Resumo expandido publicado em evento	Evento Nacional	20h	Anais de publicação do Trabalho
	Evento Internacional	30h	Anais de publicação do Trabalho
Resumo publicado em evento	Evento Nacional	10h	Anais de publicação do Trabalho
Participação na condição de conferencista, ou painelistas, ou debatedor, ou com apresentação de trabalho em eventos que tratam de pesquisa, tais como grupos de pesquisa, seminários, congressos, simpósios, semanas acadêmicas, entre outros	Evento Nacional ou Internacional	Carga horária discriminada no certificado (máximo 80h)	Comprovante, Certificado ou Declaração
Estágios ou práticas não obrigatórios em atividades de pesquisa	Temas afins ao Curso	Carga horária discriminada no certificado (máximo de 40h)	Certificados

ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Participação em projetos de extensão	Participação em projetos de extensão desenvolvidos tanto pela UNIPAMPA quanto por outras IES	Carga horária do projeto (máximo de 80h)	Declaração do coordenador do projeto
Organização e participação em eventos de extensão	Eventos acadêmicos de nível Nacional e Internacional, também podendo ser nas abrangências locais e	Máximo de 30h	Declaração da comissão da organizadora do evento e certificado

	regionais		
Apresentação oral em evento de nível Nacional sobre atividade de extensão	Evento Nacional	Máximo de 20 h	Cópia do trabalho e comprovante de publicação
Publicação de atividade de extensão ou publicação de material pertinente à extensão em fontes de referência acadêmica, impressa ou de acesso online, na forma de livros, capítulos de livros, periódicos, anais, jornais, revistas, vídeos ou outro material de referência acadêmica	Evento Internacional ou Internacional	Máximo de 20h	Cópia do trabalho e comprovante de publicação
Apresentação de trabalhos em eventos que se referem à extensão	Eventos como seminários, congressos, simpósios, semana acadêmica, entre outros	Máximo de 30h	Certificado de participação e Anais

ATIVIDADES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, SOCIAIS E DE GESTÃO

Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Organização e/ou participação ou premiação em atividades com finalidade cultural, social e artística.	Eventos Nacionais e Internacionais em todas as abrangências	Máximo de 30h	Certificado de participação
Organização e/ou campanhas beneficentes, educativas, ambientais ou de publicidade e outras atividades de caráter cultural, social ou artístico	Projeto Institucionalizado (de órgãos públicos, privados e de Organizações Não Governamentais)	Máximo de 30h	Certificado de participação
Premiação referente a trabalho acadêmico de ensino, de pesquisa, de extensão ou de cultura	Eventos Nacionais e Internacionais	Máximo de 20h	Certificado de premiação
Representação discente em órgãos colegiados	Instituição ligada à Universidade. Colegiados para fins acadêmicos	Máximo de 20h	Declaração do coordenador de curso
Representação discente em diretórios acadêmicos	Ligados à Universidade	Máximo de 20h	Declaração do coordenador de curso
Participação, como bolsista, em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e de gestão acadêmica	Atividades de cunho educacional em órgãos comunitários e Públicos	Máximo de 20h	Declaração do orientador
Participação em estágios	Estágios com atividades	Máximo de	Declaração do

não obrigatórios com atividades na área cultural, social, artística e de gestão administrativa e acadêmica	ligadas a órgãos públicos e comunitários	30h	orientador
--	--	-----	------------

É de responsabilidade dos discentes:

a) realizar as atividades acadêmico-científico-culturais visando à complementação de sua formação como Licenciado em História;

b) requerer por escrito (de acordo com modelo específico) a averbação da carga horária em seu histórico escolar;

c) anexar ao seu requerimento os comprovantes cabíveis, podendo a comissão responsável recusar a atividade se considerá-la em desacordo com as atividades previstas neste Regulamento;

d) Os documentos que o discente tiver interesse em manter consigo deverão ser apresentados em duas vias – original e cópia, sendo o original devolvido imediatamente após conferência da cópia.

2.3.4.1 Flexibilização Curricular:

A flexibilização curricular deste projeto pedagógico materializa-se a partir, principalmente, dos seguintes aspectos: (a) parte da formação do aluno é definida por ele mesmo, por meio da escolha de componente curricular obrigatório-eletivas; e (b) sua formação se completa com o cumprimento das atividades complementares. Em relação ao percurso de formação, o aluno tem a possibilidade de cursar componentes curriculares obrigatório-eletivas à sua escolha, dentro da carga horária mínima da habilitação escolhida. Isso significa que o curso acredita em uma formação básica mínima (componentes curriculares obrigatórios) e, também, na capacidade de o aluno direcionar a sua formação para áreas de seu maior interesse. Em relação às atividades complementares, aqui definidas como atividades acadêmico-científico-culturais, estas complementam a formação do aluno, a partir do incentivo à participação em atividades culturais e de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, o presente projeto prevê a

valorização dos saberes adquiridos fora do contexto universitário. Nesse sentido, alunos que já atuam em atividades docentes podem solicitar aproveitamento de parte da carga horária relativa aos componentes curriculares de estágio curricular. Os estudantes também podem realizar estágios extracurriculares a partir do segundo semestre do curso, conforme as normas do Programa de Estágios Extracurriculares da UNIPAMPA. O mesmo ocorre com qualquer componente curricular, seguindo disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, artigo 47, §2º, que 108 aduz que será facultado ao aluno com extraordinário aproveitamento nos estudos a possibilidade de avanço mediante realização de avaliação planejada, executada e avaliada por banca constituída para este fim.

2.3.4.1.1 Componentes curriculares complementares de graduação (CCCGs)

Os componentes curriculares complementares de graduação (CCCGs) configuram-se como componentes curriculares ofertados pelo Curso de História Licenciatura, por outros cursos da UNIPAMPA ou outras Instituições de Ensino Superior. Para a matrícula em cursos da UNIPAMPA, campus – São Borja, o discente deverá realizar a solicitação dos componentes curriculares durante o período de ajuste presencial, junto à coordenação do Curso – História Licenciatura e do curso do componente curricular pretendido. Após a autorização de ambas as coordenações, a solicitação de matrícula será encaminhada para a secretaria acadêmica do campus para processamento. Nas demais Instituições de Ensino Superior (IES), a solicitação deverá ser realizada diretamente na secretaria do curso pretendido. Depois de cursado CCCG em outros cursos da UNIPAMPA ou outras Instituições de Ensino Superior, o discente deverá solicitar junto à secretaria acadêmica o seu aproveitamento no curso – História Licenciatura. Atualmente, neste curso são ofertados os Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs) descritos a seguir:

COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES	Créditos	Horas
Direitos Humanos e Cidadania	2	30
Meio Ambiente e Modernidade	4	60
Fronteira, Região e Sociedade	4	60
Antropologia	2	30

Sociologia	4	60
Tecnologias da Informação e da Comunicação	4	60
Formação Histórica Política e Econômica do Brasil	4	60
Geografia do Brasil	4	60
Metodologia do Ensino de História	4	60
Movimentos Sociais	4	60
História das Constituições	2	30
História das Instituições Políticas Brasileiras	2	30

2.3.6. A Prática como componente curricular

As Diretrizes Orientadoras para Elaboração dos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA, 2011), a LDB/96, no Título VI - Dos Profissionais da Educação, Art. 61 ao 67, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, destacam a importância da relação entre teoria e prática; da pesquisa como elemento essencial na formação; do aproveitamento da experiência anterior. Esses aspectos devem constituir, também, fundamentos que presidirão os currículos de formação inicial e continuada de professores (Parecer CNE/CP 009/2001).

Ainda de acordo com o documento, a Prática como Componente Curricular (PCC) deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor, conforme o Parecer CNE/CP 09/2001 (BRASIL, 2001, p.50): “[...] as escolas de formação de professores devem trabalhar em interação sistemática com as escolas do sistema de educação básica, desenvolvendo projetos de formação compartilhados”.

Se pensarmos que uma das competências fundamentais nesta formação proposta é precisamente a da reflexividade das próprias práticas, obedecendo ao princípio da simetria invertida e da pesquisa com foco no ensino-aprendizagem (reflexão-ação-reflexão), não faz sentido dissociarmos a situação de aprendizagem de seus mecanismos reflexivos de apropriação, sistematização e elaboração, com

vistas ao favorecimento de sua transposição para futuras situações de ensino-aprendizagem.

As Práticas como Componentes Curriculares (PCCs) envolvem muito mais do que transposição didática. Nesse caso, o espaço das mesmas serve também para um número bastante grande de itens que estão apontados nos conteúdos básicos deste curso, com relação àquilo que precisa ser aprendido na condição de estudante-futuro docente.

No Curso de História, a Prática se dará por meio do componente curricular Prática Pedagógica em História, totalizando 420h. Serão sete componentes distribuídos ao longo do curso que terão como objetivo contribuir para a inserção do licenciando no contexto escolar bem como para a construção de uma crítica sobre a prática pedagógica e função docente.

2.3.7. Metodologias de Ensino e Avaliação

O Curso de História se propõe utilizar metodologias comprometidas com a interdisciplinaridade e com a relação teoria e prática. Buscará desenvolver o espírito científico e a formação de sujeitos autônomos. Por meio da tutoria serão consideradas as diferenças de aprendizagem entre os alunos. A metodologia atende ao desenvolvimento de conteúdos, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia dos discentes. Serão metodologias inovadoras, com uso de tecnologias proporcionando diferentes aprendizagens. A metodologia adotada pelo curso garante a acessibilidade pedagógica e atitudinal, como o uso de softwares e sites acessíveis. Serão asseguradas atividades de recuperação ao longo do processo de ensino-aprendizagem, explicitadas nos planos de ensino.

Buscando promover o acesso aos conteúdos e à dialogicidade necessária ao desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem, TIC institucionais (ex.: *site* do curso, ambiente virtual de aprendizagem, *webconferência*, vídeo-conferência, etc.) e não institucionais (ex.: comunicadores instantâneos, recursos da *web 2.0*, etc.) devem ser plenamente exploradas pelo corpo docente do curso de forma contextualizada, visando à promoção da autonomia.

A tutoria a distância, a tutoria presencial, o uso de materiais educacionais digitais, os recursos e os mecanismos de interação, assim como o processo de avaliação da aprendizagem devem ser apresentados pelos docentes nos Planos de Ensino de cada componente curricular sob sua responsabilidade. Além desses aspectos, um Plano de Ensino contém os objetivos, a metodologia, os conteúdos abordados, os recursos utilizados e as condições de recuperação, caso o aluno não tenha atingido os objetivos propostos. Tais pontos são apresentados, discutidos e previamente acordados com os alunos, antes de sua aplicação, o que pode ser realizado com auxílio de recursos de comunicação (bate-papo, Google Docs, Skype, *webconferência*, etc.)

2.3.7 Matriz curricular

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE HISTÓRIA MODALIDADE LICENCIATURA

MÓDULO 1			
CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
SB0724	Fundamentos da História	4	60
SB0725	História Antiga	4	60
SB0726	Fundamentos da Educação	2	30
SB0727	Metodologia Científica	4	60
SB0728	Português Básico	4	60
SB0729	Informática Básica	4	60
	Componente Curricular Complementar de Graduação I	4	60
	SUBTOTAL	26	390

MÓDULO 2			
CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
SB0730	Formação Histórica do Brasil I	4	60
SB0731	História Medieval	4	60
SB0732	História Moderna	4	60
SB0733	Teoria da História I	4	60
SB0734	Libras	4	60
SB0735	Teorias do Currículo e Gestão Escolar	2	30
SB0736	Prática Pedagógica em História I	4	60
	Componente Curricular Complementar de Graduação II	4	60
	SUBTOTAL	30	450

MÓDULO 3			
CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
SB0737	Formação Histórica Africana	4	60
SB0738	Formação Histórica do Brasil II	3	45

SB0739	Psicologia da Educação	4	60
SB0740	Psicologia da Aprendizagem	4	60
SB0741	Teoria da História II	4	60
SB0742	Prática Pedagógica em História II	4	60
	Componente Curricular Complementar de Graduação III	4	60
	SUBTOTAL	27	405

MÓDULO 4			
CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
SB0743	Formação Histórica Latino-Americana I	4	60
SB0744	Estudo da Região de Missões	4	60
SB0745	Estudo de Fronteira	4	60
SB0746	Formação Histórica do Brasil III	4	60
SB0747	Didática	4	60
SB0748	Prática Pedagógica em História III	4	60
	Componente Curricular Complementar de Graduação IV	4	60
	SUBTOTAL	28	420

MÓDULO 5			
CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
SB0749	História Contemporânea	4	60
SB0750	Formação Histórica Latino-Americana II	4	60
SB0751	Patrimônio e Museus	2	30
SB0752	Prática Pedagógica em História IV	4	60
SB0753	Estágio Supervisionado – Rotinas Escolares	8	120
	Componente Curricular Complementar de Graduação V	2	30
	SUBTOTAL	24	360

MÓDULO 6			
CÓDIGOS	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
SB0754	Formação Histórica do Brasil IV	4	60
SB0755	Cartografia e Cartografia Temática	4	60
SB0756	Cartografia, Documento e Patrimônio	2	30
SB0757	Prática Pedagógica em História V	4	60
SB0758	Educação Inclusiva	4	60
SB0759	Estágio Supervisionado em História no Ensino Fundamental	8	120
	Componente Curricular Complementar de Graduação VI	4	60
	SUBTOTAL	30	450

MÓDULO 7			
CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
SB0760	História do Rio Grande do Sul	2	30
SB0761	História do Espaço Platino	2	30
SB0762	Formação Histórica do Brasil V	4	60
SB0763	Etnicidade e Culturas Brasileiras	2	30
SB0764	Prática Pedagógica em História VI	4	60
SB0765	Estágio Supervisionado em História no Ensino Médio	8	120
	Componente Curricular Complementar de Graduação	04	60

	VII		
	SUBTOTAL	26	390

MÓDULO 8			
CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
SB0766	Políticas Públicas e Meio Ambiente	4	60
SB0767	Metodologia e técnica de pesquisa científica em História	4	60
SB0768	Metodologia do Ensino de História	4	60
SB0769	Prática Pedagógica em História VII	4	60
SB0770	Estágio Supervisionado em História no Ensino de Jovens e Adultos	3	45
SB0771	Trabalho de Conclusão de Curso	4	60
	SUBTOTAL	23	345
	TOTAIS	214	3.210

Integralização Curricular

Carga Horária a ser vencida:	
Componentes Curriculares Obrigatórios + Prática como Componente Curricular (que estão incluídas nos créditos obrigatórios)	2.355h
Componentes Curriculares Complementares	390h
Atividades Complementares de Graduação	200h
Estágio Curricular Obrigatório	405h
Trabalho de Conclusão de Curso	60h
Carga horária total mínima a ser vencida	3.410h

Prazo para Integralização Curricular em Semestres:	
Mínimo	8
Médio (estabelecido pela Sequência Aconselhada do Curso)	8
Máximo (estabelecido pela Sequência Aconselhada + 50%)	12

2.3.7 Ementário

1º MÓDULO

Identificação do Componente	
Fundamentos da História	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
O elemento estruturante da história: o tempo, (diacronia e sincronia). O fato, a história e a memória e suas relações. As características do ofício do historiador. O método e as fontes. A neutralidade, a objetividade e subjetividade. História e historiográfico: diferenças.	
Objetivos	
Apresentar os elementos constitutivos da história e da natureza do ofício do historiador em perscrutar as ações dos “homens no tempo”.	
Problematizar os elementos da história e do ofício do historiador.	

Debater sobre o alcance e o limite do conhecimento historiográfico a partir do método e das fontes. Destacar a diferença entre História e a produção do conhecimento historiográfico.
Referências Bibliográficas Básicas
BLOCH, Marc. Apologia da história, ou, o ofício de historiador . Rio de Janeiro: Zahar, 2001. BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história . São Paulo: Perspectiva, 2013. CERTEAU, Michel de. A escrita da história . Rio de Janeiro: Forense, 2011. ELIAS, Norbert. Sobre o tempo . Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1998. LE GOFF, Jacques. História e Memória . Campinas: Ed. UNICAMP, 1996. VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia . Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2011.
Referências Bibliográficas Complementares
BURKE, Peter (Org.). A escrita da história: novas perspectivas . São Paulo: Editora da UNESP, 1992. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia . São Paulo: Campus, 1997. DIEHL, Astor A. Clio e seus artífices ou territórios da descontinuidade . Passo Fundo: Berthier, 2015. _____. Cultura historiográfica: memória, identidade e representação . Bauru: EDUSC, 2002. DOSSE, François. A história . Bauru: EDUSC, 2003. HARTOG, François. Evidência da História: O que os historiadores veem . Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011. HEGEL, Georg W. F. Filosofia da história . Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008 HELLER, Agnes. O cotidiano e a história . São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Identificação do Componente	
História Antiga	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
As civilizações hidráulicas da Mesopotâmia e do Nilo a civilização clássica Grega e Romana. As formas de organização econômica, social e política. O imperialismo antigo. Os legados ao mundo contemporâneo	
Objetivos	
Compreender o processo de formação das civilizações do Oriente próximo e do mediterrâneo. Distinguir as características econômicas, sociais e políticas e o imperialismo como parte integrante de suas formações. Perceber os legados dos legados das civilizações antigas na contemporaneidade.	
Referências Bibliográficas Básicas	
FUNARI, Pedro Paulo A. Grécia e Roma . São Paulo: Contexto, 2001. PINSKY, Jayme. As primeiras civilizações . São Paulo: Contexto, 2009. DUBY, Georges. História da Vida Privada volume um: do Império Romano ao ano mil . São Paulo: Companhia das Letras, 2009.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BOTTERO, Jean. No começo eram os deuses . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. CARTLEDGE, Paul. Grécia Antiga . Rio de Janeiro: Ediouro, 2009. CORASSIN, Maria Luiza. Sociedade e política na Roma Antiga . São Paulo: Atual Editora, 2001. GRIMAL, Pierre. História de Roma . São Paulo: Editora da Unesp, 2011. JOHNSON, Paul. Egito Antigo . Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.	

Identificação do Componente	
Fundamentos da Educação	Carga Horária: 30 horas
Ementa	
As bases históricas e os fundamentos filosóficos e sociológicos da educação. Os problemas e os desafios da educação brasileira contemporânea.	
Objetivos	
Apresentar os elementos históricos e os fundamentos filosóficos e sociológicos da educação. Apropriar dos fundamentos da educação como base para a compreensão dos problemas e desafios enfrentados pela educação na sociedade atual. Refletir acerca da educação brasileira, seus condicionantes históricos estruturais, as perspectivas e desafios.	
Referências Bibliográficas Básicas	
FARIA FILHO, Luciano Mendes (ORG.). 500 Anos de educação no Brasil . Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011. GADOTTI, Moacir. História das ideias Pedagógicas . São Paulo: Ática, 2010. PERISSE, Gabriel, Introdução à filosofia da educação . Belo Horizonte: Autentica, 2008. SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política . 35 ed. Revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ARIÉS, Philippe. História social da criança e da família . Rio de Janeiro: LTC, 2006. DUBET, F. O que é uma escola justa? São Paulo: Cortez, 2010. APPLE, M. Educação e poder . Porto Alegre: Artmed, 1989. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão . Petrópolis: Vozes, 2012. GADOTTI, Moacir, Pensamento pedagógico brasileiro . São Paulo: Ática, 2009. GAUTHIER, C. E TARDIF, M. A Pedagogia . Petrópolis: Vozes. 2010. GAUTHIER, Clermont. Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente . 3Ed, Ijuí, Unijuí, 2013. STRECK, D. Rousseau & Educação . Belo Horizonte: Autêntica. 2008. VEIGA, Cynthia Greive, História da educação . São Paulo: Ática, 2011.	

Identificação do Componente	
Metodologia Científica	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Os tipos de conhecimentos. A ciência e o método. A pesquisa na formação acadêmica e docente. Os tipos de leituras, fichamentos, resumos e resenhas. A estrutura, a relação forma e conteúdo, de um paper, ensaio teórico, artigo científico e projetos de pesquisa, resenhas e fichamentos. Normas técnicas, institucional e da ABNT, para trabalhos científicos.	
Objetivos	
Apresentar os elementos teóricos e metodológicos que estruturam a produção do conhecimento científico na formação acadêmica e docente. Diferenciar conhecimento empírico e conhecimento do senso comum. Apropriar das noções fundamentais para a elaboração de trabalhos acadêmicos, científicos, publicações, como leitura, fichamentos, resenhas, citações diretas e indiretas. Utilizar corretamente as normas e regras institucionais e da ABNT na elaboração de trabalhos acadêmicos.	
Referências Bibliográficas Básicas	
DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais . São Paulo: Atlas, 2009. KÖCHE, Jose Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa . Petrópolis: Vozes, 2009.	

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . São Paulo: Atlas, 2010.
Referências Bibliográficas Complementares
APPOLINÁRIO, Fabio. Metodologia da Ciência : Filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa . Campinas: Editora Autores Associados, 2007.
_____. Introdução à metodologia da ciência . São Paulo: Atlas, 1985.
_____. Pesquisa e informação qualitativa : aportes metodológicos. Campinas: Papyrus, 2012.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico : procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2007.
PADUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia da pesquisa : abordagem teórico-prática. Campinas: Papyrus, 2012.

Identificação do Componente	
Português Básico	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Análise das condições de produção de texto referencial. Planejamento e produção de textos referenciais com base em parâmetros da linguagem técnico-científica. Prática de elaboração de dissertações, resumos e resenhas. Leitura, interpretação e reelaboração de textos. Revisão gramatical.	
Objetivos	
Oferecer subsídios de Língua Portuguesa aos estudantes a fim de que possam pensar, falar e escrever com mais clareza, concisão, coerência e ênfase. Auxiliar os estudantes no sentido de saberem usar a língua para estruturar melhor seus pensamentos, na fala e na escrita, enfim na comunicação.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa . 3. ed. Rio de Janeiro, 1999. Atualizado em http://www.academia.org.br/vocabulario	
BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa . 3. ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2004. (versão impressa e eletrônica).	
CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. Manual de expressão oral e escrita . 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo . 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.	
FERNANDES, Francisco. Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos . 25. ed. São Paulo: Globo, 2000.	
_____. Dicionário de verbos e regimes . 44. ed. São Paulo: Globo, 2001.	
GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna : aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 21. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.	
HOUAISS, Antonio. Dicionário Houaiss da língua portuguesa . São Paulo: Editora Objetiva, 2001.	
_____. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa . Versão 1.0. Dez – 2001.	
KOCH, Ingedore G. Villaça. Introdução à lingüística textual . São Paulo: Martins Fontes, 2004.	
KURY, Adriano da Gama. Ortografia, pontuação e crase . 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.	

SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. **Manual do Candidato – Português**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.
 VANOYE, Francis. **Usos da Linguagem**. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
 WILSON, John. **Pensar com conceitos**. Trad. Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Identificação do Componente	
Informática Básica	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Componentes e funcionamento do computador. Ambiente virtual de aprendizagem Moodle. Softwares aplicativos. Navegação na internet.	
Objetivos	
Instrumentalizar os alunos no uso das TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação para mediar suas atividades cotidianas, contribuindo à sua formação. Provocar a produção de materiais educacionais digitais, observando o critério de acessibilidade (design universal).	
Referências Bibliográficas Básicas	
VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: Conceitos Básicos . 7. ed. São Paulo: Elsevier, 2004, ADELL, Jordi. Redes y Educación. Em: Pans, Juan de Plblos y Segura, Gimenez (Coords). Nuevas Tecnologias: comunicación audiovisual y educación . Barcelona: Cedecs, 1998. CAPRON, H.L., JOHNSON, J.A.; Introdução à Informática . São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CATAPULT, Inc. Microsoft Word 2000 passo a passo . São Paulo: Makron Books, 2000. COLLIS, B. Applications of Computer Communications in Education: an Overview . IEEE Communications Magazine. March 1999. p. 82-86. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . São Paulo: Cortez, 1997. GATES, Bill. A estrada do futuro . São Paulo: Companhia das Letras, 1996. GRAU, Jorge E. Tecnologia y Educacion . 2. ed. Buenos Aires: Fundec, 1996. JONASSEN, D et alli. Learning with Technology: A Constructivist Perspective . New Jersey: Prentice Hall, 1999. _____. O Uso das novas tecnologias na educação a distância e a aprendizagem construtivista . Em Aberto: Brasília, ano 16 n. 70, abr/jun 1996 (p.70-88). LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática . Rio de Janeiro: Trinta e Quatro, 1993. _____. Cibercultura . São Paulo: Trinta e Quatro, 1999. LITTO, Frederic M. Repensando a Educação em Função de Mudanças Sociais e Tecnológicas e o Advento de Novas Formas de Comunicação . III Congresso Ibero-americano de Informática na Educação. Barranquilla, Colômbia, 1996. Disponível na Internet em http://www.niee.ufrgs/ribie98/cong_1996/congresso_html/conf_1/conf1.html MARILYN M.; ROBERTA B. & PFAFFENBERGER, B., Nosso Futuro e o Computador . 3 ed. Bookman, 2000. MICROSOFT INC., Manual do Microsoft Office 2000 , 2000; O'BRIEN, J. A., Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na era da Internet . São Paulo: Saraiva, 2001. OLIVEIRA, Ramon de. Informática educativa: dos planos e discursos à sala de aula . Campinas: Papyrus, 1997.	

RUBIN, Charles. **Microsoft Word 2000**: guia autorizado. São Paulo: Makron Books, 2001.

SANCHO, Juana M. **A Caixa de Surpresas**: possibilidades educativas da informática. Tecnologias Educacionais: Para além da sala de aula. Pátio: Revista Pedagógica. Ano 3 n° 9 Maio/Julho 1999. p. 11-15.

SILVA, Casturina J. **A informática como um novo desafio ao professor**. III Congresso Ibero-americano de Informática na Educação, 1996.

TIBÚRCIO, Carlos. **Guia de informática e Internet para a educação brasileira**: o que um profissional da educação precisa saber sobre computadores e comunicação eletrônica. São Paulo: T&M, 1997.

VIZCARRO, C. e LEÓN, José A (Org.). **Nuevas Tecnologias para el aprendizaje**. Madrid: Ediciones Pirâmides S.A., 1998.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WHITE, Ron. **Como funciona o Computador III**. 8. Ed. São Paulo: Quark, 1998.

Identificação do Componente	
CCCG I	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Objetivos	
Referências Bibliográficas Básicas	
Referências Bibliográficas Complementares	

2º MÓDULO

Identificação do Componente	
Formação Histórica do Brasil I	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
As sociedades sem estado da América do Sul pré-colonial. As dinâmicas sociais econômicas e culturais. Os contatos, as rupturas e as permanências coloniais e pós-coloniais.	
Objetivos	
Apresentar as sociedades pré-coloniais num contexto cultural dinâmico. Compreender a complexidade social, econômica, e cultural das sociedades da América do Sul pré-colonial. Problematizar as rupturas e permanências das sociedades pré-coloniais para a sociedade colonial.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o estado – pesquisas de antropologia política . São Paulo: Cosac Naify, 2003.	
DA CUNHA, Manuela. Cultura com aspas e outros ensaios . São Paulo: Cosac Naify, 2009.	
GUIDON, Niéde. As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). In: DA CUNHA, Manuela C. (Org.). História dos índios no Brasil . São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.	
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia . São Paulo: Cosac Naify, 2011.	
Referências Bibliográficas Complementares	

CLASTRES, **Arqueologia da violência – pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

BOCCARA, G. **Etnogenesis Mapuche: resistência y restructuración entre los indígenas del centro-sur de Chile** (siglos XVI-XVIII). In: *Hispanic American Historical Review*, 79 (3): 424-461.

_____. **Antropologia diacrônica: dinâmicas culturais, processos históricos y poder político**. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2005.

DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

FAUSTO, C. Se Deus fosse Jaguar: canibalismo e cristianismo entre os Guarani (sécs. XVI-XX). In: *Mana*, 11 (2): 385-418, 2005.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro, Contra Capa/LACED, 2004.

_____. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 1989.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **As Américas e a civilização: processos de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

WILDE, G. **Religión y poder en las misiones de Guaraníes**. Buenos Aires, Editorial SB, 2009.

Identificação do Componente	
História Medieval	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Do mundo antigo no séc. V, a formação e constituição da sociedade medieval clássica na Europa Ocidental. A dinâmica econômica e social da sociedade feudal e a igreja como eixo religioso/político. A crise do séc. XIV e a reestrutura feudal com as monarquias.	
Objetivos	
Compreender o período que inicia no séc. V e se estende ao séc. XV, permeado por diversas conjunturas com ritmos e tempos diferentes no desenvolvimento da sociedade feudal clássica ocidental.	
Refletir criticamente sobre a ação da igreja, do uso da religião como instrumento religioso/político que atravessava toda a sociedade.	
Identificar na crise do séc. XIV, a reestruturação feudal e o fortalecimento das monarquias a partir de um aparato administrativo, jurídico e militar.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista . São Paulo: Brasiliense, 1989.	
BURCKHARDT, Jacob. A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio . São Paulo, SP: Companhia de Bolso, 2009.	
FRANCO JR, Hilário. Idade Média: o nascimento do Ocidente . São Paulo: Brasiliense, 2001.	
PIRENNE, Henri. História Econômica e Social da Idade Média . São Paulo: Mestre Jou, 1982.	
HUIZINGA, Johan. O outono da Idade Média . São Paulo: Cosac Naify, 2010.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ANGOLD, Michael. Bizâncio – a ponte da Antiguidade para a Idade Média . Rio de Janeiro: Imago, 2002.	
DUBY, Georges. Idade Média, Idade dos homens . São Paulo: Companhia das Letras, 2011.	
HOURANI, Albert. Uma história dos povos árabes . São Paulo: Companhia das Letras, 2006.	

LE GOFF, Jaques. **Para uma outra Idade Média**: Tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Florianópolis: Vozes, 2013. LE GOFF, Jacques. **Em busca da Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
LE GOFF, Jacques. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Identificação do Componente	
História Moderna	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
A Idade Moderna da transição a ruptura do feudalismo e os processos sociais, culturais e econômicos que permitiram o advento do capitalismo.	
Objetivos	
Compreender as mudanças, permanências e rupturas na História Moderna e o processo de transição do feudalismo para o capitalismo. Destacar a complexidade do período histórico e as diversas possibilidades de entendimento da realidade política, econômica, social e das estruturas mentais do período. Evidenciar a dinâmica da sociedade europeia ocidental.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista . São Paulo: Brasiliense, 1989. BURCKHARDT, Jacob. A cultura do Renascimento na Itália : um ensaio. São Paulo, SP: Companhia de Bolso, 2009. BURKE, Peter. Cultura Popular na Idade Moderna : Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. HOBSBAWM, E. J. Nações e nacionalismo desde 1780 : programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.	
Referências Bibliográficas Complementares	
HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. A invenção das tradições . Rio de Janeiro, RJ, Paz e Terra, 2008. Referências MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe . São Paulo, SP: L & PM, 1998. PIRENNE, Henri. História Econômica e Social da Idade Média . São Paulo: Mestre Jou, 1982. SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno . São Paulo, SP : Companhia das Letras, 2009. WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo . São Paulo: Martin Claret, 2007. WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra capitalismo : a renovação do materialismo histórico. São Paulo, SP: Boitempo, 2003.	

Identificação do Componente	
Teoria da História I	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
A filosofia da história em direção a “ciência” histórica. O positivismo e o historicismo. Diferenças, aproximações e avanços.	
Objetivos	
Proporcionar os fundamentos teóricos que possibilitaram a emergência e a efetivação da história como ciência e os seus desdobramentos. Debater sobre as principais correntes teóricas da história. Diferenciar a filosofia da história da ciência histórica do Séc. XIX.	

Compreender o pensamento da ciência histórica do séc. XIX e suas contribuições.
Referências Bibliográficas Básicas
BARROS, José D' Assunção. Teoria da história. Os primeiros paradigmas: o positivismo e historicismo. Petrópolis: Vozes, 2001.
JENKINS, Kenkins. A história repensada. São Paulo: Contexto, 2013.
REIS, José Carlos. A história entre a filosofia e a ciência. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
_____. Teoria da história: tempo histórico, história do pensamento ocidental e pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
Referências Bibliográficas Complementares
ARAUJO, Valdeí Lopes. MOLLO, Helena Miranda; NICOLAZZI, Fernando: Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
BARROS, José D' Assunção. Teoria da História: princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2013.
CARRETERO, Mario. Documentos de identidade: a construção da memória histórica em mundo globalizado. Porto Alegre: Artmed, 2010.
DILTHEY, Wilhelm. A construção do mundo histórico nas ciências humanas. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
DOSSE, François. A história, Bauru: EDUSC, 2003.
HARTOG, François. Evidência da história: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
MARTINS, Estevão de Rezende. História pensada: teoria e método na historiografia europeia do séc. XIX. São Paulo: Contexto, 2010.
MITRE, Antonio. O dilema do centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
SIMEL, George. Ensaio sobre a teoria da história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
WALLERSTEIN, Immanuel. Imprensar a Ciência Social: os limites dos paradigmas do século XIX. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

Identificação do Componente	
Libras	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em Libras para a comunicação entre seus usuários. Introdução aos Estudos Surdos.	
Objetivos	
Promover o ensino e a difusão dos fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. LIBRAS	
Possibilitar uma alternativa de comunicação entre as pessoas envolvidas no processo ensino aprendizagem.	
Desenvolver a competência linguística na Língua Brasileira Sinais em nível básico.	
Utilizar a Libras com relevância linguística, funcional e cultural.	
Referências Bibliográficas Básicas	
GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.	
_____. O Ouvinte e a Surdez - Sobre Ensinar e Aprender a Libras. São Paulo: Parábola Editorial. 2012.	
GLAT, Rosana, Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ : EDUERJ, 2012.	

QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

CAPOVILLA, Fernando César, Raphael, Walkiria Duarte, Mauricio, Aline Cristina L. **NOVO DEIT-LIBRAS: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: Editora EDUSP, 2012.

CAPOVILLA, Fernando César, Raphael, Walkiria Duarte, Mauricio, Aline Cristina L. **NOVO DEIT-LIBRAS: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: Editora EDUSP, 2012.

FLAVIA, Brandão. **Dicionário Ilustrado de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Global. Editora, 2011.

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo, caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro. Ed. Revinter, 2000.

RAMOS, Rossana. **Passos para a inclusão: algumas orientações para o trabalho em classes regulares com crianças com necessidades especiais / 5. ed.** São Paulo, SP : Cortez, 2010

STAINBACK, Susan, **Inclusão: um guia para educadores /** Porto Alegre, RS : Artmed, 1999

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

WALTON, John N; ALMEIDA, Elizabeth C. **Atividades ilustradas em sinais da libras**. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

Identificação do Componente

Teorias do Currículo e Gestão Escolar

Carga Horária: 30 horas

Ementa

Projeto Político Pedagógico. As concepções que fundamentam as Teorias das Organizações e de Administração Escolar. A organização do trabalho administrativo-pedagógico. A gestão da educação brasileira.

Objetivos

Apresentar as concepções políticas pedagógicas, as teorias da organização escolar que estruturam a gestão da educação brasileira.

Debater as concepções e os contextos que fundamentam as teorias da organização e da administração escolar.

Compreender o conceito de gestão democrática.

Refletir a respeito do lugar dos educadores e da comunidade escolar nas práticas de gestão escolar.

Referências Bibliográficas Básicas

LIBANELO, Jose Carlos, **Educação escolar: política, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2011.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2012.

PILETTI, Nelson. **Educação básica: da organização legal ao cotidiano escolar /** São Paulo, SP: Ática, 2010.

Referências Bibliográficas Complementares

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9394**. Brasília, 1996.

PARO, Vitor Henrique, **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação / 2. ed.** São Paulo, SP : Cortez, 2010. 103 p.

SAVIANI, Demerval; ALMEIDA, Jane S; SOUZA, Rosa F; VALDEMARIN, Vera T. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SOUZA, Rosa Fatima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

THURLER, Monica Gather. **A organização do trabalhador escolar**: uma oportunidade para repensar a escola. Porto Alegre: Penso, 2012.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 22 ed. – São Paulo: Libertad Editora, 2012 – (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 1)

Identificação do Componente	
Prática Pedagógica em História I	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Instrumentalização dos discentes para a sua inserção no contexto escolar.	
Objetivos	
Promover a reflexão crítica sobre práxis pedagógica; Criar condições para a inserção do licenciando no contexto dos espaços da escola formal, analisando e avaliando procedimentos metodológicos para os conteúdos curriculares; Interagir com as instituições escolares por meio de projetos específicos na área de atuação do curso de História.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ARROYO, M.G. O ofício de mestre . Petrópolis: Vozes, 2000.	
BRAGA, ROSALINA, A construção da escola elementar . Uma interpretação interessada em sua transformação/ UFMG 1998.	
FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade . Rio de Janeiro, Paz e Terra 1.986.	
Referências Bibliográficas Complementares	
LAFOUCADE, P.D. Planejamento e Avaliação do Ensino : Teoria e Prática de Avaliação do Aprendizado . São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural.	
PARO, Vitor Henrique, Educação como exercício do poder : crítica ao senso comum em educação / 2. ed. São Paulo, SP : Cortez, 2010. 103 p.	
SAVIANI, Demerval; ALMEIDA, Jane S; SOUZA, Rosa F; VALDEMARIN, Vera T. O legado educacional do século XX no Brasil . Campinas: Autores Associados, 2004.	
SOUZA, Rosa Fatima de. História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX : (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.	
THURLER, Monica Gather. A organização do trabalhador escolar : uma oportunidade para repensar a escola. Porto Alegre: Penso, 2012.	

Identificação do Componente	
CCCG II	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Objetivos	
Referências Bibliográficas Básicas	
Referências Bibliográficas Complementares	

3º MÓDULO

Identificação do Componente	
Formação Histórica Africana	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
A origem do homem na África. O processo de humanização e a diáspora; A diversidade econômica, social, política e cultural do continente africano até a modernidade europeia.	
Objetivos	
Proporcionar os elementos teóricos para outra (s) “leitura” (s) sobre a formação histórica da África. Destacar a diversidade e complexidade do Continente da pré-história a modernidade ocidental.	
Referências Bibliográficas Básicas	
UNESCO. História Geral da África Vol. I – Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2000. UNESCO. História Geral da África Vol. II – África Antiga. Brasília: UNESCO, 2000. UNESCO. História Geral da África Vol. III - A África do século VII ao XI. Brasília: UNESCO, 2000. UNESCO. História Geral da África Vol. IV – África do séc. XII ao XVI. Brasília: UNESCO, 2000	
Referências Bibliográficas Complementares	
ANDRADE, Manuel Correia de, O Brasil e a África / 2. ed. São Paulo, SP : Contexto, 1991. HUGON, Philippe, Geopolítica da África . Rio de Janeiro: RJ : FGV, 2009. Serrano, Carlos Moreira Henriques, Memória d'África :a temática africana em sala de aula / 3. ed. São Paulo, SP : Cortez, 2010. MATTOS, Regiane Augusto de, Historia e cultura afro-brasileira / 2. ed. São Paulo: SP : Contexto, 2011. UNESCO. História Geral da África Vol. V – África do séc. XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2000. UNESCO. História Geral da África Vol. VI – África do séc. XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2000. UNESCO. História Geral a África Vol. VII – África sob dominação colonial, 1880 – 1935. Brasília: UNESCO, 2000. UNESCO. História Geral da África Vol. VIII – África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2000.	

Identificação do Componente	
Formação Histórica do Brasil II	Carga Horária: 45 horas
Ementa	
A formação do Brasil colônia. A dinâmica econômica, territorial, social e política e a crise do antigo regime com a Independência em 1822.	
Objetivos	
Compreender a formação do Brasil colônia no contexto de expansão ultramarina. Identificar na independência do Brasil, a crise do sistema colonial e a emergência dos novos grupos econômicos e políticos.	
Referências Bibliográficas Básicas	
DA COSTA, Emília Viotti. Da senzala à colônia . 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. DE HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil . 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. LINHARES, Maria Yedda; CARDOSO, Ciro Flamarion S. (orgs.). História geral do Brasil . Rio de	

Janeiro: Campos, 2000.
Referências Bibliográficas Complementares
BRUM, Argemiro J. Desenvolvimento econômico brasileiro . Petrópolis: Vozes, 2012.
FAUSTO, Boris. História do Brasil . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
FIGUEIREDO, José Ricardo. Modos de ver a produção do Brasil . São Paulo: Edusc; Campinas: Autores Associados, 2004.
FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano / 15. Ed. São Paulo, SP: Global, 2004.
PRADO JÚNIOR, Caio. Evolução política do Brasil: colônia e império . São Paulo: Brasiliense, 2007.
_____. Evolução Política do Brasil . São Paulo: Brasiliense, 1979.
SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil . 14 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002

Identificação do Componente	
Psicologia da Educação	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Dinâmica de classe e relacionamento professor-aluno. As bases do comportamento humano: aprendizagem-conceito, formas e avaliação. Estudo especial da infância e da adolescência. Implicações pedagógicas.	
Objetivos	
Discutir a evolução da Psicologia como conhecimento científico. Compreender a gênese do campo da Psicologia da Educação no contexto da ciência psicológica. Analisar as particularidades do desenvolvimento humano e os ciclos de vida. Analisar as relações entre desenvolvimento e aprendizagem e educação. Compreender os fundamentos epistemológicos das teorias psicológicas da educação e da aprendizagem. Sistematizar reflexões das teorias da aprendizagem com a formação e prática docente. Discutir temas contemporâneos da psicologia da educação e suas interfaces com a educação escolar e a formação crítico-reflexiva dos alunos.	
Referências Bibliográficas Básicas	
AZENHA, M.G. Construtivismo de Piaget a Emília Ferrero . São Paulo: Ática, 2001.	
FARIA, A.R. O desenvolvimento da criança e do adolescente segundo Piaget . São Paulo: Ática, 2001.	
GOULART, I. Psicologia da Educação: fundamentos teóricos - aplicação à prática pedagógica . Petrópolis: Vozes, 1993.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BOCK, A M B, Psicologias :uma introducao ao estudo de psicologia / 13. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 1999.	
GARDNER, Howard. Inteligências Múltiplas . A Teoria Na Prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.	
CONTINI, M, KOLLER, S, BARROS, M. Adolescência e psicologia :concepções, práticas e reflexões críticas / Brasília, DF : Conselho Federal de Psicologia, 2002	
VIGOSTSKY, L.S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores . São Paulo: Martins Fontes, 1994.	
SALVADOR, C. Psicologia da educação . Porto Alegre, RS : Artmed, 1999.	

Identificação do Componente	
Psicologia da Aprendizagem	Carga Horária: 60 horas

Ementa	
Objeto e método de estudo da psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Características e determinantes do desenvolvimento durante a infância e adolescência. Fenômenos básicos da aprendizagem simples e complexa. Aprendizagem verbal e social. Relação ensino-aprendizagem.	
Objetivos	
Refletir o cotidiano escolar à luz das diferentes correntes epistemológicas e das teorias do desenvolvimento e da aprendizagem estudadas.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ARDOINO, JACQUES. Éducation Et Politique . 2 Ed., Paris: Anthropos, 1999. ARDOINO, Jacques. Psicologia da Educação na Universidade e na Empresa . São Paulo: Herd/Edusp, 1971. (Tradução Do Original Francês Propôs Actuels Sur L'éducation. 4 Édition, Révúe Et Augmentée. Paris: Gauthier-Villars, 1969). BRASIL, Ministério da Educação. Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica , em Curso de Nível Superior, Brasília, Maio, 2000. (In: Www.Mec.Gov.Br/Formaçãodeprofessores).	
Referências Bibliográficas Complementares	
BIAGGIO, A, M. B, Psicologia do desenvolvimento . 18. ed. Petropolis, RJ : Vozes, 2005. BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Propostas de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica , em Cursos de Nível Superior. Brasília, Abril, 2001. In: (Www.Mec.Gov.Br/Cne/Formação). BERZEZINSKI. Iria. A Formação do Professor para o Início de Escolarização . Goiânia: Ed. Ucg, 1987 HOUDE, O. Dez lições de psicologia e pedagogia: uma contestação das ideias de Piaget . Sao Paulo, SP : Atica, 2009. LACAN, J. Os complexos familiares na formação do indivíduo :ensaio de análise de uma função em psicologia. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ : Zahar, 2008	

Identificação do Componente	
Teoria da História II	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
O marxismo e os Annales. O combate ao positivismo. O diálogo com as Ciências Sociais. Da história estrutural a história em “migalhas”. Novos objetos e novas fontes.	
Objetivos	
Compreender o processo de formação da Ciência Histórica na esteira da crítica a história positivista e do diálogo com as ciências sociais. Diferenciar a história estrutural de longa duração e a história em “migalha”.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BARROS, José D' Assunção. Teoria da História . A escola dos Annales e a Nova História. Petrópolis: Vozes, 2012. _____. Teoria da História . Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história. Petrópolis: Vozes, 2011. REIS, José Carlos. A história entre a filosofia e a ciência . Belo Horizonte: Autêntica, 2011. SILVA, Rogério F. da. NOVAIS, Fernando. (Org.). Nova história em perspectiva . São Paulo: Cosac Naify, 2011.	
Referências Bibliográficas Complementares	
REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a Fhc . Editora FGV, 2010. BARROS, José D' Assunção. Teoria da história . Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história. Petrópolis: Vozes, 2011.	

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício de historiador . Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2001.
BURKE, Peter. História e teoria social . São Paulo: Editora UNESP, 2002.
DOSSE, François. A história , Bauru: EDUSC, 2003.
PROST, Antoine. Doze lições sobre a história . Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
SALES, Véronique (Org.). Os historiadores . São Paulo: Editora UNESP, 2011.
SIMEL, George. Ensaio sobre a teoria da história . Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

Identificação do Componente	
Prática Pedagógica em História II	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Reflexão crítica sobre a prática pedagógica	
Objetivos	
<p>Promover a reflexão crítica sobre práxis pedagógica;</p> <p>Criar condições para a inserção do licenciando no contexto dos espaços da escola formal, analisando e avaliando procedimentos metodológicos para os conteúdos curriculares;</p> <p>Interagir com as instituições escolares por meio de projetos específicos na área de atuação do curso de História.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>PCN – Programa Curricular Mínimo para o Ensino Fundamental e Médio de História. PONTUSCHKA, Nídia Nacib(org.) . Ousadia no Diálogo: Intercomponente curricularridade na Escola Pública. SP. Loyola.</p> <p>BITTENCOURT, Circe M. F. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Editora Cortez, 2004.</p> <p>_____. O saber histórico na sala de aula / 11 ed. São Paulo, SP: Contexto, 2010.</p> <p>FONSECA, Selva G.: experiências, reflexões e aprendizados / 12. ed. Campinas, SP : Papyrus, 2011</p> <p>KARNAL, Leandro (org.) História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>VASCONCELLOS, C.S.. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo: Libertard, 1995.</p> <p>MONTENEGRO, A. Torres, Historia, metodologia, memória: São Paulo, SP : Contexto, 2010.</p> <p>SILVA, M.; FONSECA, S. G. Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido. Campinas: Papyrus, 2007</p> <p>ZAMBONI, E; FONSECA S. Espaços de formação do professor de Historia . Campinas, SP: Papyrus, 2008.</p> <p>SACRISTAN, G. O currículo: uma reflexão sobre a prática / 3. ed. Porto Alegre, RS : Artmed, 2000;</p> <p>MOREIRA, A F; SILVA, T. T (Org.). Currículo, cultura e sociedade. 12. ed. São Paulo, SP : Cortez, 2011.</p> <p>PENTEADO, Heloisa D. Metodologia do ensino de Historia e geografia. 4ª ed. São Paulo, SP : Cortez, 2011.</p>	

Identificação do Componente	
CCCG III	Carga Horária: 60 horas
Ementa	

Objetivos
Referências Bibliográficas Básicas
Referências Bibliográficas Complementares

4º MÓDULO

Identificação do Componente	
Formação Histórica da Latino-América I	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
A formação histórica da América Latina. Da colônia aos estados nacionais do século XIX. A dinâmica social, política e econômica.	
Objetivos	
Conhecer os processos sócio históricos da América Latina na construção dos Estados Nacionais. Diferenciar os diferentes tipos de estados e nacionalismos e identidades nacionais. Problematizar os modelos de Estado, de nação, nacionalismo e as identidades nacional/regional.	
Referências Bibliográficas Básicas	
DONGHI, Halperin. História da América Latina . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. HOBSBAWN, Eric J. Nações e Nacionalismo: desde 1780 . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. PINSKY, Jaime. et al. História da América através de textos . São Paulo: Contexto, 2011. POZO, José del. História da América Latina e do Caribe: Dos processos de Independência aos dias atuais . Rio de Janeiro: Vozes, 2009. REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a Fhc . Editora FGV, 2010.	
Referências Bibliográficas Complementares	
AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald. História das Américas: Novas Perspectivas . Rio de Janeiro: FGV, 2011. CALMON, Pedro. História social do Brasil: Volume 1 – Espírito da Sociedade Colonial . São Paulo: Martins Fontes, 2002. CAMÍN, Héctor Aguilar; MEYER, Lorenzo. À Sombra da revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea, 1910 – 1989 . São Paulo: USP, 2000. CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. Como escrever a história do Novo Mundo . São Paulo: USP, 2011. FERRÉ, Alberto Methol; METALLI, Alver. A América Latina do Século XXI . Rio de Janeiro: Vozes, 2006. FILHO, Paulo Cannabrava. No olho do furacão: América Latina nos anos 60/70 . São Paulo: Cortez, 2003. FRIGERIO, Alejandro; RIBEIRO, Gustavo Lins. Argentinos e Brasileiros: Encontros, Imagens e Estereótipos . Rio de Janeiro: Vozes, 2002. GILROY, Paul. O Atlântico negro . São Paulo: Ed 34, 2012. MALERBA, Jurandir. A História na América Latina: ensaio de crítica historiográfica . Rio de Janeiro: FGV, 2009. REED, John. México Insurgente . São Paulo: Boitempo, 2010. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 2010.	

SOUZA, Laura de Mello e, O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Identificação do Componente	
Estudo da Região de Missões	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
A colonização espanhola no Brasil e a construção da Região Missioneira. O patrimônio regional suporte ao turismo. O turismo como alternativa ao desenvolvimento e integração regional. Para diplomacia e questões regionais.	
Objetivos	
Analisar os processos de ocupação e formação da Região Missioneira e suas consequências.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BRUXEL, Arnaldo. Os Trinta Povos Guarani . 2. Ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1987. COLVERO, Ronaldo. O comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul . Passo Fundo: UPF, 2004. MELIÁ, Bartomeu. El Guarani conquistado y Reducido . V.5 Asunción: CEADUC, 1986.	
Referências Bibliográficas Complementares	
COLACO, Thais Luzia. Incapacidade indígena: tutela religiosa e violação do direito guarani pre-colonial nas missões Jesuíticas / Curitiba, PR : Jurua, 2000 INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL (Brasil), Missoes . Brasília, DF KERN, Arno Alvarez. Utopias e missões jesuíticas / Porto Alegre: Editora da Universidade/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994. NOGUEIRA, Carmen Regina Dorneles. Turismo no Mercosul: O Circuito Internacional das Missões Jesuítico-Guarani . São Paulo: DG-USP, 1999. Dissertação NOGUEIRA, Carmen Regina Dorneles. O Turismo e a Redescoberta da Região das Missões . São Paulo: DG-USP, 2007.	

Identificação do Componente	
Estudo de Fronteira	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Fronteira e os principais conceitos a ela relacionados. O modo de vida na fronteira e suas implicações. O papel das fronteiras sob a ótica geográfica, jurídica, econômica, política e cultural.	
Objetivos	
Compreender as especificidades dos espaços fronteiriços.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BENTO, Fábio Régio. Fronteiras em movimento . Jundiaí: Paco Editorial, 2012. BARBERO, Jesus Martin. Dos meios às mediações . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. CANCLINI, Nestor Garcia. Consumidores e cidadãos . 5 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas . São Paulo: Edusp, 2000. CASTELLO, Iara Regina ET AL (orgs.). Fronteiras na América Latina: espaços em transformação . Porto Alegre: UFRGS/FEE, 1997.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CASTELLS, Manuel. O poder da identidade . São Paulo. Paz e Terra, 2000. GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade . Rio de Janeiro: Zahar, 2002. GOLIN, Tau. A FRONTEIRA . Porto Alegre L&PM; 2002; 2004. Vol I e Vol II	

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1992.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. **Territórios sem Limites: estudos de fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005.

RAFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado. **Representações e identidade: três estudos em comunicação**. Santa Maria: FACOS-FIPE-UFMS, 2001.

TELES, Reinaldo Miranda de Sá, PIERI, Vitor Stuart de. **Turismo e Paradiplomacia das Cidades**. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2014.

Identificação do Componente	
Formação Histórica do Brasil III	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Da herança lusitana ao Estado Imperial Brasileiro. A reestruturação administrativa, jurídica e política. Partidos e disputas políticas. As contradições e conflitos. A Lei de Terras, a escravidão e o abolicionismo, a Guerra do Paraguai, o (s) Partido (s) Republicano (s) e o advento da República.	
Objetivos	
Compreender as estruturas do Estado Imperial Brasileiro e as suas contradições e conflitos como resultante do conjunto de forças internas e externas. Refletir sobre os elementos constitutivos do Estado Imperial Brasileiro que ainda permeiam a sociedade contemporânea. Relacionar as estruturas sociais do Império Brasileiro com a sociedade contemporânea	
Referências Bibliográficas Básicas	
CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial . 6º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.	
DA COSTA, Emilia Viotti.: Da monarquia a república: momentos decisivos . São Paulo; Editora UNESP, 2010.	
DE HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil . 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.	
LINHARES, Maria Yedda; CARDOSO, Ciro Flamarion S. (orgs.). História geral do Brasil . Rio de Janeiro: Campos, 2000.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BRUM, Argemiro J. Desenvolvimento econômico brasileiro . Petrópolis: Vozes, 2012.	
CALDEIRA, Jorge. Mauá: empresário do império . São Paulo: Companhia das Letras, 2011.	
CARVALHO, José Murilo de. Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil . São Paulo: Cia. das Letras, 1990.	
_____. (org.). Nação e cidadania no oitocentos . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.	
FAUSTO, Boris. História do Brasil . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.	
FAUSTO, Boris. História do Brasil . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.	
FIGUEIREDO, José Ricardo. Modos de ver a produção do Brasil . São Paulo: Edusc; Campinas: Autores Associados, 2004.	
FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano / 15. Ed. São Paulo, SP: Global, 2004.	
DE HOLANDA, Sérgio Buarque. Capítulos de história do império . São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.	

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: colônia e império**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 14 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

Identificação do Componente	
Didática	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
História e trajetória da didática. Dos autores clássicos aos contemporâneos. Os níveis do planejamento pedagógico escolar. As formas de organização. As técnicas e os recursos em sala de aula e em outros espaços. A avaliação da aprendizagem escolar.	
Objetivos	
Estudar a trajetória histórica da didática e do pensamento pedagógico a partir do pensamento de autores clássicos e contemporâneos. Elaborar e compreender os níveis do processo de planejamento pedagógico, os objetivos do ensino, as formas de organização, as técnicas e estratégias, e os recursos didáticos utilizados em sala de aula e em outros espaços pedagógicos. Entender as diversas formas de avaliação da aprendizagem, da escola e do sistema de ensino.	
Referências Bibliográficas Básicas	
FRANCO, Maria Amélia Santoro. Didática. Embates contemporâneos . São Paulo: Edições Loyola, 2010.	
HAYDT, Regina Cazaux. Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem . São Paulo: Ática, 2008.	
HAYDT, Regina Célia. Curso de Didática Geral . São Paulo: Ática, 2006.	
HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré-escola à universidade . Porto Alegre: Mediação, 2012.	
MARTINS, Pura Lúcia Oliver. Didática teórica . Didática prática para além do confronto. São Paulo. Edições Loyola, 1989.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CORDEIRO, Jaime Francisco Parreira. Didática . São Paulo: Contexto, 2010.	
FREITAG, Barbara. Escola, estado e sociedade . 7.Ed. São Paulo: Moraes, 2005	
FREITAS, Marcos Cezar de [org.]. Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude . São Paulo: Cortez, 2006.	
GALVAO, Ana Maria de Oliveira. Preconceito contra o analfabeto . São Paulo: Cortez, 2007.	
GANDIN, Danilo. Planejamento como ética educativa . São Paulo: Loyola, 2005.	
LONGAREZI, Andrea Maturano; PUENTES, Roberto Valdes (orgs.). Panorama da didática: ensino, prática e pesquisa . Campinas: Papirus, 2011.	
LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar . São Paulo: Cortez, 1995.	
MACHADO, Nilson Jose. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente . São Paulo: Cortez, 2011.	
MOREIRA, Marco Antônio. Aprendizagem significativa . Brasília: Editora da UnB, 1999.	
PILETTI, Claudino. Didática Geral . São Paulo: Ática, 2010.	
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A prática pedagógica do professor de Didática . Campinas: Papirus, 2011.	

Identificação do Componente	
Prática pedagógica em História III	Carga Horária: 30 horas

Ementa	
Reflexão crítica sobre práxis pedagógica e a complexidade do espaço escolar.	
Objetivos	
Criar condições para a inserção do licenciando no contexto dos espaços da escola formal, analisando e avaliando procedimentos metodológicos para os conteúdos curriculares; Interagir com as instituições escolares por meio de projetos específicos na área de atuação do curso de História.	
Referências Bibliográficas Básicas	
LIBANEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Cortez, 1995. LIBANEO, José Carlos. Democratização da escola pública, a pedagogia crítico social dos conteúdos . São Paulo, Loyola, 1985. MOREIRA, Ruy. O discurso do avesso (Para a crítica da geografia que se ensina). Rio de Janeiro: Dois pontos, 1987.	
Referências Bibliográficas Complementares	
LAFOUCADE, P.D. Planejamento e Avaliação do Ensino: Teoria e Prática de Avaliação do Aprendizado . São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural. MACHADO, Nilson Jose. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente . São Paulo: Cortez, 2011. MOREIRA, Marco Antônio. Aprendizagem significativa . Brasília: Editora da UnB, 1999. PCN – Programa Curricular Mínimo para o Ensino Fundamental e Médio de História . PILETTI, Claudino. Didática Geral . São Paulo: Ática, 2010.	

Identificação do Componente	
CCCG IV	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Objetivos	
Referências Bibliográficas Básicas	
Referências Bibliográficas Complementares	

5º MÓDULO

Identificação do Componente	
História Contemporânea	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
A formação e consolidação do capitalismo. Os Estados Nacionais. Os movimentos sociais do séc. XIX. O colonialismo, o neocolonialismo e a expansão imperialista. A crise do sistema capitalista. A revolução Russa. A 1ª Guerra Mundial, a 2ª Guerra Mundial. Os regimes totalitários. A guerra fria.	
Objetivos	
Apresentar os principais elementos que compõem a história contemporânea buscando um entendimento enquanto totalidade. Compreender o processo histórico na formação do mundo contemporâneo. Problematizar as categorias conceituais como capitalismo, classe, autoritarismo, fascismo, nazismo, colonialismo, imperialismo. Analisar história contemporânea europeia e os reflexos e	

desdobramentos nos demais continentes.
Referências Bibliográficas Básicas
ARENDDT, Hannah. Origens do Totalitarismo . São Paulo: Cia das Letras, 1989. HOBBSAWM, E. J. A era do Capital (1848-1875). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. _____. Da Revolução Industrial Inglês ao Imperialismo . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
Referências Bibliográficas Complementares
BROUË, Pierre. União soviética: da revolução ao colapso . Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996. HOBBSAWM, E. J. O Mundo do Trabalho . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. MILMAN, Luis; VIZENTINI, Paulo Fagundes. Neonazismo, negacionismo e extremismo político . Porto Alegre: CORAG, 2000. SERGE, Victor. O ano I da revolução russa . São Paulo, SP: Boitempo, 2007. TROTSKI, Leon. A Revolução de Outubro . São Paulo, SP: Boitempo, 2007.

Identificação do Componente	
Formação Histórica Latino-Americana II	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Os Estados Nacionais Latino Americanos no séc. XX. O processo histórico entre as diversas conjunturas políticas, sociais e econômicas internas, permeadas pelas conjuntas externas.	
Objetivos	
Compreender o processo histórico latino americano do séc. XX numa relação entre tensão entre as conjunturas interna e externa, no bojo das permanências das estruturas coloniais. Problematizar a realidade social e política latino-americana.	
Referências Bibliográficas Básicas	
AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald. História das Américas: Novas Perspectivas . Rio de Janeiro: FGV, 2011. DONGHI, Halperin. História da América Latina . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. FERRÉ, Alberto Methol; METALLI, Alver. A América Latina do Século XXI . Rio de Janeiro: Vozes, 2006. FILHO, Paulo Cannabrava. No olho do furacão: América Latina nos anos 60/70 . São Paulo: Cortez, 2003. HOBBSAWM, Eric J. Nações e Nacionalismo: desde 1780 . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. PINSKY, Jaime. et al. História da América através de textos . São Paulo: Contexto, 2011. POZO, José del. História da América Latina e do Caribe: Dos processos de Independência aos dias atuais . Rio de Janeiro: Vozes, 2009.	
Referências Bibliográficas Complementares	
HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. A invenção das tradições . Rio de Janeiro, RJ, Paz e Terra, 2008. ALBUQUERQUE, José Augusto. Relações internacionais contemporâneas: a ordem mundial depois da Guerra Fria . Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. CALMON, Pedro. História social do Brasil: Volume 1 – Espírito da Sociedade Colonial . São Paulo: Martins Fontes, 2002. CAMÍN, Héctor Aguilar; MEYER, Lorenzo. À Sombra da revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea, 1910 – 1989 . São Paulo: USP, 2000. CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. Como escrever a história do Novo Mundo . São Paulo: USP, 2011. FRIGERIO, Alejandro; RIBEIRO, Gustavo Lins. Argentinos e Brasileiros: Encontros, Imagens e Estereótipos . Rio de Janeiro: Vozes, 2002. GILROY, Paul. O Atlântico negro . São Paulo: Ed 34, 2012.	

KHANNA, Parag. **O segundo Mundo: impérios e influência na nova ordem global.** Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

MALERBA, Jurandir. **A História na América Latina:** ensaio de crítica historiográfica. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MALAMUD, Andrés. Fragmentação e divergência na América Latina. *Relações Internacionais*, dezembro: 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/ri/n24/n24a08.pdf>

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais:** Temas, atores e visões. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

REED, John. **México Insurgente.** São Paulo: Boitempo, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único a consciência universal. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra:** política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

WASSERMAN, Claudia. **A questão nacional na América Latina:** o árduo caminho da atitude comparativa. *História, Ciências, Saúde*, v.18, n.1– Manguinhos, Rio de Janeiro, jan.-mar. 2011, p.248-252. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v18n1/15.pdf>

Identificação do Componente	
Patrimônio e Museus	Carga Horária: 30 horas
Ementa	
O papel do museu e do patrimônio na contemporaneidade. Problematização das construções e usos dos museus. A constituição e ampliação do campo patrimonial no Brasil e as políticas de preservação. A instituição museu, seu uso educativo e seu papel na construção de narrativas e no ensino de História.	
Objetivos	
Promover a reflexão sobre o papel do patrimônio e do museu na sociedade contemporânea, analisando, sobretudo, o campo patrimonial e museal brasileiro. Fomentar o diálogo interdisciplinaridade curricular por meio de um embasamento conceitual e ferramentas práticas para atuação do historiador no espaço do Museu. Estimular a utilização do patrimônio e do museu no ensino de História.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CHAGAS, Mario; ABREU, Regina. Memória e Patrimônio. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2a. Ed., 2009	
FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves. Museus do Gabinete de Curiosidades à Museologia Moderna. Belo Horizonte – Brasília: Argumentum Editora, 2005.	
FONSECA, Maria Cecília Londres. <i>O Patrimônio em processo:</i> trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3a. Ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CHAGAS, Mário. Há uma gota de sangue em cada museu. A ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.	
CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade – Unesp, 2006	
GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.	
PINHEIRO, Marcos Jose. Museu, Memória e Esquecimento. Um projeto da modernidade. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2005.	

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC. IPHAN, DEMU, 2006.

Identificação do Componente	
Prática pedagógica em História IV	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Prática de ensino da história no contexto atual. Avaliação das práticas mais adequadas e motivadoras para a futura inserção deste do professor de história no sistema educacional.	
Objetivos	
Instrumentalizar para a prática docente.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ARROYO, M.G. O ofício de mestre . Petrópolis: Vozes, 2000. BRAGA, ROSALINA. A construção da escola elementar . Uma interpretação interessada em sua transformação/ UFMG 1998. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade . Rio de Janeiro: Paz e Terra 1986.	
Referências Bibliográficas Complementares	
LAFOUCADE, P.D. Planejamento e Avaliação do Ensino : Teoria e Prática de Avaliação do Aprendizado. São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural. LIBANEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Cortez, 1995. LIBANEO, José Carlos. Democratização da escola pública, a pedagogia crítico social dos conteúdos . São Paulo, Loyola, 1985. MOREIRA, Ruy. O discurso do avesso (Para a crítica da geografia que se ensina). Rio de Janeiro: Dois pontos, 1987. PCN – Programa Curricular Mínimo para o Ensino Fundamental e Médio de História . PONTUSCHKA, Nídia Nacib(org.) . Ousadia no Diálogo : Interdisciplinaridade na Escola Pública. SP. Loyola. VESENTINI, José W. O método e a práxis . (Notas polêmicas sobre a geografia tradicional e a geografia crítica). Terra livre. São Paulo: AGB, nº 2 jul. de 1987. Periódicos: VASCONCELLOS, C.S.. Construção do conhecimento em sala de aula . São Paulo: Libertard, 1995.	

Identificação do Componente	
Estágio Supervisionado – Rotinas Escolares	Carga Horária: 120 horas
Ementa	
As dimensões/pedagógicas e as práticas didáticas e metodológicas no contexto escolar da educação básica – o ensino fundamental e médio – como processo reflexivo das realidades socioculturais que a constituem e formativo do educador e do educando. O planejamento da prática docente e da pesquisa na área de ciências humanas.	
Objetivos	
Instrumentalizar para a prática docente	
Referências Bibliográficas Básicas	
HERNANDEZ, Fernando. A Organização do Ensino em Projetos de Trabalho . Porto Alegre: ARTMED, 1998 PERRENOUD P, PAQUAY L, ALTED M, CHARLIER E, organizadores. Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências? 2a ed. Porto Alegre: Artmed; 2001. PERRENOUD P. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação : perspectivas	

sociológicas. Lisboa: Dom Quixote; 1993. (Temas de educação 3).
Referências Bibliográficas Complementares
LAFUCADE, P.D. Planejamento e Avaliação do Ensino: Teoria e Prática de Avaliação do Aprendizado. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural.
LIBANEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1995.
LIBANEO, José Carlos. Democratização da escola pública, a pedagogia crítico social dos conteúdos. São Paulo, Loyola, 1985
TARDIF M, LESSARD C. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes; 2005
TARDIF M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes; 2002

Identificação do Componente	
CCCG V	Carga Horária: 30
Ementa	
Objetivos	
Referências Bibliográficas Básicas	
Referências Bibliográficas Complementares	

6º MÓDULO

Identificação do Componente	
Formação Histórica do Brasil IV	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Da República Velha ao golpe civil militar de 1964. As transformações econômicas sociais e políticas e as contradições republicanas entre os golpes e contragolpes. A sedimentação da estrutura econômica e política do Estado Nacional Brasileiro.	
Objetivos	
Compreender a dinâmica história da República Velha até o golpe civil militar em 1964, como resultado das correlações de formas internas e externas.	
Distinguir as diversas conjunturas econômicas sociais e políticas e os atores envolvidos.	
Perceber da passagem da descentralização, a centralização a formação do Estado Nacional as suas contradições sociais e políticas.	
Identificar na conjuntura de 1964, os elementos constitutivos do golpe civil militar permeado por uma estrutura conservadora, articulada ao capita exterior.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.	
COLVERO, Ronaldo Bernadino; RIBAS, Vinicius de Lara. Getúlio Vargas e o Ministério do Trabalho: a atuação de João Goulart (1953-1954). Jundiaí: Paco Editorial, 2012.	
LINHARES, Maria Yedda (Org.). História Geral do Brasil. 9ª ed; Rio de Janeiro: Campus, 1990.	
WEFFORT, F. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ARENDDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1989.	
CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro:	

Jorge Zahar Editor 2006.
 FELIZARDO, Joaquim. **A legalidade: último levante gaúcho**. 4ª ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
 FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical. (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
 Paulo: Editora Ática, 2006.
 LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. **Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1997.
 PRADO JR, Caio.; **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
 WEFFORT, Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens**. Editora Ática, 2006.

Identificação do Componente	
Cartografia e Cartografia Temática	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Noções de cartografia e cartografia temática; representações espaciais, signos e significados. Mapeamento de dados da realidade nas diversas escalas para o ensino e a pesquisa. Alfabetização cartográfica e a metodologia de ensino em geografia. Noções de sensoriamento remoto e novas tecnologias.	
Objetivos	
Interpretar o espaço geográfico a partir da linguagem cartográfica Reconhecer a importância da cartografia nas formas de ler o mundo; Compreender as representações em diferentes escalas; Elaborar cartografias temáticas; Reconhecer as novas tecnologias e sua interface com a prática pedagógica.	
Referências Bibliográficas Básicas	
FITZ, Paulo Roberto. Cartografia básica . São Paulo-SP : Oficina de textos, 2008 JOLY, Fernand. A cartografia . 15. ed Campinas, SP: Papirus, 2011. SCHAFFER, Neiva Otero. Um globo em suas mãos: práticas para a sala de aula . 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2011. PASSINI, Elza Yasuku. Alfabetização cartográfica e aprendizagem de geografia . São Paulo: Cortez, 2012.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ALMEIDA, Rosângela. O Espaço Geográfico: ensino e representação . 4. ed. SP, Contexto, 2008. LANG, Stefan; BLASCHKE, Thomas. Análise da paisagem com SIG . São Paulo: Oficina de textos, 2010. MARTINELLI, Marcello, Mapas da geografia e cartografia temática . São Paulo: Contexto, 2013. RAMOS, Cristhiane da Silva. Visualização Cartográfica e Cartografia Multimídia . São Paulo: Ed. Unesp, 2005. ROSS, Jurandyr L. Sanches. Geografia do Brasil . São Paulo: USP, 2011. SIMIELLI, Maria Elena Ramos. Atlas geográfico escolar . 36 ed. São Paulo: Ática, 2013. SOUZA, Jose Guilherme de. Geografia e conhecimentos cartográficos: a cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas . São Paulo: UNESP, 2001.	

Identificação do Componente	
Cartografia, Documento e Patrimônio	Carga Horária: 30 horas
Ementa	
<p>História do registro cartográfico. As escolas que influenciaram a produção cartográfica. Noções de Cartografia. A construção de mapas a partir de documentos históricos. Estudo dos conceitos de “fontes” para a História. A patrimonialização e a construção dos lugares da memória. O patrimônio nacional, regional e local.</p>	
Objetivos	
<p>Compreender a importância do estudo de documentos e mapas para a construção dos lugares da memória coletiva e conseqüentemente da construção social e cultural de um povo. Desenvolver o domínio sobre os métodos e as técnicas para a elaboração de mapas, como elemento de pesquisa e ensino, aplicado no ensino fundamental. Possibilitar a interação com a comunidade, a partir da pesquisa e a elaboração de mapas temáticos.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>DUARTE, Paulo Araújo. Cartografia básica. Florianópolis: UFSC, 2004. _____. Cartografia Temática. Florianópolis: UFSC, 1991. MARTINELLI, Marcello, Mapas da geografia e cartografia temática. São Paulo: Contexto, 2013. OLIVEIRA, Mario Mendonça de. A documentação como ferramenta de preservação da memória: cadastro, fotografia, fotogrametria e arqueologia. Brasília, DF: IPHAN, 2008. SANT'ANNA, Márcia (Coord.). O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: IPHAN, 2006.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BENTO, Fábio Régio. Fronteiras em movimento. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. LANG, Stefan; BLASCHKE, Thomas. Análise da paisagem com SIG. São Paulo: Oficina de textos, 2009. MARTINELLI, Marcello. Mapas da Geografia e Cartografia Temática. São Paulo: Contexto, 2013. RAMOS, Cristhiane da Silva. Visualização Cartográfica e Cartografia Multimídia. São Paulo: Ed. Unesp, 2005. ROSS, Jurandyr L. Sanches. Geografia do Brasil. São Paulo: USP, 2011. SOUZA, Jose Guilherme de. Geografia e conhecimentos cartográficos: a cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas. São Paulo: UNESP, 2001.</p>	

Identificação do Componente	
Prática Pedagógica em História V	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
<p>Prática de ensino da História em sala de aula; Avaliação das práticas pedagógicas dos professores de História em sala de aula; Adequação das práticas pedagógicas do professor de História às novas realidades em sala de aula.</p>	
Objetivos	
<p>Instrumentalizar pra prática pedagógica.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>ARROYO, M.G. O ofício de mestre. Petrópolis: Vozes, 2000. BRAGA, ROSALINA, A construção da escola elementar. Uma interpretação interessada em sua transformação/ UFMG 1998. VASCONCELLOS, C.S. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo: Libertard,</p>	

1995.
Referências Bibliográficas Complementares
FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. LAFOUCADE, P.D. Planejamento e Avaliação do Ensino: Teoria e Prática de Avaliação do Aprendizado . São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural. LIBANEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Cortez, 1995. MORAES, M. C. O paradigma educacional emergente . São Paulo: Papyrus, 1997 SILVA, Marcos A. da, Historia: o prazer em ensino e pesquisa . São Paulo, SP : Brasiliense, 1995.

Identificação do Componente	
Educação Inclusiva	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Pressupostos teóricos e metodológicos da Escola Inclusiva. Questões políticas, ideológicas e éticas da Educação Inclusiva. Os sujeitos do processo educacional especial: portadores de necessidades educacionais especiais. Perspectivas da Educação Inclusiva no sistema escolar: currículo, didática e avaliação. Perspectivas para a construção de uma Sociedade Inclusiva: família, escola e sociedade.	
Objetivos	
Analisar o histórico da educação Especial e das tendências atuais, no âmbito nacional e internacional.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ASSUMPTÃO Junior, Francisco Baptista. Introdução ao estudo da deficiência mental . São Paulo: Memnon. 2000. BRASIL Ministério da Educação e do Desporto Secretaria da Educação Especial. Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial . Brasília: MEC. 1995 MAZZOTTA, Marcos J. S.. Educação especial no Brasil historia e políticas públicas . São Paulo: Cortez,1996.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CASTANHEIRA, Maria Lucia. Aprendizagem contextualizada: discurso e inclusão na sala de aula . 2. ed. Belo Horizonte : Autentica, 2010 GLAT, Rosana, Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais . 2. ed. Rio de Janeiro, RJ : EDUERJ, 2012. POCHMANN, M. Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social / Sao Paulo, SP : Fundacao Perseu Abramo, 2002 SELAU, Bento. Inclusão na sala de aula . Porto Alegre, RS : Editora Evangraf, 2007 STAINBACK, Susan. Inclusão . Porto Alegre: ARTMED,1999.	

Identificação do Componente	
Estágio Supervisionado em História no Ensino Fundamental	Carga Horária: 120 horas
Ementa	
Fundamentação teórica atualizada sobre a Ciência Histórica no contexto escolar. Subsídios para a prática docente na área de História no ensino fundamental.	
Objetivos	
Instrumentalizar para a prática pedagógica da Geografia no ensino fundamental.	
Referências Bibliográficas Básicas	

ARROYO, M.G. O ofício de mestre . Petrópolis: Vozes, 2000.
BITTENCOURT, Circe. Ensino de história: fundamentos e métodos . São Paulo: Cortez, 2004.
BRAGA, ROSALINA, A construção da escola elementar . Uma interpretação interessada em sua transformação/ UFMG 1998.
Referências Bibliográficas Complementares
FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
LAFOUCADE, P.D. Planejamento e Avaliação do Ensino: Teoria e Prática de Avaliação do Aprendizado . São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural.
LIBANEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Cortez, 1995.
LIBANEO, José Carlos. Democratização da escola pública, a pedagogia crítico social dos conteúdos . São Paulo, Loyola, 1985.

Identificação do Componente	
CCCG VI	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Objetivos	
Referências Bibliográficas Básicas	
Referências Bibliográficas Complementares	

7º MÓDULO

Identificação do Componente	
História do Rio Grande do Sul	Carga Horária: 30 horas
Ementa	
A formação do Rio Grande do Sul no quadro do expansionismo ibérico do século XVII. A fragmentação da região platina no séc. XIX e a formação e consolidação das fronteiras políticas do Império Brasileiro no extremo sul do Continente Americano. A estrutura econômica e social e suas contradições e heranças.	
Objetivos	
Compreender a dinâmica geopolítica platina territorial e econômica na formação Rio Grande do Sul. Identificar na formação territorial, econômica e social, as bases vigentes da sociedade contemporânea na fronteira oeste.	
Referências Bibliográficas Básicas	
COLVERO, Ronaldo. MAUER, Rodrigo. (Org.). Missões em mosaico . Da interpretação à prática: um conjunto de experiências. Porto Alegre: Faith, 2011. 120.	
LINHARES, Maria Yedda; CARDOSO, Ciro Flamarion S. (orgs.). História geral do Brasil . Rio de Janeiro: Campus, 2000.	
PANIAGUA, Edson Romario Monteiro. Violência e criminalidade na região platina: o caso município de Alegrete (1852-1864) . Alegrete/RS: Instituto Cultural Gervásio Artigas, 2013.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BRUM, Ceres Karam. Sepé Tiarajú missioneiro: um mito gaúcho . Santa Maria: Pallotti, 2006.	

<p>CHRISTENSEN, Teresa Neumann. História do Rio Grande do Sul em suas origens missionárias. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.</p> <p>COLVERO, Ronaldo. Negócios na madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2004.</p> <p>LAZZAROTTO, Danilo. História do Rio Grande do Sul. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2001.</p> <p>MAESTRI, Mario. O escravo gaúcho: resistência e trabalho. Porto Alegre: Editora da universidade/UFRGS, 1993.</p> <p>SCHULZE-HOFER, Maria Cristina. O uso da madeira nas reduções jesuítico guarani do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IPHAN, 2008.</p>

Identificação do Componente	
História do Espaço Platino	Carga Horária: 30 horas
Ementa	
<p>A construção e conformação do espaço platino a partir de processos socioeconômicos, políticos e culturais. Perspectivas teórico-metodológicas próprias à História Regional. Ocupação do espaço e a fronteira no Prata colonial. Expressões e disputas políticas na formação e estruturação dos Estados nacionais platinos. Relações de dominação e resistência nas sociedades platinas. Economia e política das sociedades platinas na contemporaneidade. O espaço platino no Ensino de História.</p>	
Objetivos	
<p>Desnaturalizar o espaço e a região como um dado a priori da realidade; compreender o processo de ocupação e formação do espaço platino no contexto dos impérios coloniais e da estruturação de suas sociedades independentes; construir uma visão geral e crítica acerca de processos históricos do Prata; problematizar a História do espaço platino no Ensino de História.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina: de 1870 a 1930. Vol. 5. São Paulo: EDUSP, 2002.</p> <p>BANDEIRA, Moniz. O expansionismo brasileiro e a formação dos estado na bacia do Prata. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Revan; Brasília: Ed. UNB, 1998.</p> <p>PIMENTA, João P. G. Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828). São Paulo: HUCITEC, 2006.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>FERREIRA, Gabriela Nunes. O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial. São Paulo: HUCITEC, 2006.</p> <p>GARCIA, Fernando C. Fronteira Iluminada. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas 1420-1920. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2010.</p> <p>HALPERIN DONGHI, Tulio. História da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.</p> <p>PRADO, Fabrício. Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa. Porto Alegre: Fumproarte, 2002.</p> <p>REGUERA, Andréa. & HARRES, Marluza M. (Orgs.). Da Região à Nação. Relações de escala para uma história comparada Brasil- Argentina (séculos XIX e XX). São Leopoldo: Ed. Oikos, 2011.</p>	

Identificação do Componente	
Formação Histórica do Brasil V	Carga Horária: 60 horas
Ementa	

A conjuntura econômica, social e política que antecedeu o golpe civil militar em 1964. Os militares no poder. Os Atos Institucionais e a abertura política controlada. A sociedade civil e a redemocratização. A crise do modelo econômico. O séc. XXI e o regresso conservador e neoliberal.

Objetivos

Compreender a dinâmica econômica, social e política da conjuntura do regime civil militar e da transição para o regime democrático. Analisar o contexto social, político e econômico e as consequências pós redemocratização em conjunturas que vão desde a participação social ao regresso conservador.

Referências Bibliográficas Básicas

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. 9ª ed; Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical. (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 20.

Referências Bibliográficas Complementares

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 2006..

GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (Orgs.). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil**: Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar**. 3.ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

MAINWARING, S. et al. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Paz & Terra, 2000.

MENEGUELLO, R. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo, 1985-1997**. São Paulo: Paz & Terra, 1998.

PRADO JR, Caio; **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PADRÓS, Enrique Serra (Org.). [et. al.] **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. 2ª ed. Porto Alegre: Corag, 2010. V. I

_____. **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. 2ª ed. Porto Alegre: Corag, 2010. V. II

_____. **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. 2ª ed. Porto Alegre: Corag, 2010. V. III.

_____. **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. 2ª ed. Porto Alegre: Corag, 2010. V. IV.

SADER; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

WEFFORT, Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens**. Editora Ática, 2006.

Identificação do Componente

Etnicidade e Culturas Brasileiras

Carga Horária: 30 horas

Ementa	
O negro e o índio na formação sociocultural brasileira. A Educação nas relações étnico-raciais e a temática africana e indígena na sala de aula.	
Objetivos	
<p>Analisar a presença do negro e do indígena na formação social e cultural do Brasil.</p> <p>Discutir a educação nas suas dimensões étnico-raciais e seus problemas decorrentes dentre esses a exclusão sócia construída historicamente.</p> <p>Proporcionar elementos metodológicos capazes de dialogarem de forma crítica, levando em consideração as diversas dimensões étnico-raciais, tanto a partir dos currículos, como das relações sociais presentes na escola.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>FERREIRA, Mariana Kawall Leal; SILVA, Aracy Lopes da; (Orgs.). Antropologia, História e educação: a questão indígena e a escola. 2ª ed. São Paulo: Global, 2001.</p> <p>LIMA, Maria Nazaré Mota de; (Org.) Escola plural: a diversidade na sala; formação de professores em História e Cultura Afro-brasileira e Africana. 2ª ed. São Paulo: Cortez, Brasília: UNICEF; Salvador, BA: CEAFFRO, 2006.</p> <p>MATTOS, Regiane Augusto de; História e cultura afro-brasileira. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>RIBEIRO, Berta; O índio na história do Brasil. 12ª ed. São Paulo: Global, 2009.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>COLAÇO, Thaís Luzia; “Incapacidade” indígena: tutela religiosa e violação do direito guarani nas missões jesuíticas. Curitiba: Juruá, 2012.</p> <p>COSTA, Emília Viotti da; Da senzala à colônia. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.</p> <p>CUNHA, Manuela Carneiro da; (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.</p> <p>FARIA, Sheila de Castro; A colônia brasileira: economia e diversidade. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2004.</p> <p>FUNARI, Pedro Paulo; PIÑÓN, Ana; A temática indígena na escola: subsídios para os professores. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>GOMES, Nilma Lino; MUNANGA, Kebengele; O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006.</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA; Estatísticas sobre a educação escolar indígena no Brasil: Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2007.</p> <p>ISAIA, Artur Cesar; MANOEL, Ivan Aparecid;. (Orgs.). Espiritismo e religiões e religiões afro-brasileiras. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.</p> <p>LAHNI, Cláudia Regina; (Org.). [et alL.] Culturas e diásporas africanas. Juiz de Fora: UFJF, 2009.</p> <p>LINHARES, Maria Yedda; (Org.). História Geral do Brasil. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.</p> <p>LODY, Raul; O povo de santo: religião, história e cultura dos orixás, voduns, inquices e caboclos. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.</p> <p>SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício; Memória d'África: a temática africana em sala de aula. 3ª e. São Paulo: Cortez, 2010.</p>	

Identificação do Componente	
Prática Pedagógica em História VI	Carga Horária: 60 horas
Ementa	

Introdução do estudante para a prática de campo. Introdução à metodologia das ciências sociais; Definição de pesquisa, métodos e técnicas; A prática da pesquisa científica; A quantificação na pesquisa; Métodos e técnicas básicas de pesquisa de campo e de gabinete.
Objetivos
Instrumentalizar para a prática docente.
Referências Bibliográficas Básicas
MORAES, M. C. O paradigma educacional emergente . São Paulo: Papirus, 1997. MORIN, E., Introdução ao pensamento complexo . Lisboa: Instituto Piaget, 1995. SENGE, P. (org.). A Dança das Mudanças . São Paulo: Editora Campus, 1999.
Referências Bibliográficas Complementares
DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa . Campinas: Editora Autores Associados, 2007. _____. Introdução à metodologia da ciência . São Paulo: Atlas, 1985. _____. Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos . Campinas: Papirus, 2012. PADUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática . Campinas: Papirus, 2012 SILVA, M. (org.) Educação online . São Paulo: Edições Loyola, 2003.

Identificação do Componente	
Estágio Supervisionado em História no Ensino Médio	Carga Horária: 120 horas
Ementa	
Fundamentação teórica atualizada sobre a Ciência Histórica no contexto escolar. Subsídios para o desenvolvimento integral do educando.	
Objetivos	
Instrumentalizar e subsidiar a prática docente na área de História no ensino médio.	
Referências Bibliográficas Básicas	
FRAGA, Hilda Jaqueline. A cidade e seus percursos educativos: fontes e abordagens para o ensino e a pesquisa em história In: Anais do X Encontro Estadual de História. Santa Maria: ANPUH-RS, 2010. SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula . São Paulo: Editora Contexto, 1998. STEPHANOU, Maria & SEFFNER, Fernando. De novo a mesma História? O que ensinar e aprender nas aulas de História? Perguntas que não querem calar . In: Teorias e fazeres na escola em mudança. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CERRI, Luiz Fernando. Didática de História: uma leitura teórica sobre a História na prática . Revista de História Regional. Ponta Grossa: UEPG, 2010. BARBOZA, Tatiana Machado. O registro fotográfico e o ensino de História In: Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar. Porto Alegre: EST, 2002. FRAGA, Hilda Jaqueline de. Percursos docentes em lugares de memória In: Ensino de História no Cone Sul: patrimônio cultural, territórios e fronteiras. Porto Alegre: Evangraf, 2012. GANDIN, D. & CRUZ, C.C. Planejamento na sala de aula . Porto Alegre: Editora UFRGS, 1995. NAPOLITANO, Marcos. Como usar o cinema na sala de aula . São Paulo: Editora Contexto, 2009.	

Identificação do Componente	
CCCG VII	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Objetivos	
Referências Bibliográficas Básicas	
Referências Bibliográficas Complementares	

8º MÓDULO

Identificação do Componente	
Políticas Públicas e Meio Ambiente	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Introdução à questão ambiental; Gestão pública do meio ambiente; Instrumento de gestão ambiental; Política de Águas; Gestão ambiental urbana.	
Objetivos	
Conhecer as políticas públicas de meio ambiente.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BECKER, Bertha; MIRANDA, Mariana (orgs). Agenda política do desenvolvimento sustentável . Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.	
BURSZTYN, Marcel (org.). Para pensar o desenvolvimento sustentável . São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.	
BURSZTYN, Maria Augusta. A gestão ambiental: instrumentos e práticas . Brasília: Edições IBAMA, 1994.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade . 2.ed. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2011.	
BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria . Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2008.	
GUERRA, Antonio Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista (orgs). Impactos ambientais no Brasil . Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.	
GRUN, Mauro, Ética e educação ambiental: a conexão necessária / Campinas, SP : Papyrus, 2012.	
LEME MACHADO, Paulo Afonso. Direito Ambiental Brasileiro . São Paulo: Ed. Malheiros, 1995.	
LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Orgs.). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011	

Identificação do Componente	
Metodologia e Técnica de Pesquisa Científica em História	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Principais etapas do desenvolvimento de investigação científica em História. A história-problema e a definição do objeto de pesquisa. O historiador e suas ferramentas. As fontes e os acervos	

documentais. Metodologias e técnicas de pesquisa.
Objetivos
Identificar e executar as etapas fundamentais do desenvolvimento da investigação científica em História; dominar os diferentes instrumentos práticos e teóricos e tipos de produção próprios à atividade do historiador; compreender a natureza e especificidade dos diferentes tipos de fontes e metodologias na produção do conhecimento histórico.
Referências Bibliográficas Básicas
BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em História . Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005. BURKE, Peter. A escrita da História: novas perspectivas . São Paulo: UNESP, 2001. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas . São Paulo: Contexto, 2005.
Referências Bibliográficas Complementares
BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador . Rio de Janeiro: Zahar, 2002. CARDOSO, Ciro & PEREZ-BRIGNOLI, Hector. Os métodos da História . Rio de Janeiro: Graal, 2002. CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (org.). Domínios da história . Rio de Janeiro: Campus, 2010. HOBSBAWM, Eric. Sobre história . São Paulo: Companhia das Letras, 1998. RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica . Petrópolis: Vozes, 2009.

Identificação do Componente	
Metodologia do Ensino de História	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Atuais perspectivas e abordagens teórico-metodológicas do campo do ensino de História. Análise e aprofundamento de conteúdos e metodologias referentes ao componente curricular de História no currículo escolar, no ensino fundamental e médio. Fenômenos da sala de aula e problematizações da prática docente. Orienta-se pela proposição de tematizar sobre aspectos da história regional no currículo, enfatizando a cultura, memória, patrimônio e sociedade na região de fronteira.	
Objetivos	
Propiciar a discussão em torno da contextualização histórica do campo do ensino de história no Brasil e suas atuais perspectivas, abordagens e metodologias, a fim de possibilitar o estudo, a análise e a problematização acerca de seus desdobramentos no cotidiano escolar e na formação docente, bem como dos desafios colocados ao ensino e à docência na contemporaneidade	
Referências Bibliográficas Básicas	
FRAGA, Hilda Jaqueline. A cidade e seus percursos educativos: fontes e abordagens para o ensino e a pesquisa em história In: Anais do X Encontro Estadual de História . Santa Maria: ANPUH-RS, 2010. SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula . São Paulo: Editora Contexto, 1998. STEPHANOU, Maria & SEFFNER, Fernando. De novo a mesma História? O que ensinar e aprender nas aulas de História? Perguntas que não querem calar. In: Teorias e fazeres na escola em mudança . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CERRI, Luiz Fernando. Didática de História: uma leitura teórica sobre a História na prática. Revista de História Regional . Ponta Grossa: UEPG, 2010. BARBOZA, Tatiana Machado. O registro fotográfico e o ensino de História In: Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar . Porto Alegre: EST, 2002. FRAGA, Hilda Jaqueline de. Percursos docentes em lugares de memória In: Ensino de História	

no Cone Sul: patrimônio cultural, territórios e fronteiras. Porto Alegre: Evangraf, 2012.
 GANDIN, D. & CRUZ, C.C. **Planejamento na sala de aula.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 1995.
 NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula.** São Paulo: Editora Contexto, 2009.

Identificação do Componente	
Prática Pedagógica em História VII	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Roteiro de elaboração de projeto de pesquisa em História, voltado à docência Um exame das possíveis formas e conteúdos do projeto e relatório de pesquisa; Instrumento de coleta de dado; Normas da ABNT para apresentação de documentos.	
Objetivos	
Instrumentalização para a prática docente.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BARROS, José D' Assunção. O Projeto de Pesquisa em História. Petrópolis: Vozes, 2008. 4ª edição. SENGE, P. (org.). A Dança das Mudanças. São Paulo: Editora Campus, 1999. SILVA, M. (org.) Educação online. São Paulo: Edições Loyola, 2003.	
Referências Bibliográficas Complementares	
LEAO, Alex Sandro Gomes. KAEFER, Maria Teresinha Verle. Reflexoes da docência. Sao Borja, RS : Instituto Federal Farroupilha, 2015 MARTINS, Márcio (Org). Iniciação a docência: relatos de coordenadores sobre experiências no Pibid / Sao Leopoldo, RS : Oikos, 2014 PIMENTA, Selma Garrido., Estagio e docencia / 6. ed. Sao Paulo, SP : Cortez, 2011 VYGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2003. VALENTINI, C. B., SOARES, E. M. Aprendizagem em ambientes virtuais. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2005	

Identificação do Componente	
Trabalho de Conclusão de Curso	Carga Horária: 60 horas
Ementa	
Os procedimentos metodológicos e técnicos para a realização do projeto de pesquisa ao Trabalho de Conclusão de Curso. Aportes técnicos, teóricos e metodológicos e a responsabilidade autoral na redação. A relação entre e forma e conteúdo. As normas da ABNT. Elaboração, apresentação defesa do trabalho.	
Objetivos	
Proporcionar as condições para que a partir do projeto, a pesquisa se desenvolva e chegue a sua conclusão. Realizar a pesquisa e a sua sistematização em um trabalho monográfico final. . Defender o trabalho monográfico perante uma banca examinadora. Demonstrando capacidade de expressão e domínio do tema.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Cortez, 2010. LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. São Paulo: Atlas, 2006. MANUAL DE NORMALIZAÇÃO PARA TRABALHOS ACADÊMICOS DA UNIPAMPA.. Disponível em: http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi/files/2014/10/Manual-de-	

Normalização-3.-ed.-20131.pdf Acesso em 10 de dezembro de 2014.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Repensando a pesquisa participante . São Paulo: Brasiliense, 1999.	
BRZEZINSKI, Iria; ABBUD, M. Luiza Macedo; OLIVEIRA, Cláudia Chueire de. Percursos de Pesquisa em Educação . Ijuí: Unijuí, 2007.	
ESTEBAN, M. Paz Sandín. Pesquisa qualitativa em educação: Fundamentos e tradições . Porto Alegre: AMGH, 2010.	
GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. Questões de Método na construção da Pesquisa em Educação . São Paulo: Cortez, 2011.	

Identificação do Componente	
Estágio Supervisionado em História no Ensino de Jovens e Adultos	Carga Horária: 45 horas
Ementa	
Problematização teórica atualizada sobre a Ciência Histórica no contexto escolar da educação de jovens e adultos. Subsídios para a prática docente na área de História na Educação de Jovens e Adultos.	
Objetivos	
Compreender os processos de ensino e aprendizagem dirigidos ao ensino de Jovens e Adultos.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ARROYO, M. A educação de jovens e adultos em tempo de exclusão . Alfabetização e Cidadania: Revista de educação de jovens e adultos, nº 11, 2001.	
BITTENCOURT, Circe. Ensino de história: fundamentos e métodos . São Paulo: Cortez, 2004.	
MAGALHÃES, M. Ensino de história e cidadania: por que ensinar história hoje? In: ABREU, M.; SOIHET, R. (Orgs.). Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia . Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CERRI, Luiz Fernando. Didática de História: uma leitura teórica sobre a História na prática . Revista de História Regional. Ponta Grossa: UEPG, 2010.	
BARBOZA, Tatiana Machado. O registro fotográfico e o ensino de História In: Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar. Porto Alegre: EST, 2002.	
FRAGA, Hilda Jaqueline de. Percursos docentes em lugares de memória In: Ensino de História no Cone Sul: patrimônio cultural, territórios e fronteiras. Porto Alegre: Evangraf, 2012.	
GANDIN, D. & CRUZ, C.C. Planejamento na sala de aula . Porto Alegre: Editora UFRGS, 1995.	
NAPOLITANO, Marcos. Como usar o cinema na sala de aula . São Paulo: Editora Contexto, 2009.	

Componentes Curriculares Complementares de Graduação

Identificação do Componente	
Direito Humanos e Cidadania	Carga Horária: 30 h
Ementa	
A luta de diferentes grupos sociais contra o processo de exclusão social produzido pelo modo de produção capitalista. Discute a necessidade de inclusão desta temática no contexto educacional brasileiro, em específico no ensino de História.	

Objetivos
Compreender o contexto histórico de criação dos direitos humanos e da cidadania no ocidente e sua trajetória no Brasil.
Referências Bibliográficas Básicas
BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Holocausto . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992. SILVA, Aida Maria Monteiro. Direitos Humanos na docência universitária . In: PIMENTA, Selma Garrido, ALMEIDA, Maria Isabel de (Orgs). <i>Pedagogia Universitária: Caminhos na formação de professores</i> . São Paulo: Cortez, 2011. p.103-127
Referências Bibliográficas Complementares
BRASIL, Presidência da Republica. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasil Direitos Humanos. A realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal . Brasília: SEDH, 2008. HUNT, Lynn. A Invenção dos Direitos Humanos: uma história . São Paulo: Companhia das Letras, 2009. LEAL, Rogério Gesta. Direitos Humanos no Brasil . Desafios à democracia. Porto Alegre: Livraria do Advogado; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. MONDAINI, Marco. Direitos Humanos no Brasil . São Paulo: Contexto, 2009. RAYO, José Tuvilla. Educação em Direitos Humanos . Rumo a uma perspectiva global. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Identificação do Componente	
Meio Ambiente e Cidadania	Carga Horária: 60
Ementa	
A crise ambiental na agenda política mundial: histórico e normativas internacionais. A Política Nacional de Educação Ambiental e suas diretrizes. O Estado Socioambiental de direito. A educação ambiental na construção e formação de uma “cidadania ecológica” A complexidade do sistema ecológico na sociedade de consumo.	
Objetivos	
Proporcionar as bases legais em relação, os aportes teóricos em relação ao meio ambiente. Construir uma relação sistêmica e crítica entre a ciência, o processo produtivo e meio ambiente através das práticas pedagógicas. Promover a educação ambiental com base em princípios éticos e filosóficos em relação natureza e a sociedade.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BERTALANFFY, Ludwig Von. Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações . 5. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008. BAUMAN, Zygmunt. A ética é possível num mundo de consumidores? Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2011. CAPRA, Fritjof. As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável . 2. ed. São Paulo, SP : Cultrix, 2002. HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural . David Harvey; tradução Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2012. MORIN, Edgar. A Religação dos saberes: o desafio do século XXI: Jornadas temática . 10. ed. Rio de Janeiro. RJ: Bertrand Brasil, 2012. .PEDRINI, Alexandre de G. (org.). Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas . Petrópolis: Vozes, 2000.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BALANDIER, Georges. O contorno: poder e modernidade . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,	

1997.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro, RJ : Zahar, 2010.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. 9. ed. São Paulo, SP : Cultrix, 2004.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. 30. ed. São Paulo, SP: Cultrix, 2012.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FOUCAULT, Alain. **O Clima: história e devir do meio ambiente terrestre**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

GRUN, Mauro, **Ética e educação ambiental: a conexão necessária** / Campinas, SP : Papirus, 2012

LENOBLE, Robert. **História da ideia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1990.

LOUREIRO, C.F.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARCONDES, Danilo. **A Crise de Paradigmas e o Surgimento da Modernidade**. In: BRANDÃO, Zaia (org.). **A Crise de Paradigmas e a Educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. / 6. ed. São Paulo : Cortez, 2013.

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Metodologia do ensino de História e geografia**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Meio Ambiente e formação de professores**. São Paulo: Cortêz, 1997.

ROSS, Jurandy; Luciano Sanches. **Geomorfologia, Ambiente e Planejamento**. São Paulo: Contexto, 1991.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

UNESCO. Programa Geral de Informação. **UNESCO Brasil: novos marcos de ação**. Brasília, DF: UNESCO, 2001.

VEYRET, Yvette (Org.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

Identificação do Componente	
Fronteira, Região e Sociedade	Carga Horária: 60
Ementa	
A formação das sociedades em regiões de fronteiras. A territorialização transfronteiriça da região Platina e o Mercosul. Formação dos territórios, territorialização e desterritorialização. Fronteira, tranfronteirização e regiões transfronteiriças. Relação entre o local e o global. Definição de Sociedade, sociedade civil, governo e Estado.	
Objetivos	
Proporcionar um corpo conceitual e teórico que possibilite a compreensão das dinâmicas das sociedades em regiões de fronteira em um mundo globalizado. . Refletir as dinâmicas das relações de fronteira na região do Mercosul, na Tríplice Fronteira , Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Discutir os conceitos de território, territorialização, região, fronteira e transfronteiriço. Estabelecer as relações entre o local e o global e vice versa.	
Referências Bibliográficas Básicas	
MARTINS, Ruy G. O método da fronteira: radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo (matrizes ibéricas e americanas) Coimbra: Almedina, 2008. PEREIRA CARNEIRO, Camilo. Fronteiras irmãs: transfronteirizações na bacia do Prata . Porto Alegre: Editora Ideograf, 2016.	

BOBBIO, Norberto, Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
COSTA, Rogério H. da. O mito da desterritorialização . 7ªed. – rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
BENTO, Fábio Régio. Fronteiras em movimento . Jundiaí, Paco Editorial: 2012.
Referências Bibliográficas Complementares
COLVERO, Ronaldo. Negócios na madrugada: o comercio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul . Passo Fundo: UPF, 2004.
PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. Fronteiras, violência e criminalidade na região platina: o caso do município de Alegrete (1852-1864) . Alegrete, RS: Instituto Cultural José Gervasio Artigas, 2013.
MARCHI, Jamur Johnas. Plano estratégico de desenvolvimento da região fronteira oeste. (2010 – 2020) Passo Fundo: Passografic, 2010.
MOSCOVICI, Serge. A invenção da sociedade : sociologia e psicologia . Petrópolis, Vozes:2011.
JARDIM, Denise Fagundes. Cartografias da imigração : interculturalidade e políticas públicas . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
TEIXEIRA, Elenaldo. O local e o global : limites e desafios da participação cidadã . 2º Ed. São Paulo: Cortez: Recife: EQUIP: Salvador, UFBA, 2001.

Identificação do Componente	
Antropologia	Carga Horária: 30
Ementa	
O trabalho do antropólogo e o entendimento de cultura, num contexto dinâmico, de dialogo com as forças econômicas, políticas e sociais condicionando o desenvolvimento de subjetividades e a emergência dos processos sociais.	
Objetivos	
Compreender o trabalho do antropólogo a partir da Etnografia nas sociedades simples e complexas. Distinguir as categorias como fato social e fato social total; a troca e laços sociais. O simbólico e a cultura e seus significados. Problematizar os conceitos de: etnicidade e etnocentrismo; margens internas e externas da cultura; grupos étnicos e identidades raciais; cultura e identidade; essência e recriação.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais . Bauru, EDUSC, 1999.	
GEERTZ, Clifford. “A interpretação das culturas” . RJ. Edições Guanabara, 1986.	
LAPLANTINE, François. “Aprender antropologia” . São Paulo. Brasiliense, 2003.	
MAUSS, Marcel. “Antropologia e Sociologia” . São Paulo, EPU/EDUSP. 1974.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ALMEIDA, Mauro. Lewis Morgan: 140 anos dos sistemas de consanguinidade e afinidade da família humana (1871-2011) . Cadernos de campo, São Paulo, n. 19, p. 1-384, 2010.	
BASTIDE, Roger. “O candomblé da Bahia” . São Paulo: Companhia das Letras, 2001.	
CHAUÍ, Marilena. Democracia e sociedade autoritária . Revista Comunicação e Informação, v. 15, n.2, p. 149-161, 2012.	
PERIANO, Mariza. Etnocentrismo às avessas . O conceito de sociedade complexa. Revista de Ciências Sociais, v. 26, n.1, 1983.	
ROCHA, Everardo. “O que é o etnocentrismo?” RJ. Editora Brasiliense. 1984	

Identificação do Componente	
Sociologia	Carga Horária: 60
Ementa	
A Sociologia clássica. O pensamento sociológico e suas bases conceituais e seus objetos. Aproximações e distinções em conflitos na percepção da sociedade.	
Objetivos	
Compreender o pensamento sociológico moderno num contexto de transformações da sociedade industrial. Diferenciar os conceitos e objetos sociológicos da sociologia clássica. Perceber o alcance e os limites conceituais da sociologia clássica na percepção da sociedade.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ARON, Raymond. Etapas do pensamento sociológico . São Paulo: Martins Fontes, 2008. CASTRO, A.; DIAS, E. (org.). Introdução ao Pensamento Sociológico . São Paulo: Centauro, 2001. QUINTANEIRO, Tania. Um toque de clássicos . Belo Horizonte: Ed. UFMG.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BARBOSA, M. Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia. Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber . Belo Horizonte: UFMG, 2001. DURKEIM, E. As regras do método sociológico . São Paulo: Martins Claret, 2008. LAKATOS, Eva Maria. Sociologia geral . São Paulo, SP : Atlas, 1999. MARX, K. O Manifesto do Partido Comunista . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã . São Paulo: Martins Claret, 2006. TARDE, Gabriel. Monadologia e sociologia . Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. TARDE, Gabriel. A opinião e as massas 2. ed. São Paulo, SP : Martins Fontes, 2005 TRINDADE, Hégio. O positivismo: teoria e prática. Sesquicentenário da morte de Augusto Comte , 3. ed. Brasília, DF : Unesco, 2007.	

Identificação do Componente	
Tecnologia da Informação e Comunicação	Carga Horária: 60
Ementa	
Estudo dos processos comunicacionais e dos recursos tecnológicos na sociedade contemporânea. A relação entre comunicação, tecnologia e educação. O conceito e as práticas de educomunicação. Análise de projetos, práticas e programas de comunicação na Escola. Análise fílmica, produção impressa e audiovisual.	
Objetivos	
Compreender a importância do papel das tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem dos alunos Explorar a compreensão de recursos tecnológicos que forneçam noções básicas, almejando a integração de diferentes mídias, tais como: câmera fotográfica digital e celulares.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CITELLI, Adilson. Comunicação e educação: a linguagem em movimento . 3. ed. São Paulo, SP : Editora Senac São Paulo, 2004. COGO, Denise Maria, Televisão, escola e juventude . Porto Alegre, RS : Mediação, 2001. LEMOES, Andre. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea . 5. ed. Porto Alegre, RS : Sulina, 2010. LOUREIRO, Robson. Indústria cultural e educação em tempos pós-modernos . Campinas, SP: Papirus, 2003. SANCHO, Juana M., Tecnologias para transformar a educação . Porto Alegre, RS : Artmed,	

2006.
Referências Bibliográficas Complementares
BACCEGA, Maria Aparecida, Televisão e escola: uma mediação possível? São Paulo, SP : Editora Senac São Paulo, 2003
BRASIL. Educação e tecnologia (1996-2002). Brasília, DF : MEC/INEP, 2006
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia . São Paulo: Paz e Terra, 2011
GARCIA, Nilson Marcos Dias; LIMA FILHO, Domingos Leite (Orgs). Trabalho, educação e tecnologia :alguns dos seus enlaces / Curitiba, PR : Ed. UTFPR, 2010
MARCONDES, Beatriz, Como usar outras linguagens na sala de aula . 6. ed. São Paulo - SP: Contexto, 2010
NEUMANN, Laurício. Educação e comunicação alternativa . Petrópolis (RJ): Vozes, 1991.
PACHECO, Elza Dias. Comunicação, Educação e Arte na cultura infanto-juvenil . São Paulo: Loyola, 1991.

Identificação do Componente	
Formação Histórica Política e Econômica do Brasil	Carga Horária: 60 h
Ementa	
Os processos de construção histórica da independência, da formação política e econômica, bem como a queda do regime monárquico e a estruturação política da República, importante para o entendimento dos elementos formadores do estado nacional brasileiro. Revolução de 1930. Fim do Estado Novo. Redemocratização. Os governos populistas. Os militares no poder. Abertura democrática. Consolidação da democracia.	
Objetivos	
Estudar os aspectos da formação e o imaginário da identidade nacional e cultural do Brasil	
Referências Bibliográficas Básicas	
CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial . 6º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.	
_____. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.	
_____. Forças Armadas e Política no Brasil . 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 2006.	
_____. Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil . São Paulo: Cia. das Letras, 1990.	
Referências Bibliográficas Complementares	
FARIA, Sheila de Castro. A colônia brasileira: economia e diversidade . São Paulo: Moderna, 2004.	
FAUSTO, Boris. História do Brasil . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.	
_____. A revolução de 1930: historiografia e história . São Paulo: Companhia das 61 Letras, 1997.	
FIGUEIREDO, José Ricardo. Modos de ver a produção do Brasil . São Paulo: Edusc; Campinas: Autores Associados, 2004.	
HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . 26. Ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.	

Identificação do Componente	
Geografia do Brasil	Carga Horária: 60
Ementa	
Estudo do quadro natural e as transformações nele provocadas pela ação humana e sua relação com as diferentes formas de ocupação. Organização e aproveitamento econômico do espaço	

brasileiro. Estudo da composição, estrutura e dinâmica da população brasileira.	
Objetivos	
Compreender as interações entre elementos do ambiente e da sociedade na formação da paisagem do território brasileiro. Analisar os diferentes domínios naturais e seu estado de preservação/destruição e possibilidades de regeneração. Analisar as estruturas e a produção, visando a compreender as diferentes formas de organização do espaço brasileiro. Analisar a dinâmica da população brasileira e a organização espacial construída na sua relação com o ambiente.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ROSS, Jurandyr L. Sanches. Geografia do Brasil . 6. ed. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2011. SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos . São Paulo: editora da USP, 2008. _____. A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoções . São Paulo: EDUSP, 2012. _____. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI / 16. ed. Rio de Janeiro, RJ : Record, 2012. SOUZA, Marcelo Lopes. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios . São Paulo: Contexto, 2012. TEIXEIRA, Francisco M. P. História concisa do Brasil . São Paulo: Global, 2000.	
Referências Bibliográficas Complementares	
AB'SABER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas . 7 ed. São Paulo: Ateliê, 2012. ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander (org.). Reconstruindo a Agricultura: idéias e ideais na Perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável . Porto Alegre: EDUFRGS, 1997. COSTA, Wanderley Messias da, O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil . 7ª Ed. São Paulo: Contexto, 1997. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil . 34. ed. São Paulo, SP : Companhia das Letras, 2007. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . São Paulo: Companhia das letras, 1995. SANTOS, Milton. O espaço do cidadão . 7 ed. São Paulo: Edusp, 2007. _____. A urbanização brasileira . 5 ed. São Paulo: Edusp, 2005. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil . 34. ed. São Paulo, SP : Companhia das Letras, 2007.	

Identificação do Componente	
Metodologia do Ensino de História	Carga Horária: 60
Ementa	
Contextualização histórica do componente curricular. A Nova Base Comum Curricular e as diretrizes nacionais para o ensino de História; O saber histórico. A estruturação dos conteúdos. Metodologia, recursos aplicáveis.	
Objetivos	
Desenvolver o estudo do ensino de História, os seus saberes e práticas. Compreender o campo do conhecimento histórico no contexto do ensino. Analisar a relação entre o ensino e o campo da História. Compreender a didática e prática de ensino de História e os princípios a Nova Base Comum Curricular Nacional. - BCCN para a História.	
Referências Bibliográficas Básicas	

BITTENCOURT, Circe M. F. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Editora Cortez, 2004.
_____. O saber histórico na sala de aula / 11 ed. São Paulo, SP: Contexto, 2010.
FONSECA, Selva G.: experiências, reflexões e aprendizados / 12. ed. Campinas, SP : Papyrus, 2011
KARNAL, Leandro (org.) História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.
Referências Bibliográficas Complementares
BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. 13. ed. Petrópolis-RJ : Vozes, 2013
MONTENEGRO, A. Torres, Historia, metodologia, memória: São Paulo, SP : Contexto, 2010.
SILVA, M.; FONSECA, S. G. Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido. Campinas: Papyrus, 2007
ZAMBONI, E; FONSECA S. Espaços de formação do professor de Historia . Campinas, SP: Papyrus, 2008.
SACRISTAN, G. O currículo: uma reflexão sobre a prática / 3. ed. Porto Alegre, RS : Artmed, 2000;
MOREIRA, A F; SILVA, T. T (Org.). Currículo, cultura e sociedade. 12. ed. São Paulo, SP : Cortez, 2011.
PENTEADO, Heloisa D. Metodologia do ensino de Historia e geografia. 4ª ed. São Paulo, SP : Cortez, 2011.

Identificação do Componente	
Movimentos Sociais	Carga Horária: 60
Ementa	
Os movimentos sociais. Novos movimentos sociais. ONGs. Movimentos sociais no campo. O Estado e os movimentos sociais.	
Objetivos	
Analisar o surgimento, o desenvolvimento teórico e histórico e a contribuição dos movimentos sociais para a construção da cidadania no país.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ANDERY.M.M. et ali. Para Compreender a Ciência uma perspectiva histórica. São Paulo: EDUC- Editora da PUC-SP, 2002. GOHN, Maria da Glória. Novas Teorias dos Movimentos. Caxias do Sul: Maneco Editora, 1999.	
LEHER, Roberto e SETÚBAL, Mariana (Orgs.) Pensamento crítico e movimentos sociais. Diálogos para uma nova práxis .Sao Paulo. Cortez. 2005.	
Referências Bibliográficas Complementares	
APPLE, Michael W., Para além da lógica do mercado :compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo / Rio de Janeiro, RJ : DP&A, 2005.	
BERG Ioschpe, Evelyn (org) Terceiro Setor. Desenvolvimento social sustentado. Santos, Ana. Entre a academia e o ativismo: Sociologia, estudos queer e movimento LGBT em Portugal. disponível em: http://rccs.revues.org/867#article-867 . Hopenhayn, Martin. “A cidadania vulnerabilizada na América Latina” In: Revista Brasileira de Estudos de População. v.19, n.2, jul./dez.2002. Disponível em: http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/14374 . Pdf.	
MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependencia e neoliberalismo na America Latina. Sao Paulo, SP : Boitempo, 2011	
SOUSA SANTOS, Boaventura. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: Revista Crítica de Ciências Sociais. N°40 junho de 1997. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_hu	

manos_RCCS48. PDF.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 2 ed. Loyola. 1996

Identificação do Componente	
História das Constituições	Carga Horária: 30
Ementa	
As constituições brasileiras na formação do Estado e as suas mudanças como resultante das tensões sociais e políticas da sociedade.	
Objetivos	
Analisar a formação das constituições brasileiras desde 1824 até 1988.	
Referências Bibliográficas Básicas	
AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Org.). Sistema Político Brasileiro : uma introdução. São Paulo: Editora Unesp, 2007.	
CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil : o longo do caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.	
MORAES, Alexandre. Direito Constitucional . São Paulo: Atlas, 2012.	
OLIVER, R.; RIBENTI, M.; BRANDÃO, G. (ORGS). A constituição de 1988 na vida Brasileira . São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política . 17.ed. São Paulo: Malheiros, 2010.	
_____. Curso de Direito Constitucional . 26.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.	
LINHARES, M. Y. História Geral do Brasil . Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.	
MICHILES, C., et. al. Cidadão Constituinte : a saga das emendas populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.	
SARLET, I. W. A eficácia dos direitos fundamentais : uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.	
TOCQUEVILLE, A. A democracia na América . Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.	

Identificação do Componente	
História das Instituições Políticas Brasileiras	Carga Horária: 30
Ementa	
Estudo da formação das instituições políticas, seu processo histórico na organização política e na relação entre interesses sociais e instituições políticas, continuidades e mudança do processo político, enfatizando as instituições políticas no Brasil.	
Objetivos	
Identificar nas instituições brasileiras os fatores de continuidade e de mudança	
Referências Bibliográficas Básicas	
AVELAR, L.; CINTRA, A. Sistema Político Brasileiro : uma introdução. São Paulo: Editora Unesp, 2007.	
BONAVIDES, Paulo. Teoria Geral do Estado . 8. Ed. São Paulo: Malheiros, 2012.	
DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado . 31 Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.	
HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1995.	
LIMA JÚNIOR, O. B. Instituições políticas democráticas : o segredo da legitimidade. Rio 67 de Janeiro: Jorge Zahar Ed.. 1997.	
Referências Bibliográficas Complementares	
AZAMBUJA, Darcy. Introdução à Ciência Política . São Paulo: Globo, 2008.	
BOBBIO, N. Estado, governo e sociedade : para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro:	

Paz e Terra, 2000.
 CARVALHO, J. M. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
 _____. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 10ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
 MORAES, Alexandre de. **Presidencialismo**. São Paulo: Atlas, 2004.
 SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1983.

1. Corpo docente

Quadro de Qualificação e experiências acadêmicas da equipe docente; e de apoio multidisciplinar.

Nome	Titulação	Área Do Conhecimento Graduação	Tempo no Ensino Superior	Experiência com a Formação a Distância	Dedicação ao Projeto (carga semanal)
Adriana Cantini	Dr. ^a	Ciências Sociais Aplicadas (Direito)	20	Não	20
Andréa Narvaes	Dr. ^a	Ciências Sociais e Educação	22	Sim	20
Carmen Regina Dorneles Nogueira	Dr. ^a	Geografia Humana	31		20
Claudete Robalos da Cruz	Dr. ^a	Geografia e Educação	3	Sim	20
Edson Romário Paniágua	Dr.	História	16	Sim	20
Evandro Ricardo Guindani	Dr	Filosofia	14	Sim	20
Josiane Boeira Kirinus Fernandes	Me	Informática	10	Não	20
Lauren de Lacerda Nunes	Dr. ^a	Filosofia	7	Não	20
Lisianne Ceolin	Dr. ^a	Direito	11	Não	20
Maurício Aires Vieira	Dr	Física	14	Sim	20
Muriel Pinto	Dr.	Geografia	4	Não	20
Nola Patrícia Gamalho	Dr. ^a	Geografia	3	Sim	20

Ronaldo Bernardino Colvero	Dr.	História Patrimônio	22	Sim	20
Sara de Sousa Fernandes Epitácio	Dr ^a	História	10	Sim	20
Sávio Domingos	Dr.	Ciências Sociais Aplicadas e Humanas	20	Não	20
Yáscara M N Koga Guindani	Dr ^a	História	12	Não	20
			9	Sim	20

O corpo docente necessita ter um perfil voltado às novas tecnologias. Os docentes passarão por uma formação voltada à metodologias de ensino a distância. A Divisão de Formação e Qualificação da Pró Reitoria de Graduação é uma divisão que apoia e dá suporte à formação continuada do corpo docente.

2. Corpo Docente e estrutura de apoio

O docente contará com apoio da tutoria presencial e a distância no que tange ao ensino. De acordo com a Diretoria de Educação a Distância da Unipampa, a tutoria a distância atua a partir da instituição, mediando o processo pedagógico junto a estudantes geograficamente distantes, e referenciados aos pólos descentralizados de apoio presencial. Sua principal atribuição deste profissional é o esclarecimento de dúvidas através fóruns de discussão pela Internet, pelo telefone, participação em videoconferências, entre outros, de acordo com o projeto pedagógico. O tutor a distância tem também a responsabilidade de promover espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos e, freqüentemente, faz parte de suas atribuições participar dos processos avaliativos de ensino aprendizagem, junto com os docentes (SEED, 2007).

A tutoria presencial atende os estudantes nos pólos, em horários pré estabelecidos. Este profissional deve conhecer o projeto pedagógico do curso, o material didático e o conteúdo específico dos conteúdos sob sua responsabilidade, a fim de auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação a conteúdos específicos, bem como

ao uso das tecnologias disponíveis. Participa de momentos presenciais obrigatórios, tais como avaliações, aulas práticas em laboratórios e estágios supervisionados, quando se aplicam. O tutor presencial deve manter-se em permanente comunicação tanto com os estudantes quanto com a equipe pedagógica do curso. (SEED, 2007).

O Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da UNIPAMPA coordena ações de e para inclusão e acessibilidade na Universidade, que incluem formação continuada de docentes e de técnicos, orientação aos NuDE para estruturação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), aquisição de recursos de acessibilidade como impressoras Braille, leitores de livros para as bibliotecas de todos os campus, mobiliário adaptado, recursos eletrônico de tecnologia assistiva e comunicação alternativa, dentre outros. Propõe também uma política para a instituição que abrange acessibilidade arquitetônica, na comunicação e na informação, nos projetos pedagógicos dos cursos, nos materiais pedagógicos e recursos acessíveis.

Na perspectiva da inclusão e acessibilidade, uma ação central na consolidação desta política interna na Universidade é o desenvolvimento do PROGRAMA INCLUIR: acessibilidade na educação superior (MEC/SECADI/SESu), que orienta a estruturação de trabalho de inclusão e acessibilidade a nível nacional para as instituições federais e disponibiliza recursos financeiros para investimento em ações relacionadas diretamente com ações na área da inclusão e acessibilidade.

A UNIPAMPA assume a inclusão e acessibilidade como política institucional em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018), com um capítulo que contempla o atendimento às pessoas com deficiência (p. 80-85), retrata esse compromisso e baliza o caminho a ser trilhado em toda a Universidade:

A promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais pessoas, envolve pensar tudo o que é compartilhado na vida universitária na perspectiva do Desenho Universal. Trata-se, portanto, de um trabalho que deve ser realizado de modo articulado, portanto, intersetorial e interprofissional (...) Dado o exposto, a política institucional de inclusão e acessibilidade tem sido desenvolvida na perspectiva de garantir a todos os acadêmicos as condições para seu

pleno desenvolvimento, com remoção gradativa das barreiras à participação e à aprendizagem, a luz do entendimento contemporâneo para a inclusão educacional e da legislação vigente (PDI UNIPAMPA, 2014, p. 84-5).

É papel do NInA, em articulação com as demais Unidades da Universidade, “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (Decreto n.7.691/2011). (PDI UNIPAMPA, 2014-2018).

As principais atividades do NInA são: identificar, cadastrar e planejar o ingresso, a permanência e a formação dos acadêmicos com deficiência e demais necessidades educacionais especiais; criar mecanismos que possibilitem flexibilidade e inovação dos componentes curriculares nos cursos da UNIPAMPA; realizar levantamento das condições de infraestrutura e de acessibilidade para a proposição de adequações nas várias áreas dos *campi* da UNIPAMPA; desenvolver ações de sensibilização, orientação e mobilização e formação aos docentes, dirigentes servidores técnico-administrativos dos dez campi da Instituição, almejando a construção de uma efetiva política inclusiva. O Projeto UNIPAMPA Acessível visa promover o acesso à informação e aos espaços por parte dos estudantes, servidores e comunidade em geral. Compromete-se a abordar aspectos como infraestrutura arquitetônica, projetos pedagógicos dos cursos, atendimento ao público, sítio eletrônico, acervo cultural e pedagógico; O Projeto NInA em Rede visa manter um fluxo constante de informações sobre Acessibilidade, Legislação pertinente à Educação Especial aplicada à Educação Superior e formas de Atendimento Educacional Especializado entre as equipes responsáveis por conduzir as ações de inclusão e acessibilidade em todas as unidades da UNIPAMPA, constituindo uma rede integrada; e o Projeto de Acompanhamento ao Desempenho do Estudante (PADE) Promover a permanência e o sucesso acadêmico de todos estudantes, assegurando as condições necessárias para a efetiva aprendizagem

Estão sendo desenvolvidas também ações com vistas à construção de moradias estudantis, disponibilização de espaços para alimentação com refeição subsidiada, bem

como a ampliação das ações e dos programas e o fortalecimento da organização estudantil.

3. Atividades de Ensino, pesquisa e extensão no contexto do Curso

4. Infraestrutura

Por se tratar de uma universidade nova e em formação, algumas instalações estão sendo construídas e ampliadas, incluindo laboratórios, salas de aula, salas de estudo, biblioteca e espaços administrativos. Suas instalações são de construção recentes, divididas em dois prédios: Acadêmico, Prédio I onde se encontram as salas de aulas (todas equipadas com projetor de multimídia e computador e os laboratórios supra citados. Já no Prédio II encontram-se os setores administrativos, secretaria acadêmica, direção e os gabinetes dos professores. Estes podem acolher até quatro professores por gabinete e são equipados com computadores, mesas e armários individuais.

Ressalta-se que a instituição incentiva à implantação e êxito de novos cursos de graduação, estando comprometida com melhorias na infraestrutura física. Porém, a infraestrutura atual, instalações e equipamentos, atende os requisitos mínimos necessários para atividades de ensino, de pesquisa e extensão, na graduação.

O campus de São Borja possui os laboratórios de fotojornalismo, de jornalismo impresso, de rádio jornalismo de jornalismo que atendem as demandas específicas do Curso de Jornalismo, do Curso de Publicidade e Propaganda e do Curso de Relações Públicas. Os conjuntos desses laboratórios fornecem um aporte de materiais expressivos e de profissionais altamente habilitados que articulados as trajetórias e experiências didáticas e pedagógicas dos docentes do Curso de História Licenciatura, constitui-se num “laboratório de multimeios”. Trata-se da capacitação permanente em mídias em educação (TV, cinema, informática, rádio e jornal).Possibilita uma formação interdisciplinar permanente do corpo docente do campus, onde a técnica estará serviço da educação e a educação terá instrumentos técnicos para fazer a transposição didática do conjunto de conhecimentos das respectivas áreas de História Licenciatura de forma articulada e sistêmica. Essa dimensão educacional, educação e tecnologias levarão em conta as

demandas da comunidade local e regional, principalmente a capacitação e formação permanente dos professores da rede pública municipal e estadual de ensino.

A biblioteca possui, hoje, um espaço de 81,40 m². Todo acervo da biblioteca é de livre acesso, atendendo tanto a comunidade universitária como o público em geral. O empréstimo domiciliar é um serviço exclusivo para alunos, professores e funcionários da instituição. Os usuários externos poderão realizar somente consultas no local. Os usuários podem acessar a biblioteca através da internet para fazer consultas ao acervo, renovação ou reserva de material. O acervo é composto por livros, periódicos e CDROM específicos dos cursos oferecidos no campus de São Borja, além de algumas obras de referência. Por se tratar de uma biblioteca nova (implantação em 2007), o acervo está em constante crescimento. Existe o acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, incluindo o Portal IEEE, podendo ser acessados diretamente pelas máquinas distribuídas em todo o campus.

O laboratório de informática possui: 21 computadores (monitor 17", gabinete, caixa de som, microfone, mouse e teclado) - 1 projetor + 1 computador (gabinete, mouse e teclado) Hardware: Processador: Intel Pentium 4 3GHz Memória: 512MB HD: 160GB Gravador CD Software: Sistema operacional (Windows XP Professional) Editor de textos (BR Office) Editor gráfico (CorelDraw) Editor de imagem (Photoshop) Editor de áudio (Sound Forge) Editor de layouts de publicações (PageMaker) Área Física: 56,80 m² Situação: Em funcionamento.

A estrutura do polo deverá ter, ainda: biblioteca, contendo pelo menos acervo bibliográfico de acordo com as orientações do MEC, inclusive biblioteca virtual, para o curso que se pretende ofertar; laboratório de informática com acesso à Internet, recurso para transporte intermunicipal e hospedagem; equipe técnica e administrativa de apoio; e sustentabilidade financeira e orçamentária para instalação do polo;

Quanto à estrutura física e logística (Laboratórios; Bibliotecas, recursos tecnológicos e outros.). O polo será de responsabilidade do Município, Estado ou parcerias e consórcios.

Obs. A relação do mobiliário abaixo corresponde às necessidades de uma demanda para os polos implantarem o Curso de História EAD.

SALA	ELEMENTOS	QUANTIDADES
Sala para Secretaria Acadêmica	Mobiliário Equipamento e serviços	1 mesa 1 mesa de escritório com gaveta 1 mesa par scanner 1 mesa para impressora 2 armários com 2 portas 2 arquivos de aço 1 mesa par telefone e fax 1 mural 2 cadeiras giratória 1 computador com gravador de CD 1 impressora a laser 1 scanner 1 aparelho de telefone e fax 1 webcam 1 nobreak Acesso á internet para o polo 1 linha telefônica com ramais
Sala da coordenação do Polo	Mobiliário Equipamentos e serviços	1 mesa giratória com gavetas 2 cadeiras giratórias 1 mural 1 mesa para computador 1 armário com portas 2 cadeiras estofada com braços 1 computador completo, com multimídia, gravador CD acesso internet (ver configuração) um webcam 1 aparelho de telefone
Sala para tutores	Mobiliário Equipamentos	4 mesas de reunião (4 pessoas) 16 cadeiras estofadas para reunião 4 cadeiras com braço 4 mesas de escritório 1 mesa de impressora 1 mesa de scanner 2 armários com duas portas 4 computadores completos 1 scanner 1 aparelho de telefone e fax 1 impressora 4 webcam
Sala de professores	Mobiliário	1 mesa de reunião (10 pessoas) 10 cadeiras estofada com braços 1 armário com porta 1 mural 1 quadro branco
Sala de aula presencial típica	Mobiliário	50 carteiras estofadas 1 quadro branco ou giz.. 1 mural 1 mesa para professor

		1 cadeira estofada
Biblioteca	Mobiliário	4 mesas para 4 pessoas 16 cadeiras estofadas 3 cadeiras giratória com braços 2 mesas para computadores 1 mesa de escritório com gaveta 2 armários com fechamento para guarda de acervo bibliográfico de multimeios: CD-ROM, disquetes, fitas de vídeos, DVD e outros 1 mesas para impressoras 1 armário com duas portas 4 estantes de aço (para disponibilização do acervo bibliográfico de livros e periódicos impressos) Equipamentos 2 Computadores completos (ver configuração) 1 aparelho telefônico 1 impressora
Laboratório de informática	Mobiliário Equipamentos	25 cadeiras estofadas 1 cadeira estofada para professor 25 mesas para computador ou banca 1 quadro branco 2 murais com vidro 1 mesa para projetor 2 armários de segurança para equipamento 1 mesa para impressora 1 mesa para scanner 1 suporte para TV 25 computadores completos com acesso a Internet 25 webcam 1 impressora 1 scanner 1 projetor multimídia 1 aparelho de TV 29" e DVD 1 servidor 7 no break 1 HUB e roteador 2 Aparelhos de ar condicionado

A Instituição (polos) se responsabiliza pela infraestrutura física e equipamentos adequados à realização do trabalho monográfico pelos alunos, tais como: acervo bibliográfico, inclusive periódicos, acesso a Internet, a redes de informação e outros recursos indispensáveis a sua realização.

4.1 Infraestrutura de Apoio Acadêmico e Administrativo

A equipe do Curso será composta dos seguintes membros:

- 01 coordenador geral do Curso
- 01 Coordenador Pedagógico
- Professores autores (dois por componente curricular)
- Secretaria
- Professores Supervisores de Tutoria (por conteúdo/componente curricular)
- Tutores a distância (por conteúdo)
- Coordenação da Universidade Aberta e suplência
- Coordenação Pedagógica em EaD
- Apoio Pedagógico em EaD
- Sistema de Acompanhamento ao Estudante a Distância – Gerenciamento das Informações
- Desenvolvimento em TI (Tecnologias de Informação) – Ambiente Virtual de Aprendizagem (*Moodle*)
- Apoio a Produção de Materiais Didáticos para EaD

5 AVALIAÇÃO

A avaliação institucional dos professores autores, coordenadores, tutores presenciais e a distância será executada pela UNIPAMPA. Especificamente sobre o desempenho do professor e tutores serão observados os itens relativos ao domínio do conteúdo programático, adequação das atividades para o alcance da aprendizagem, integração entre teoria e aspectos da realidade, entre outros, auto avaliação e satisfação com o componente curricular e suporte a execução do componente curricular (qualidade do material didático, do ambiente digital, entre outros).

A equipe de acompanhamento e coordenação procederá a um processo de monitoramento sistemático e permanente dos cursos, de forma a atender às referências indicadas no programa da UAB. Para isso, desenvolverá e aplicará instrumentos de avaliação na comunidade e em cada escola; utilizará um sistema informatizado de

monitoramento e avaliação das atividades, de forma a viabilizar o acompanhamento ágil e minucioso de todas as etapas do processo e garantir eficiência em sua avaliação e rapidez nas intervenções que se fizerem necessárias; para controle, tanto interno como externo, da eficiência e da eficácia do trabalho, serão realizados diagnósticos ao início do Programa para avaliar: o conhecimento sobre o conteúdo com que trabalha, sobre temas educacionais e capacidade de expressão escrita e de compreensão de texto e, o domínio do conhecimento que apresentam alunos da escola em que atua o professor-aluno.

5.1 Avaliação Institucional:

O processo de avaliação do projeto pedagógico do Curso fundamenta-se nos parâmetros utilizados no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que considera três dimensões:

1. Organização didático-pedagógica;
2. Corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo;

3. Instalações físicas. Para tanto, existe a Comissão Própria de Avaliação do Curso (CPA), composta por 03 (três) representantes do corpo docente, indicados pelo Colegiado do Curso; 03 (três) representantes do corpo discente, indicados pelo Centro Acadêmico do Curso; 03 (três) representantes dos servidores técnico-administrativos. As atividades da Comissão serão realizadas em consonância com as normas institucionais e as orientações gerais do INEP.

O papel primordial da Comissão Própria de Avaliação é a condução dos processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP conforme a lei do SINAES (BRASIL, 2004b). A CPA é formada por Comitês Locais de Avaliação e, cada Campus e pelo Comitê Central de Avaliação de toda a Unipampa Nessa perspectiva, vários instrumentos serão considerados, tais como: seminários de autoavaliação de curso; participação nos exames nacionais de avaliação do MEC; acompanhamento sistemático dos resultados apresentados semestralmente/anualmente a partir dos indicadores alcançados, dentre outras ações.

O cruzamento dos dados obtidos subsidiará a construção qualitativa da avaliação numa dimensão processual e sistemática. No que concerne aos critérios que nortearão a avaliação, serão utilizados os indicadores apresentados no SINAES: concepção e

objetivos do curso (revisão permanente do projeto pedagógico), perfil do egresso, currículo, metodologia, carga horária, estágio e processo ensino-aprendizagem. É um trabalho bem feito na dimensão da avaliação o que permitirá identificar as fragilidades, os avanços e as perspectivas do Curso, visando às implementações necessárias à sua melhoria.

O Curso também propõe, além do Programa de Acompanhamento de Egressos da UNIPAMPA, um acompanhamento dos egressos por meio de um banco de e-mails onde manterá contato com os mesmos por meio de aplicação de questionários

5.2 Auto avaliação do curso

A autoavaliação do curso será realizada a partir de: reuniões periódicas, questionários, debates, ouvidorias, utilização dos resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), entre outros; análise e discussão dos dados e relatórios da CPA e dos relatórios internos.

A autoavaliação do curso está pautada na missão institucional, sendo organizada em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861/2004, e com a política de Avaliação Institucional da Universidade.

No âmbito da autoavaliação do curso, conforme disposto na Lei nº 10.861/2004, o projeto prevê alguns instrumentos que ajudam a diagnosticar as condições de sua oferta. O papel do processo de autoavaliação é acompanhar o desenvolvimento do curso de maneira mais geral, analisando criticamente as diferentes ações implementadas por sua coordenação, para avaliar se e em que medida elas cooperam para realizar os princípios da UNIPAMPA e o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História EAD. Visa também a aperfeiçoar e a melhorar a qualidade das ações e opções cotidianas, tornando a coordenação ciente das preocupações, demandas e problemas apresentados por alunos e professores.

Entende-se que o processo de avaliação do curso é permanente, com a aplicação de instrumentos específicos para momentos pontuais do ciclo de formação dos alunos.

Seguindo os padrões do INEP, compreende-se que esses ciclos sejam tri anuais. De modo a se fazer o levantamento de dados necessário para aferir a qualidade do curso, elencam-se como instrumentos para o processo de autoavaliação:

a) reuniões periódicas da Comissão de Curso e do NDE, para se avaliar a oferta do curso e as demandas apresentadas pelos alunos;

b) questionários a serem preenchidos pelos alunos, e, com o objetivo de coletar dados para subsidiar a Comissão de Curso e o NDE em suas decisões;

c) avaliação dos discentes sobre o desempenho dos docentes quanto à metodologia de ensino.

d) debates, com a comunidade do curso, com a finalidade de divulgar resultados dos dados coletados pelos diferentes instrumentos e determinar ações para a melhoria contínua do curso;

e) utilização dos resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), dentre outros.

Como é possível observar, prevê-se a participação de todos os envolvidos com o curso nos processos de auto avaliação, além de utilizar os resultados da avaliação para o replanejamento do curso.

5.3 Acompanhamento de egresso

O acompanhamento dos egressos do curso de Licenciatura em História, atenderá as normativas do “PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DE GRADUAÇÃO –PAEG” que possibilitará conhecer a área de atuação dos egressos as percepções sobre a formação recebida, divulgando possíveis atividades de formação continuada, entre outros, no *site* do curso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. V. 5 – história e geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei Nº 9394**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério Da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES 564/2015**. Disponível em: http://www.abed.org.br/arquivos/parecer_cne_ces_564_15.pdf. Acesso em 25 abr 2018

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação – Presencial e a Distância**. 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf

DELORS, Jacques. et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 1998.

DEMO, Pedro. **Aprendizagens e Novas Tecnologias**. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famat/viali/doutorado/sat/textos/80-388-1-PB.pdf>

DEMO, Pedro. **Metodologia da investigação em educação**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2012.

GUINDANI, Evandro; KOGA, Yáscara; NASCIMENTO; Sandro. Desigualdades no Estado do Rio Grande do Sul: análise de indicadores sociais e educacionais. **Educação e Fronteiras Online**. UFGD. Dourados-MS. Vol.7.n.20. 2017. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/7455/4119>. Acesso em 10 abr 2018

UNIPAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 -2018**. Bagé: UNIPAMPA, 2013. http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-71_2014-PDI.pdf

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Elementos do Projeto Político-Pedagógico de Curso**. 2011. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prograd/files/2012/01/Elementos-PPC-Gradua%C3%A7%C3%A3o-.pdf> Acesso em: 25/3/2012

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Instrução normativa nº 02/09**, de 05 de março de 2009. Estabelece normas básicas de graduação da UNIPAMPA bem como trata do controle e do registro de suas atividades acadêmicas. Disponível em http://porteiros.unipampa.edu.br/uruguaiiana/dmdocuments/Instrucao_Normativa_02_2009.pdf. Acesso em: 1º Jun. 2012.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Diretrizes Orientadoras Para Elaboração dos Projetos Pedagógico das licenciaturas da UNIPAMPA.** Aprovado no CONSUNI em novembro de 2011.

<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prograd/files/2012/01/Dcto-Diretrizes-PPC-Licenciatura.pdf> Acesso em: 25/3/2012

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Projeto Institucional**, de 16 de agosto de 2009. Disponível em:

http://www.unipampa.edu.br/portal/arquivos/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AGO_2009.pdf. Acesso em: 1º Jun. 2012.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 5, de 17 de junho de 2010.** Regimento Geral da Universidade Federal do Pampa. Disponível em:

<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/resolucoes/>. Acesso em: 1º Jun. 2012.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011.** aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Portaria nº 1.750, de 28 de novembro de 2011.** Proposição de comissão Especial *multicampi*.

Formação de professores de licenciatura a distância: o caso do curso de pedagogia da UAB/UECE João Batista Carvalho Nunes; Viviani Maria Barbosa Sales. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 3, p. 757-773, jul./set. 2013

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022013000300013&script=sci_abstract&tlng=pt

Censo da Educação Superior 2016 Notas. Estatísticas Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Notas Estatísticas Censo da Educação Superior 2016

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf

PARECER CNE/CES 492/2001 <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>

APENDICE I

APÊNDICE I. REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPITULO I

Disposições Iniciais

Art. 1º Este regulamento estabelece as regras necessárias para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso -TCC, do Curso de História-Licenciatura, da Universidade Federal do Pampa –UNIPAMPA, Campus São Borja.

CAPITULO II

Do Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de História - Licenciatura

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) refere-se à elaboração de um trabalho de caráter teórico e/ou prático, com exigência de linguagem científica que revele o domínio do tema e a capacidade de síntese.

Art. 3º Os objetivos do TCC são: Aprofundar os conteúdos abordados ao longo do curso em um trabalho de pesquisa; possibilitar ao discente o aprofundamento da relação entre teoria e prática; aproximar o discente da metodologia de pesquisa; estimular a consulta bibliográfica especializada e o uso das técnicas e normas de elaboração e apresentação de trabalhos científicos.

Art. 4º O TCC deverá ser concluído e defendido dentro do período máximo de integralização do curso.

Art. 5º O TCC deverá ser produzido de acordo com o Manual de Normalização para Trabalhos Acadêmicos, disponibilizado no site da Biblioteca da UNIPAMPA.

CAPITULO III

Das atribuições do coordenador, professor orientador e discente

Art. 6º No TCC figuram os seguintes funções: professor coordenador, professor orientador, professor co orientador e discente matriculado.

§ 1º O Professor coordenador é o docente ao qual o componente curricular foi atribuído no sistema acadêmico.

§ 2º O Professor orientador deve ser um docente da UNIPAMPA que assume o compromisso de supervisionar e subsidiar tecnicamente a execução do trabalho de conclusão de curso do discente matriculado.

§ 3º O Professor co orientador pode ser exercido por um docente de Instituição de Ensino Superior que pode contribuir com as atividades do orientador.

§ 4º O Discente matriculado é um discente do curso de História –Licenciatura regularmente matriculado no TCC.

Art. 7º São competências do professor coordenador:

-Proporcionar aos discentes um espaço de aprendizagem sobre as modalidades de pesquisa, bem como conhecer o que é um projeto de pesquisa, um TCC, sua estrutura e as normas técnicas que regem sua escrita.

-Orientar os discentes na escolha do orientador levando em consideração a área de interesse de pesquisa dos mesmos e a formação dos professores.

-Levar ao conhecimento dos discentes e dos orientadores a regulamentação do TCC.

-Acompanhar o processo de avaliação dos discentes.

- Orientar os discentes com relação à redação de um TCC e às normas técnicas que envolvem a escrita de um trabalho acadêmico.
- Providenciar a substituição de orientador nos casos de impedimento definitivo e justificado.
- Organizar a agenda das datas e horários para a defesa pública dos TCC's, respeitando o planejamento dos orientadores, discentes e membros da banca.
- Encaminhar questões administrativas referentes às defesas e divulgar as datas e locais das mesmas.
- Registrar as atividades e avaliações, bem como receber os exemplares finais (impressos e digitais) para encaminhamento à Coordenação de Curso, à biblioteca e aos membros da banca.
- Encaminhar para a Coordenação de Curso toda a documentação gerada ao longo dos componentes curriculares.
- Encaminhar para a Comissão de Curso eventuais casos não previstos neste documento.

Art. 8º Ao professor orientador cabe:

- Orientar e avaliar o discente em todas as etapas de elaboração do TCC.
- Sugerir nomes para composição das bancas de defesa.
- Acompanhar o orientando no cumprimento das correções em virtude das sugestões feitas pelos membros das bancas de defesa.
- Estar ciente desta regulamentação.

Art. 9º Ao discente matriculado cabe:

- Definir o tema do projeto em comum acordo com o seu orientador.
- Ser responsável pela observação dos aspectos éticos e legais na execução e redação do TCC, especialmente em relação a plágio.
- Elaborar e submeter o TCC nos prazos definidos pelo coordenador de TCC.
- Comparecer às reuniões de orientação definidas em comum acordo com seu orientador.
- Comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender o seu TCC
- Comunicar formalmente aos coordenadores quaisquer alterações no planejamento, bem como dificuldades enfrentadas no processo de orientação.
- Autorizar a publicação de seu TCC na Biblioteca do seu respectivo Campus.
- Estar ciente desta regulamentação.

Art. 10º A Comissão de Curso cabe:

- Avaliar e deliberar sobre solicitações de mudança de orientador.
- Discutir e decidir sobre os casos omissos.
- Estar ciente desta regulamentação.

CAPITULO IV

Do Funcionamento da avaliação

Art. 11ºO discente matriculado deverá entregar, em data previamente estabelecida, uma via impressa do seu TCC para cada membro da banca.

Art. 12ºA defesa oral do trabalho de conclusão será pública, com dia, horário e local divulgados no mural e no *site* do Curso de História -Licenciatura.

§ 1º As bancas serão compostas pelo orientador e por 2 (dois) outros docentes;

§ 2º Os membros da banca serão designados pelo professor orientador em comum acordo com o professor coordenador.

Art. 13º Os professores membros da banca examinadora do TCC II avaliarão os trabalhos.

§ 1º Em caso de necessidade de reformulação, o acadêmico deverá realizar as alterações solicitadas dentro do prazo fornecido pelo coordenador do componente curricular.

§ 2º A não realização das reformulações solicitadas acarretarão a reprovação do acadêmico no componente curricular sempre que impossibilitarem a continuidade do trabalho.

Art. 14º As notas serão atribuídas em sessão secreta ao final da arguição do discente e, logo a seguir, em sessão pública, será lida a ata da defesa, na qual constará a nota final do discente.

PARÁGRAFO ÚNICO: A nota final será a média aritmética dos valores totais atribuídos por cada membro da banca..

Art. 15º Ao final do componente curricular, o professor coordenador deverá entregar para a Coordenação de Curso os seguintes documentos:

I. Lista resumo com os títulos dos TCCs, os nomes dos acadêmicos e os nomes dos professores orientadores e coorientadores.

II. Os formulários de avaliação dos TCCs gerados pelas bancas examinadoras.

CAPITULO V

Das disposições gerais

Art. 16º Os casos omissos a este regulamento serão discutidos e deliberados pela Comissão do Curso de História -Licenciatura.

APENDICE II

REGULAMENTO DE ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS DO CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA

PREÂMBULO

O presente documento integra o PPC do Curso de História – Licenciatura, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), e tem como objetivo normatizar os Estágios Curriculares. Neste Regulamento, estão reunidas e sistematizadas as diretrizes e os procedimentos técnicos, pedagógicos e administrativos, visando assegurar a consecução dos objetivos dos Estágios Curriculares.

O estágio curricular, nos cursos de licenciatura, tem como objetivo estabelecer uma relação entre a teoria e a prática, conforme expressam os artigos 1º, § 2º, e 3º, inciso XI, ambos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei n. 9.394/96),¹ bem como o Parecer CNE/CP n. 9/2001, documento no qual se encontra o conceito de prática. O estágio curricular supervisionado obrigatório inicia-se, de acordo com a legislação vigente, na segunda metade do curso e visa possibilitar ao acadêmico de História – Licenciatura, sob a orientação de um docente do curso, a participação sistemática e reflexiva em situações de ensino-aprendizagem na educação formal, em regime presencial.

O estágio curricular configura-se em: uma atividade privilegiada de diálogo crítico com a realidade que favorece a articulação ensino-pesquisa-extensão; um espaço formativo e de orientação da prática profissional; um momento de maior aproximação e compreensão da realidade profissional à luz dos aportes teóricos estudados.

A concepção de estágio aqui adotada é aquela em que se possa compartilhar tanto no ambiente profissional do futuro licenciado quanto no ambiente acadêmico, a construção coletiva de proposições e descobertas sobre o cenário educacional, contextualizada e sensível às especificidades locais e regionais, de forma a qualificar ainda mais a articulação entre teoria e prática.

Título I

Dos princípios

Art. 1º O Curso de História – Licenciatura, da Universidade Federal do Pampa, observará os seguintes princípios:

I - articular ensino, pesquisa e extensão;

II - priorizar a abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do estudante;

III - proporcionar ao estagiário a reflexão teórico-crítica sobre os conteúdos e procedimentos teórico-metodológicos do período de formação inicial com os domínios da prática (CNE/CP 2001);

IV - promover o processo de integração entre as escolas de Educação Básica e a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA);

- V -desenvolver a interdisciplinaridade, sempre que possível;
- VI -estimular a prática da pesquisa como componente da formação docente inicial e permanente do professor;
- VII -favorecer, no período de formação, a reflexão sobre as dificuldades, limites e desafios próprios da profissão docente na Educação Básica;
- VIII -colocar o estagiário em contato com a rotina escolar, incluindo as dimensões pedagógicas, administrativas e políticas.

Título II

Do local do estágio

Art. 2º O Estágio Supervisionado Curricular é de caráter obrigatório e será realizado em escolas da rede oficial de ensino -preferencialmente em escolas públicas, podendo ser desenvolvido na rede privada, desde que haja a aceitação por parte da instituição do acadêmico proponente, assim como conste na proposta político-pedagógica do curso.

Título III

Da carga horária

Art. 3º O Estágio Curricular está regulamentado pela Resolução CNE/CPn. 2, de Julho de 2015, a qual estabelece a carga horária para os cursos de formação de professores da Educação Básica, e previsto no Projeto Pedagógico do Curso de História - Licenciatura. O estágio Supervisionado Curricular obrigatório integralizará 405 horas; o início ocorrerá no 5º semestre e o término, no 8º semestre.

Título IV

Da gestão dos estágios

Art. 4º. A gestão dos estágios compete aos professores coordenadores e orientadores, sendo os estagiários, também, responsáveis por gerir as atribuições que lhes cabem, conforme previsto neste Regulamento.

CAPÍTULO I

DO COORDENADOR DE ESTÁGIO

Art. 5º. A coordenação dos estágios supervisionados será executada por um docente indicado pela Coordenação Acadêmica do Campus, conforme determina o art. 134, da Resolução 29/2011.

Art. 6º. Compete ao coordenador de estágio, conforme estabelecido no artigo 135 da Resolução n.29/2011:

- I -coordenar, acompanhar e providenciar a escolha dos locais de estágio;
- II -solicitar a assinatura de convênios e cadastrar os locais de estágio;
- III –organizar a documentação relativa aos estágios curriculares, mantendo registros atualizados;
- VI -apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio;
- V –acompanhar o desenvolvimento dos estágios junto às escolas;
- VI –receber e avaliar os relatórios de estágio;
- VII -promover o debate e a troca de experiências no próprio curso e nos locais de estágio.

Art. 7º-O Coordenador de Estágio, no início do semestre, elaborará um Plano de Estágio, com os nomes dos alunos matriculados no respectivo componente curricular (Estágio I, II, III ou IV), as instituições de ensino em que serão desenvolvidas as atividades e o programa de ações propostas, bem como a lista de docentes e orientadores correspondentes.

CAPÍTULO II DO ORIENTADOR DE ESTÁGIO

Art. 8º. Os orientadores dos estágios supervisionados serão designados pela Comissão de Curso.

Parágrafo Único. A definição de docente e estagiários sob sua orientação ocorrerá em reunião do Conselho do Curso assim que forem computadas as matrículas no respectivo semestre e componente curricular.

Art. 9º. Compete ao orientador de estágio, conforme estabelecido no artigo 137 da Resolução n. 29/2011:

I –acompanhar e auxiliar, de modo individualizado, os estagiários que lhe forem designados a partir de decisão da Comissão de Curso;

II –analisar, em conjunto com o estagiário, o programa da disciplina, de modo a orientá-lo na construção do planejamento elaborado pelo estagiário;

III -manter um horário fixo para atendimento individual ou grupal aos estagiários sob sua orientação;

IV -manter os estagiários informados com relação ao desempenho dos mesmos;

V -manter contato com a escola, acompanhando o trabalho do estagiário;

VI –fazer, no mínimo, duas visitas a cada estagiário, em cada componente curricular por ele ministrado, devendo a primeira acontecer antes de se completar 50% das aulas dadas;

VII–a partir da avaliação *in locu*, elaborar um parecer descritivo avaliando cada um dos estagiários.

Parágrafo Único –O número de estagiários por orientador de estágio será, no máximo, de 5 (cinco), limite este que poderá ser alterado conforme a demanda de novas turmas e novos professores do curso.

CAPÍTULO III DO ESTAGIÁRIO

Art. 10.O estagiário terá as seguintes atribuições:

I-manter contato contínuo com os orientadores e o Coordenador de estágio;

II-entrar em contato com a direção e a coordenação pedagógica da escola onde realizará o estágio;

III-respeitar as diretrizes estabelecidas pelas escolas;

IV -apresentar,com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, o planejamento das atividades para os orientadores;

V -redigir individualmente os planos de aula;

VI-submeter todas as atividades de estágio à apreciação dos orientadores;

VII-comunicar ao orientador de estágio toda e qualquer alteração referente a horário e/ou calendário;

VIII-cumprir o horário estabelecido para as aulas;

IX-participar dos encontros presenciais na universidade supervisionados pelo Coordenador de Estágio;

Título V

Das atividades do Estágio

Art. 11. Constituem atividades a serem desenvolvidas **antes** do estágio:

I –organizar, junto com o(a) professor(a) supervisor(a) da escola, uma previsão do cronograma do estágio (período, conteúdos e atividades);

II -elaborar a proposta de trabalho que será desenvolvida durante o estágio, a qual deverá contemplar as informações coletadas nas observações e em conversa com o(a) professor(a) regente, bem como a definição da metodologia das aulas.

Art. 12. Constituem atividades a serem desenvolvidas **durante** o estágio:

I -apresentar ao orientador de estágio, com 5 (cinco) dias de antecedência, o planejamento das aulas.

II –estudar, previamente, os conceitos que serão trabalhados (as sessões de orientação incluem os esclarecimentos de dúvidas conceituais, metodológicas e de recursos);

III –atender aos seguintes critérios de avaliação: desenvolvimento do conteúdo (segurança, domínio e clareza); coerência entre a proposta e a prática pedagógica em sala de aula; abordagem crítica e criativa dos conteúdos trabalhados; adequação conteúdo-metodologia; responsabilidade, pontualidade, comprometimento e autonomia; relação professor/professor regente; relação professor/aluno.

IV –comunicar qualquer mudança no cronograma preestabelecido, assim como em qualquer outro ponto, ao professor orientador, o qual deve informar ao coordenador de estágio.

Art. 13. Constituem atividades a serem desenvolvidas **ao final** do estágio:

I -elaboração de um relatório de estágio, previsto nos artigos 4º a 7º, conforme a etapa concluída no semestre (I, II, III ou IV), contendo, no mínimo, 25, e, no máximo, 35 páginas, não computados os anexos;

II -compilação de todos os planos de aula elaborados durante o estágio;

CAPÍTULO I

DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS REGÊNCIAS

Art. 14. Os critérios de avaliação referente às regências são os seguintes:

I –Em relação ao planejamento, a) frequência às atividades do estágio e b) apresentação dos planos de aula para o orientador e o coordenador de estágio.

II –Em relação ao desenvolvimento do estágio, a) organização da proposta de trabalho; b) coerência entre a proposta e a prática pedagógica em sala de aula; c) adequação entre objetivos/conteúdos/procedimentos no planejamento; d) responsabilidade, comprometimento e autonomia; e) desenvolvimento do conteúdo (segurança, domínio e clareza); e) abordagem crítica e criativa dos conteúdos trabalhados e f) relacionamento professor-aluno.

III –em relação ao processo de conclusão, a) frequência aos encontros presenciais para elaboração do relatório e b) coerência do relatório com a proposta, fazendo uma análise crítica da prática pedagógica.

CAPÍTULO II

DO PRODUTO DO ESTÁGIO

Art. 15. Constitui produto do estágio, a cargo dos estagiários, o seguinte:

- I. Relatório analítico-reflexivo sobre a experiência da regência (25 a 35 laudas);
compilação de todos os planos de aula elaborados para a regência.

Título VI

Das disposições finais

Art. 16. Para iniciar os estágios de regência, o(a) estagiário(a) deverá ter apresentado, no mínimo, os planejamentos referentes a uma semana letiva.

Art. 17-Cada estagiário(a) deverá cumprir a carga horária mínima de regência estabelecida nos artigos 4º a 7º deste Regulamento.

Art. 18.Será considerado aprovado o aluno que alcançar média 6,0 (seis).

Art. 19.Casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Curso de História – Licenciatura.

Art. 20. Este Regulamento entra em vigor a partir da data de aprovação pela Comissão do Curso de História – Licenciatura, a qual compete analisar o texto redigido pelo Núcleo Docente Estruturante.